

Encontro Nacional sobre as Eleições Legislativas

## Reforçar o PCP

A situação económica e social do País só pode melhorar se o PCP sair reforçado das próximas eleições. Esta uma das conclusões do Encontro Nacional do PCP em que participaram mais de dois mil militantes, reunidos em Lisboa. Publicamos hoje a Declaração aprovada no Encontro, bem como as intervenções de Carlos Carvalhas e de outros dirigentes comunistas.



Carlos Carvalhas

## Virar à esquerda

«É necessário que se alargue a compreensão de que a transferência de votos e de deputados entre o PCP e o PS não altera o resultado numérico da



direita, mas que deslocações do eleitorado do PS para a CDU dão mais força à luta por uma viragem à esquerda depois das eleições.»

Págs. 13 a 20

Em Lisboa e no País

### CDU apresenta candidatos

O *Avante!* publica hoje os cabeças de lista da maioria dos círculos eleitorais que a CDU vai apresentar às legislativas. Em Lisboa, a lista completa, encabeçada por Carlos Carvalhas e Bernardino Soares, foi, anteontem, publicamente divulgada.

Págs. 6 e 32

PCP presta contas

### Responder aos problemas

O Grupo Parlamentar do PCP foi o que maior número de iniciativas legislativas apresentou. Este volta a ser um traço distintivo que marca a qualificada intervenção comunista na AR.

Pág. 21

Médio Oriente

### EUA atacam Arafat

A 7 de Fevereiro, Bush recebe Sharon pela quarta vez desde que é presidente. Arafat, que Bush nunca convidou, poderá ser classificado de «terrorista». A situação no Médio Oriente continua a degradar-se.

Pág. 23

**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

**PROPRIEDADE**

Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

**ADMINISTRAÇÃO**

Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ªA, - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matriculada: 47058.  
NIF - 500 090 440

**DIREÇÃO E REDACÇÃO**

R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93

E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

**Director**

José Casanova

**Chefe de Redacção**

Leandro Martins

**Chefe Adjunto**

Anabela Fino

**Redactores**

Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Gustavo Carneiro  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lígia Calapez  
Margarida Folque

**Grafismo**

José Araújo

**Fotografia**

Jorge Caria

**Secretaria da Redacção**

Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

**DISTRIBUIÇÃO**

**DISTRIBUIÇÃO ADE's**  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**Alterações de remessa**

Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

**DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL**

**DELTA PRESS**  
**Delegação Lisboa:**  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
**Delegação Norte:**  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

**ASSINATURAS**

Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**TABELA DE ASSINATURAS\***  
(IVA e portes incluídos)

**PORTUGAL**  
(Contínente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
44,90 euros  
25 números: 4 600\$00  
23,00 euros  
**EUROPA**  
50 números: 23 000\$00  
114,75 euros  
**EXTRA-EUROPA**  
50 números: 33 000\$00  
164,60 euros

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



Encontro Nacional do PCP

## Resumo

### 23 Quarta-feira

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa exige a suspensão do processo de encerramento e de fusão de algumas escolas lisboetas ● Os médicos do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital Distrital de Faro dão um prazo de quinze dias ao Conselho de Administração para a nomeação de um novo director ● O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, apela à chegada a Islamabad, no Paquistão, ao prosseguimento da diminuição das tensões entre este país e a Índia ● A Organização Mundial de Saúde acusa os fabricantes de tabaco de fazer «jogo sujo» para tentar minar os esforços de elaboração de um tratado internacional que visa controlar as mortes provocadas pelo tabaco.

### 24 Quinta-feira

Os trabalhadores dos transportes postais dos CTT concentram-se junto à sede da administração da empresa, em Lisboa, para reivindicar a sua transferência para a carreira de motorista ● Os trabalhadores das cantinas e refeitórios dão início a uma greve de dois dias, reivindicando aumentos salariais de sete por cento e outras matérias constantes do contrato colectivo de trabalho ● Os alunos dos cursos de Economia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes fecham a cadeado as portas do edifício onde têm aulas, em protesto contra a falta de condições ● O presidente paquistanês, Pervez Musharraf, afirma que o país vai realizar eleições em Outubro para pôr fim a três anos de governo militar.

### 25 Sexta-feira

O Tribunal da Marinha Grande inicia o julgamento de sindicalistas e operários acusados na sequência das manifestações em defesa dos seus postos de trabalho da vidreira Manuel Pereira Roldão, em 1994 ● Os trabalhadores da Sociedade de Porcelanas de Coimbra terminam uma greve de duas semanas, depois de a administração da empresa ter começado a pagar os salários em atraso ● Centenas de utentes assinam um documento que reivindica a reposição do número de comboios na linha de Cascais ● As forças armadas indianas efectuam um lançamento de teste de um míssil de médio alcance com capacidade nuclear ● Um avião israelita lança dois violentos ataques contra posições de segurança palestina na cidade de Gaza.

### 26 Sábado

O Sindicato dos Professores da Região Centro acusa os governos central e dos Açores de des-

criminarem os profissionais em serviço em Timor-Leste e os docentes do continente que se candidataram às escolas das ilhas ● Os pescadores afectados pelo fim do acordo de pescas com Marrocos reúne-se em Sesimbra para discutir a sua situação ● Milhares de palestinianos manifestam em Belém o seu apoio a Yasser Arafat ● Vinte e uma pessoas são presas na Argentina, na sequência de uma manifestação nacional contra o governo ● Ernesto Nascimento, um comerciante português de 67 anos, é assassinado em Springs, na África do Sul.

### 27 Domingo

Mais de dois mil comunistas reúnem-se no Encontro Nacional do PCP, na FIL, em Lisboa, para preparar as propostas eleitorais com vista a uma «política de esquerda» e definir a estratégia para a campanha das eleições legislativas de 17 de Março ● Uma explosão de um paiol na Nigéria provoca a morte a mais de meio milhar de pessoas ● A Autoridade Nacional Palestiniana condena o atentado suicida que vitimou cerca de duas pessoas e terá ferido várias dezenas em Jerusalém ● O secretário da Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, reitera a classificação de «terroristas» e não a de «prisioneiros de guerra» aos indivíduos que alegadamente pertencem a Al-Qaeda e aos talibã e estão detidos pelos Estados Unidos.

### 28 Segunda-feira

Os professores da Escola Profissional de Música de Évora protestam contra o atraso no pagamento de salários ● Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze abordam em Bruxelas, a pedido de Portugal, o problema da criminalidade violenta na África do Sul ● Um palestiniano é morto depois de ter disparado e ferido dois israelitas nos arredores de Telavive ● O presidente chinês, Jiang Zemin, condena os ataques terroristas em solo palestiniano e apela à retomada das negociações de paz.

### 29 Terça-feira

O Conselho Nacional de Educação exige que os professores sejam equiparados a autoridades públicas quando forem vítimas de crimes ou agressões no desempenho das suas funções ● A polícia colombiana captura José Arnulfo Marín Palacios, chefe das finanças das FARC ● Cerca de 14 pessoas ficam feridas na queda de um helicóptero militar norte-americano no Leste do Afeganistão ● O presidente do parlamento israelita, Avraham Burg, do Partido Trabalhista, critica a ocupação dos territórios palestinianos por parte de Israel.

## Aconteceu

### «Aumento ridículo»

Organizações representativas dos estabelecimentos de ensino particular para deficientes consideram «provocatório» e «ridículo» o aumento de 2,7 por cento no apoio financeiro decidido pelo Ministério da Educação para este ano.

Rogério Cação, membro da direcção da Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI), disse à Lusa que «os aumentos ficam aquém da taxa de inflação (4,3 por cento em 2001), com o agravamento de já estarem desvalorizados face às necessidades das instituições».

Aquele responsável acusa ainda o

Ministério da Educação de ter decidido os aumentos por via administrativa, já que não fez qualquer consulta junto das escolas para avaliar as suas necessidades.

O dirigente da FENACERCI considera que os aumentos deveriam ser de 3,5 por cento, considerando que os valores que implicavam «não são montantes de algum modo o Orçamento de Estado».

Só em Lisboa existem 1400 alunos a frequentar o ensino especial em escolas particulares. As cooperativas, que são cerca de 50 em todo o país, albergam mais de 1500 deficientes.



## Verdes denunciam crimes ambientais

O Partido Ecológico «Os Verdes» denunciou na passada semana uma série de crimes ambientais que se verificam no Parque Natural da Serra de Sintra e exigem que as associações ecologistas tenham mais informações sobre o plano de ordenamento daquele parque.

Os exemplos são mais que muitos.

Derrubam-se árvores para construir parques de estacionamento, constroem-se equipamentos que não deveriam estar no parque natural, e gasta-se muito dinheiro de forma errada.

«Temos verificado esbanjamento de dinheiro como, por exemplo, instalação de bancos de jardim importados dos EUA. Temos visto

cada vez mais mercantilização deste património», afirmou a deputada Isabel Castro.

«Os Verdes» também consideram inaceitável a construção de casas de luxo, junto à praia do Abano, um processo que o ministro do Ambiente tinha proibido mas que continua num ritmo acelerado.

## Crianças à procura dos pais no Congo

Em Goma, mais de 500 crianças separadas das suas famílias, devido à erupção do vulcão Nyiragongo, continuam à procura dos pais, informou na passada semana a UNICEF.

«Cerca de 200 crianças estão no Ruanda nos campos de refugiados de Mkamira, Mudende e Kyuve, 55 estão

em Bukavu (Kivu-Sul), uma centena perto de Sake, Oeste de Goma, e cerca de 250 estão mesmo em Goma», explicou o porta-voz da organização.

Um responsável do Comité Internacional da Cruz Vermelha em Goma adiantou que mais de 375 pedidos de investigação de familiares deram

entrada na organização. Até ao momento, a Federação Internacional da Cruz Vermelha contabilizou 46 pessoas mortas na sequência da erupção do vulcão Nyiragongo, a Noroeste de Goma, além das 50 que morreram na explosão de uma bomba de gasolina provocada pela lama.



## Aniversário da vitória da Revolução Cubana

Duas centenas de pessoas reuniram-se na passada semana no jantar comemorativo do aniversário da vitória da Revolução Cubana, em Lisboa.

«Nós, cidadãos portugueses, democratas, amigos solidários de Cuba, reu-

nidos para celebrar o 43.º aniversário da vitória da Revolução Cubana, prestamos a nossa homenagem aos cinco patriotas cubanos que se encontram presos nos Estados Unidos, e condenados a duras penas de prisão, pelo único delito de combaterem o terrorismo fomentado contra Cuba no território dos EUA e que já causou a morte a mais de três mil cubanos», afirmou Armanda Fonseca.

A presidente da

Associação de Amizade Portugal-Cuba sublinhou ainda que a «revolução que valentemente defenderam e defendem, e a solidariedade internacional não-de libertá-los das cadeias norte-americanas e traze-los de volta ao seu povo. Viva a Revolução! Liberdade para os patriotas Cubanos».

No final do encontro, aconteceu um momento de leitura de poemas proporcionado por Leandro Vale.

## «Atitude repressiva»

O presidente da Associação dos Profissionais da Guarda, APG, José Manegeiro, foi punido na passada semana com uma pena de 20 dias de suspensão, por declarações à imprensa sobre o subsistema de saúde da GNR.

A informação foi dada pela própria associação, num comunicado divulgado pela Lusa em que se «repudia energeticamente» a atitude «administrativa e repressiva do comando da Guarda». Diz o comunicado que a nota de acusação a José Manegeiro tem como suporte «alegadas declarações prestadas por telefone à imprensa», acerca do funcionamento do subsistema de saúde, e não apresenta uma única prova, baseando-se em meras suposições.

A APG fala em atitude persecutória do comando sobre dirigentes associativos e manifesta a esperança de que «esta vaga repressiva sobre o associativismo e os seus dirigentes tenha rapidamente um ponto final».



## Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

### Argentina focaliza atenções

Foi brutal a acção da polícia argentina sobre o último «cacerolazo», em Buenos Aires. Como brutal tinha também sido a escalada repressiva do mês de Dezembro, quando dos assaltos aos supermercados, sobre a revolta das massas populares contra as políticas de perpétuo «ajuste», estimuladas e apoiadas pelo FMI/BM. Tal resposta, às manifestações daqueles que são vítimas do «corralito» - congelamento das contas bancárias - como anteriormente aos que reclamavam emprego e alimentação, radica na incapacidade do actual regime argentino superar o colapso económico a que conduziu o país. As consecutivas mudanças de governo nada adiantam. Nem qualquer novo «ajuste» (só no governo de Fernando de la Rúa foram 7!...). Só uma radical mudança de política contra a onda privatizadora, que crie empregos estáveis e promova a produção nacional, aumente os salários e pensões, potencie o consumo interno e nacionalize o comércio externo poderá travar a recessão (que vai no 44.º mês) e evitar um ainda maior desastre que recairia, como sempre, sobre os trabalhadores e a soberania do país.

É difícil prever todos os desenvolvimentos da actual crise na Argentina, país que já foi o principal centro político, económico e cultural de toda a América Latina. Hoje está em «falência». E as suas causas são conhecidas. Dentre elas, destaca-se o «sucesso» da tão apregoada

**A crise só será ultrapassada noutro quadro político e com outros protagonistas**

convertibilidade/paridade peso/dólar que há 10 anos foi implementada por Domingo Cavallo, o «salvador» da hiperinflação. O mesmo Cavallo que, em 1983, quando governador do Banco Central converteu a dívida privada em dívida pública, originando o que os argentinos designam por «monstro». O mesmo que, em meados de 2001, reduziu salários e pensões e, agora,

em plena crise, voltou a ser chamado para impor ainda mais restrições aos montantes e ao levantamento das magras pensões de reforma. Um «apátrida» ao serviço do grande capital internacional, um executor fiel das orientações neoliberais e dos ditames das principais instituições financeiras internacionais. Um político que conduziu o país para uma «economia de penúria», um dos grandes responsáveis pela crescente miséria e indignação para que foi atirada a maioria da população argentina.

Não é com homens como este, nem com o corrupto Menem (que anunciou, do seu exílio, candidatar-se às eleições de Março!), ou qualquer outro dirigente justicialista, radical ou «frepasista» que defendem, todos eles,

«um capitalismo já esgotado na Argentina» e que respondem ao descontentamento popular com a repressão, que se porá fim ao caos e à ruína em que mergulharam a Argentina. A crise só será ultrapassada noutro quadro político e com outros protagonistas.

Só um poder que responda aos anseios populares, que defina um programa com objectivos claros, para cuja concretização concorram de forma decisiva as classes trabalhadoras e as camadas antimonopolistas, está em condições de enfrentar a situação.

O que se passa na Argentina, e estando ainda por avaliar todas as repercussões a nível regional e mundial, focaliza atenções diversas e opostas. Para nós, a situação confirma não só o fracasso do «paradigma neoliberal», mas também as insanáveis contradições do capitalismo e revela a sua incapacidade em dar resposta aos seus próprios problemas. Daí o Fórum Económico Mundial que, este ano, trocou Davos por Nova Iorque, ter já anunciado pretender «ouvir ideias que demonstrem que o neoliberalismo não chegou ao seu fim, antes precisa correcções de percurso» (DN 29.1.02). É evidente a inquietação dos «patrões» das multinacionais, que se declaram «comprometidos para melhorar o mundo» (!). Mas, na encruzilhada em que a Argentina se encontra, é evidente a capacidade de protesto social das massas que, contrariando os apologistas do fim da luta de classes, põe a nu a necessidade de forças políticas e sociais, profundamente enraizadas no povo, capazes de assumir o seu papel insubstituível na construção duma alternativa de progresso e justiça social.

## Editorial

# CLARA AFIRMAÇÃO DO PARTIDO

O Encontro Nacional do PCP sobre as eleições legislativas traduziu-se numa clara e concludente afirmação do Partido, das suas características distintivas comparativamente com qualquer dos restantes partidos políticos portugueses, do seu funcionamento democrático singular no quadro partidário nacional.

Mais de dois mil comunistas participaram nesta iniciativa. E essa participação – interessada, séria, serena, confiante – constituiu uma inequívoca resposta do colectivo partidário à ofensiva anticomunista em curso; confirmou a forte determinação militante de dar resposta decidida aos problemas, aos obstáculos, às dificuldades existentes; tornou mais evidente a firme disposição colectiva de travar com entusiasmo e convicção as importantes batalhas que temos pela frente, nomeadamente a batalha eleitoral das legislativas.

A enorme afluência de militantes comunistas ao Centro de Congressos da FIL; o funcionamento democrático do Encontro, ele próprio exemplo concreto de democracia participada; o elevado número de intervenções produzidas

“Um partido diferente dos que são todos iguais”

(infelizmente, a falta de tempo impossibilitou que dezenas de inscritos usassem da palavra); a tónica geral das intervenções feitas e a forma como foram recebidas pela massa de militantes que encheu os dois pavilhões onde funcionaram as secções; o respeito de cada um e de todos pelas opiniões de cada um e de todos; a reacção às intervenções produzidas na sessão de encerramento do Encontro, designadamente à do Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas; e, tanto como tudo isso, o ambiente de fraternidade e camaradagem que durante todo o dia ali se viveu – confirmam, de facto, o PCP como um partido diferente dos que são todos iguais...

Sem dúvida, haverá quem persista em não querer constatar esta realidade e continue a observar o PCP a partir de um mar de preconceitos e de ideias fabricadas (em oposição e confronto com a realidade objectiva e ao sabor dos seus interesses anticomunistas); sem dúvida, haverá quem prossiga os julgamentos e condenações à morte do PCP. E natural é que assim seja. Porque quem assim age, fá-lo por vocação e profissão e sustentado numa prática e numa experiência com longos anos de existência.

No Centro de Congressos da FIL estiveram homens, mulheres e jovens que, inteligente e lucidamente, rejeitam as conclusões *pronto a comer* confeccionadas pela turba canora de comentadores e analistas especializados no anticomunismo e na defesa da política de direita. Estiveram homens, mulhe-

res e jovens que não desistem de pensar, de reflectir sobre o que se passa no Mundo, no País, no seu Partido; que não desistem de ter opinião, de a expressar livremente, de a confrontar com outras opiniões – e de o fazerem frontalmente, olhos nos olhos dos seus camaradas. Estiveram homens, mulheres e jovens que – com profunda consciência dos obstáculos e dificuldades que se lhes deparam e com inequívoca noção das insuficiências e debilidades partidárias – não desistem de travar, mesmo nas condições mais adversas, as batalhas do dia-a-dia. Estiveram homens, mulheres e jovens que – integrados por convicção, vontade, opção e sentido militante, no espaço amplo, aberto, democrático, do colectivo partidário – ali deram o seu contributo concreto para fortalecer a intervenção comunista na batalha eleitoral das legislativas. Estiveram homens, mulheres e jovens que, sem ambições de *estrelato* ou elogio mediático, demonstraram clara e inequivocamente que são e querem continuar a ser comunistas.

Percebe-se que a dignidade e a verticalidade de tal postura desagrade aos invertebrados coveiros sempre adiados do PCP. Percebe-se que tal ousadia, furando esquemas e planos por eles diligentemente elaborados, os incomode e irrite. Percebe-se, por isso, que certos órgãos ditos de informação tenham tratado o Encontro Nacional do PCP da forma que o fizeram.

A menos de dois meses das eleições, muitas e complexas são as tarefas que se colocam aos comunistas e lhes exigem uma intervenção activa e empenhada na campanha eleitoral – uma campanha que se quer de contacto directo, de informação, de esclarecimento, de verdade, de respeito pela inteligência e pelos direitos dos eleitores.

A batalha eleitoral vai realizar-se numa situação e num tempo em que urge colocar no centro de uma nova política, a ruptura com a política de direita que, nos últimos anos, pelas mãos do PS e do PSD, tem marcado negativamente a vida nacional e comprometido aspectos decisivos do desenvolvimento do País. E o caminho da mudança de política passa, necessariamente, pelo reforço da votação da CDU e pelo aumento do número dos seus deputados. Ao contrário do que se pretende fazer crer, as eleições de 17 de Março não são «eleições para primeiro-ministro» mas sim para eleger os 230 deputados à Assembleia da República. E, assim sendo, quanto mais elevado for o número de deputados da CDU, maiores serão as possibilidades de avanço para uma política e uma alternativa de esquerda. Além de que, em qualquer circunstância e como a realidade evidencia, a defesa, no Parlamento, dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, será tanto mais eficazmente assegurada quanto maior for o número de deputados comunistas. Com efeito, e como o Encontro Nacional demonstrou, tudo o que de positivo foi aprovado na Assembleia da República, teve a iniciativa, a influência, o voto ou o contributo do PCP – o que, não surpreendendo, é digno de registo.

## Actual O fundo das calças

• José Casanova

Em matéria de desonestidade e cobardia intelectual e política, de prática ofensiva, insultuosa, arrogante, dificilmente alguém logrará superar a abjecção que é o texto «O casaco e as calças», de Eduardo Prado Coelho (*Público*, 29.1). E sobre isso, mais não digo. Por razões de higiene.

Analista-tipo da nova ordem ideológica que, à semelhança de milhares de outros seus pares, cumpre na nova ordem comunicacional os ditames da nova ordem mundial totalitária, EPC repete, neste texto, o que todos os seus gémeos estão fartos de repetir — e fá-lo, naturalmente, como se estivesse (e talvez julgando estar) a verter produto de reflexão própria. Assim e pela enésima vez em dezenas de anos, ficamos a saber que o PCP está absoluta e totalmente morto. E, sempre derramando originalidade, EPC preenche a repetida certidão de óbito, apresentando como prova de morte o facto de, entre outras coisas, o PCP «há muito não produzir um texto, uma ideia, um conceito», nada, rigorosamente nada,

e de nada saber sobre «marxismo contemporâneo» e de saber ainda menos sobre «formas mais radicais de esquerda». Mortos e ignorantes, curvemo-nos, então, perante a inapelável sentença. Sentença justa se tivermos em conta os critérios analíticos e o percurso político do implacável juiz.

Quanto aos critérios, forneceu-nos o próprio, há tempos, um exemplo do que a casa gasta. Assim: EPC odiou a música de Chostakovitch enquanto *soube* (por ouvir dizer) que o compositor era comunista; e passou a adorar a mesma música quando (sempre por ouvir dizer) *soube* que, afinal, o homem era anticomunista.

Quanto ao resto, EPC arrasta consigo um percurso político sempre pautado pela suprema preocupação estar na crista da onda do que está a dar. Mostram as suas andanças políticas que EPC é, em cada momento, o que

em cada momento é susceptível de lhe trazer vantagens — desde que, para isso, não tenha que recorrer àquilo que não tem. A saber: coragem. (EPC deverá lembrar-se quer das razões que o levaram, a dada altura, a entrar para o PCP quer das que, depois, o levaram a... fugir. Mas a verdade é que, nesta como noutras matérias, EPC é muito novo para se lembrar de qualquer coisa que tenha aprendido ele próprio; e é muito velho para se lembrar de qualquer coisa que, ao longo dos anos, eventualmente tenha aprendido.)

EPC acha, ainda, que «o PCP não mete medo a ninguém». Felizmente, digo eu.

Porque se ele achasse o contrário era mais do que certo que viria a correr suplicar que o deixassem entrar para o PCP. A menos que, antes disso, a sua proverbial coragem se lhe escapasse, torrencial e caudalosa, pelo fundo das calças.



## Confissões esclarecedoras

• Jorge Cordeiro

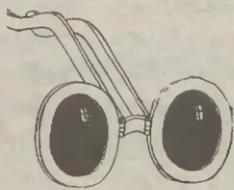
Ferro Rodrigues e o PS ensaiam apresentar-se às eleições no papel de quem em nome da derrota da direita aspira colher votos à esquerda precisamente para melhor poderem satisfazer o caderno de encargos e reclamações da direita. Duas observações se revelam indispensáveis para não deixar alastrar impunemente esta operação.

A primeira para evidenciar que é no mínimo suspeito que quem se anuncia disposto a derrotar a direita admita que o PP, em determinadas circunstâncias, será um parceiro possível para futuros entendimentos governativos. E a menos que queira tomar os portugueses por parvos bom será que Ferro Rodrigues explique como é que concilia a sua afirmação no sentido de «*não estabelecer preferências em matéria de parceiros*», nivelando grosseiramente PCP e PP, com o seu discurso de sedução dirigido a eleitores desprevenidos feito em nome da barragem do passo à direita. O que por si só permite concluir que, como o testemunha a admissibilidade de estatuto de parceiro reconhecida ao PP, o que perturba e inquieta o PS não é a direita e as suas políticas mas a possibilidade de perder o poder para uma parte, a mais bem colocada para isso, da direita.

A segunda para anotar que as opções fundamentais em matéria de princípios de que Ferro Rodrigues e PS juram não prescindir, constituem no seu conteúdo essen-

cial o pano de fundo à afirmação e desenvolvimento de uma política de direita. Bastaria convocar como testemunho as afirmações de Vera Jardim no sentido de que «*à excepção do PSD ninguém cumpre as condições impostas por Ferro Rodrigues*», para se dissipar a nuvem de equívocos que o PS tem gerado sobre a natureza e opções da condução futura da sua política. Mas aproveitemos as esclarecedoras afirmações de Ferro Rodrigues à «*Visão*» — onde explicitamente se insurge contra os que venham a pretender reivindicar «*em matéria de despesa pública, ordenados na administração pública, de carreiras*» — para trocar em conteúdos concretos os conceitos cifrados nas expressões «*princípio do aprofundamento da construção europeia, princípio da estabilidade e consolidação orçamental*» e assim perceber preto no branco novos e mais esclarecedores sinónimos de rigor orçamental e convergência europeia.

E à luz do que ficou dito melhor se pode compreender a razão por que é na CDU — força que, a exemplo de sempre, assegura não ser em caso algum suporte de acordos de incidência geral com qualquer dos partidos da direita e que tem para apresentar um programa que consubstancia uma verdadeira política de esquerda — que reside o mais sólido depositário da esperança de milhares de portugueses numa nova política.



## As sombras

• Leandro Martins

As eleições, quaisquer que sejam, deveriam constituir um momento privilegiado para fazer o estendal das verdades. Para argumentar com factos. Para delinear projectos. Para avançar propostas. Para lembrar acontecimentos, comparar o feito com a promessa. Isto é, deveriam ser um momento para lançar luzes sobre a coisa pública. Mas não. Para a maioria das forças políticas, situadas à direita ou enfeudadas à política da direita, é o momento das sombras, do encobrimento do passado, do esquecimento dos actos, do anúncio de miríficas aparições salvadoras. Como se viesse aí D. Sebastião, devidamente embrulhado em nevoeiro e, por entre as brumas, nos propusessem as faces ministeriais de Ferro, de Durão ou de Portas, devidamente credibilizados por apoiantes estrangeiros. Quem não se recorda do *Mon ami Mitterrand* tem agora o *mi amigo Aznar*, e o *my friend Tony* que já serviram a Guterres e agora servem a Barroso.

As sombras, numa altura de necessária clarificação, invadem tudo. E convergem todas, sintomaticamente, para obscurecer não apenas o discurso político de cada um mas para encobrir o único discurso diferente que se perfila no conjunto das forças concorrentes. Quanto à postura do PCP e da CDU, quanto à sua prática ao longo das legislaturas, quanto às suas propostas, o silêncio e a deturpação — isto é, as sombras — adensam-se fortemente.

Nas sombras que se adensam, dificilmente é possível distinguir as diferenças entre os protagonistas da política de direita. A ouvi-los falar, parecem opor-se nos termos e nas invectivas que uns aos outros lançam. Mas, soprando com força, poderá o eleitor vislumbrar o que o discurso tapa — a persistente vontade de prosseguir a mesma política que vem agravando as condições de vida dos trabalhadores e do povo e aprofunda o fosso cavado entre Portugal e os restantes países europeus.



Até o próprio acto eleitoral — e para o que serve — fica envolto em sombras. Em lugar de ser convidado a eleger deputados cujos partidos ou coligações se apresentem com projectos e alternativas, fica o eleitor confinado à escolha entre «candidatos a primeiro-ministro», seja lá o que isso for. Antes que pense em escolher políticas, fica o cidadão condicionado a preferir executivos entre os apropriadamente chamados «governos-sombra». As sombras que, por natureza, são mais leves que o próprio ar, tornam-se pesadas de mais.

## Frases

“PCP disponível para aliança com Partido Socialista”

(Título no *Público*, 28.01.02)

“Documento aprovado reafirma disponibilidade para aliança com o PS”

(*Idem, ibidem*)

“Carvalhas diz “não” ao PS”

(Título no *Diário de Notícias*, 28.01.02)

“Um anfiteatro apinhado na antiga FIL, de punho erguido, a apoiar a estratégia do secretário-geral do PCP para as legislativas de 17 de Março. Uma estratégia seguida pelo partido há anos: um “não” à coligação com os socialistas”

(Paula Sá, *ibidem*)

“Os cerca de dois mil militantes do PCP, presentes ontem na antiga FIL na Junqueira, pronunciaram-se pela “justeza” da disponibilidade já manifestada pelo secretário-geral para a possibilidade de uma aliança pós-eleitoral com o PS”

(São José Almeida/Helena Pereira, *Público*, 28.01.02)

“Há que levar os imigrantes a entender que Portugal é um Estado de Direito onde não impera a lei do mais forte, não havendo por isso razões para que aceitem em silêncio a exploração que lhes é imposta; há também que criar novos mecanismos de acção policial que garantam maior eficácia ao combate às mafias que exploram os imigrantes. O crime organizado é um vírus de fácil propagação se não for atacado de pronto”

(Manuel Carvalho, *ibidem*)

“A despenalização não aumentaria o número de abortos: nenhuma mulher deixa de fazer um aborto por ele ser proibido. Provavelmente só o reduziria (...) Acabaria o negócio de “parteiras” e “clínicas” de luxo. E sobretudo: o que agora acontece às escondidas, de forma humilhante, discriminatória e com risco de vida (em 2000, três mortes comprovadas) passaria a acontecer em condições dignas, para as mulheres com e sem dinheiro”

(Alexandra Lucas Coelho, *ibidem*)

“Sou contra a possibilidade de escutas fora do processo penal e fora da investigação criminal”

(Luís Bonina, director da Polícia Judiciária, *Visão*, 24.01.02)

“Obviamente que podemos falar de mafias em Portugal”

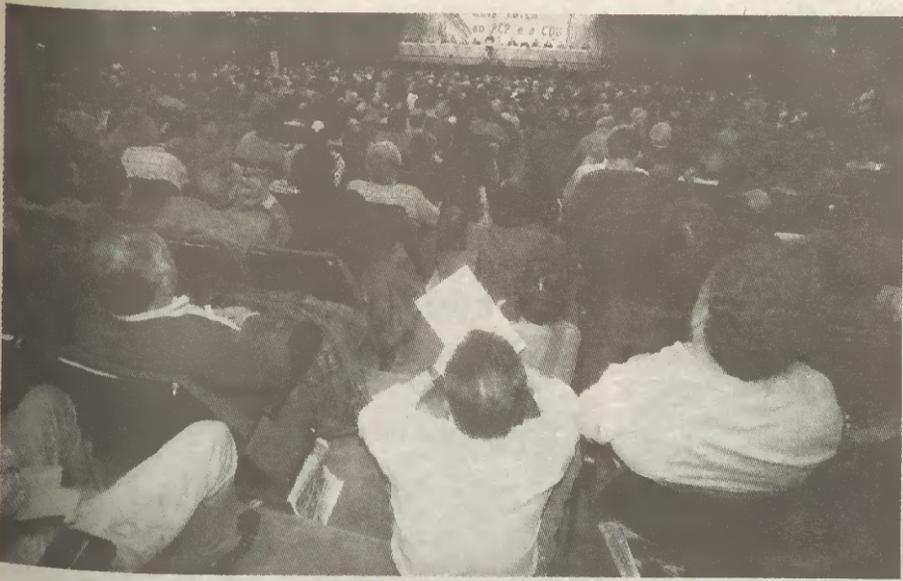
(*idem, ibidem*)

“O assassinato de dirigentes do PT [brasileiro] é uma ameaça séria à democracia na América Latina”

(Boaventura de Sousa Santos, *ibidem*)

“Com a perda de credibilidade da maioria das sondagens, PS e PSD viram-se mais do que nunca para um barómetro alternativo das tendências eleitorais: o independente conquistado, o País ficasse embasbacado e acreditasse um pouco mais na política e nos partidos políticos”

(Miguel Coutinho, *Diário Económico*, 28.01.02)



Encontro Nacional sobre as Eleições Legislativas reuniu mais de dois mil militantes em Lisboa

## Reforço do PCP é a solução para o País

**A** situação económica e social do País só pode melhorar se o PCP for reforçado. Esta é uma das conclusões do Encontro Nacional sobre as Eleições Legislativas, que teve lugar, no domingo, em Lisboa.

Mais de dois mil militantes do Partido participaram no Encontro Nacional sobre as Eleições Legislativas, que se realizou, no domingo, em Lisboa. Estiveram ainda presentes no centro de congressos da FIL duas centenas de convidados de diversas organizações regionais, bem como delegações do Partido «Os Verdes» e da Intervenção Democrática.

Os trabalhos foram iniciados por Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política, que falou do contexto em que se realizarão as eleições. Depois, os militantes dividiram-se por dois painéis, voltando a reunir-se para ouvir as intervenções finais de Agostinho Lopes, Bernardino Soares, Vítor Dias, Jerónimo de Sousa e Carlos Carvalhas, que publicamos neste número.

Só com um Partido forte poderemos alcançar um bom resultado e garantir a defesa dos direitos dos trabalhadores e o aumento do seu nível de vida. Esta foi a principal conclusão das 35 intervenções no painel de debates sobre «Uma política de esquerda, a política de que Portugal precisa». Estavam inscritos mais

25 militantes, mas o tempo não deu para todos. Cada intervenção tinha um limite máximo de quatro minutos, mas poucos foram os que conseguiram respeitá-lo.

Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, deu o mote na intervenção inicial, defendendo que a questão central do próximo acto eleitoral é a mudança da política do governo para uma política efectivamente de esquerda. E muitas foram as propostas para o programa eleitoral a apresentar pelo PCP.

Os participantes apontaram igualmente os principais problemas dos portugueses e do País: a perda do poder de compra, a descida dos salários reais, o enfraquecimento do aparelho produtivo nacional, as privatizações das empresas públicas, a morte progressiva da agricultura, o aumento da repressão sobre os trabalhadores nas empresas, o perigo de desaparecimento do sistema de segurança social, o serviço de saúde deficitário, um ensino que não se adequa às necessidades dos estudantes e do País, um desemprego mascarado, a ausência de uma política de massas para a

arte e a cultura, a alienação imposta pela televisão e o estilo de vida.

### Reforçar o PCP

A lista é grande e só poderá ser reduzida com a intervenção do PCP. Para isso, «não vale a pena chorar sobre o leite derramado», como afirmou um participante que acrescentou que «nada se resolve sem luta», defendendo o reforço das células do Partido nas empresas.

«O PCP tem de responder aos problemas dos trabalhadores», afirmou outro militante, uma ideia repetida ao longo do dia. A solução não passa por transformar «o Partido no nadador-salvador do PS» ou «ficarmos parados a dar milho aos pombos». Segundo a maioria dos intervenientes, o caminho é a afirmação das propostas do PCP junto a todos os eleitores, de forma simples e concreta, tendo em conta as alterações

### Há que afirmar as propostas do PCP de forma simples e concreta

da sociedade, marcada pela ausência de valores e por um grande poder dos *media*, controlados pelos grupos económicos.

Para isso é necessário intervir junto das massas e não mantermos apenas um trabalho administrativo. «A consciencialização não é automática e a ofensiva ideológica tem como sentido levar os trabalhadores a abdicar dos seus direitos», recordou um participante.

Houve quem levantasse algumas questões: «O que aconteceu aos partidos comunistas depois de se subjugarem aos partidos socialistas? Estamos interessados em que nos aconteça o mesmo?» A vida interna do Partido foi abordada em muitas intervenções. «É altura de ver quais são as mudanças que se deram na sociedade. Se há mudanças, são para pior e o Partido tem de lutar contra essas mudanças», defendeu outro militante.

## Uma mensagem directa e verdadeira

Afirmar a CDU como alternativa de esquerda e combater a tendência para a bipolarização entre o PS e o PSD são alguns dos objectivos à que a propagação eleitoral da CDU deverá dar resposta. Esta foi uma das principais conclusões do debate que aconteceu na secção do Encontro Nacional sobre eleições legislativas, realizado no centro de congressos da antiga FIL, reservada à discussão sobre linhas de orientação e linhas de campanha.

Na intervenção de abertura, de Vítor Dias, foi afirmado que o PS e o PSD «vão aparecer como grandes inimigos, com linhas programáticas opostas e inconciliáveis», procurando bipolarizar as eleições entre esquerda e direita – pretendendo fazer esquecer a semelhança das grandes opções tomadas por ambos os partidos enquanto foram governo – e que é necessário mostrar a diferença protagonizada pela CDU e pelas suas propostas, «não temendo a cassetete». Vítor Dias, que abriu e fechou os trabalhos desta parte do encontro, considerou fundamental insistir na convicção de que «a convergência das forças de esquerda está nas mãos dos eleitores», através do reforço da votação na CDU.

O debate prosseguiu, com dezenas de intervenções a debruçarem-se sobre que mensagem passar aos eleitores e como a passar. A melhor campanha, como se ouviu várias vezes e a diversas vozes, é a que se faz directamente com as pessoas: «a distribuição do papel deverá ser um ponto de partida para a

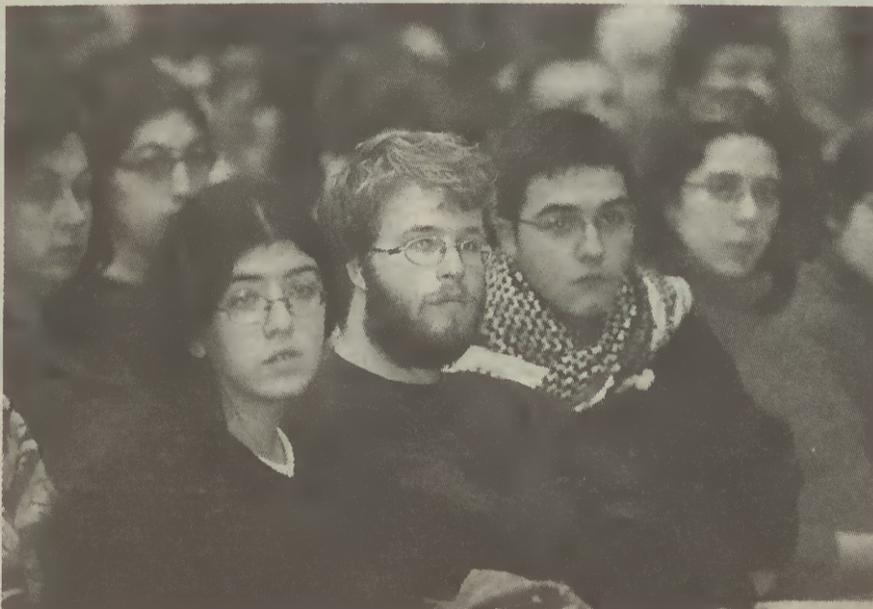
conversa e o esclarecimento», considerou um dos participantes.

Separar as proclamadas intenções das reais acções dos diversos partidos, mostrar que a política que o PS faz é de direita e que não tem grandes diferenças, nas questões essenciais, da realizada pelo PSD e afirmar o trabalho e as propostas da CDU como alternativas e verdadeiramente de esquerda deverão ser alguns dos conteúdos incluídos na propaganda eleitoral da coligação.

Quanto à forma, debateu-se em torno da necessidade de não produzir textos excessivamente longos, de ter uma propaganda directa e apetecível e de procurar aparecer mais na comunicação social – que os presentes consideraram silenciar ou deturpar continuamente a actividade e posições dos comunistas.

Todas estas discussões foram realizadas com a consciência das dificuldades que a CDU enfrenta nas eleições, realizada apenas com três meses de intervalo das eleições autárquicas e praticamente sem pré-campanha. Também ao nível dos meios as dificuldades são muitas, obrigando a um maior critério na colocação dos materiais.

A proporção da diferença de meios disponíveis pelos diversos partidos estão patentes num exemplo, deixado por um dos participantes: o PS tem mais *outdoors* em Lisboa do que a CDU em todo o País.



Apesar do curto espaço de preparação, as listas para as legislativas de Março estão prontas e os candidatos apresentados

## Os candidatos da CDU

Prosseguem as apresentações dos candidatos da CDU às próximas eleições legislativas de 17 de Março. Na última edição, publicámos os cabeças de lista aos círculos de Braga, Aveiro, Beja, Faro e Europa e continuamos, nesta semana, a publicação da quase totalidade dos candidatos. Para a semana, contamos divulgar o cabeça de lista pelo círculo de Viana do Castelo.

### Bragança



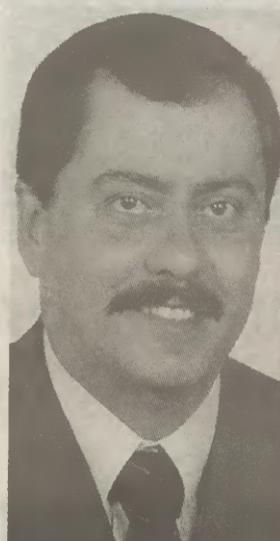
**José Brinquete**  
48 anos.  
Membro do CC do PCP

### Castelo Branco



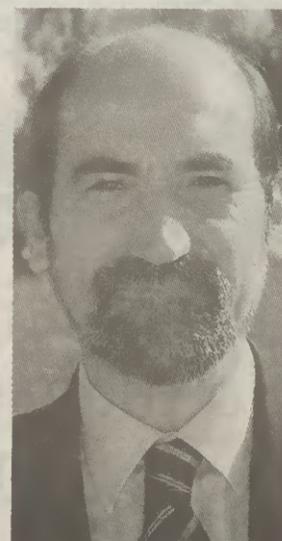
**Jorge Fael**  
32 anos. Sociólogo.  
Membro do PCP

### Coimbra



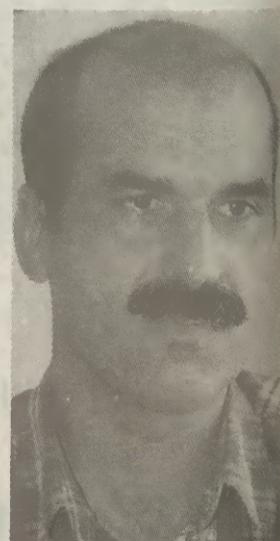
**Mário Nogueira**  
44 anos. Professor.  
Coordenador do Sindicato dos Professores do Centro e membro do Secretariado da Fenprof. Membro do PCP

### Évora



**Lino de Carvalho**  
55 anos. Deputado.  
Membro do CC do PCP

### Guarda



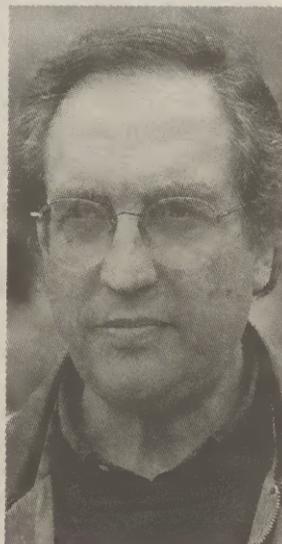
**João Abreu**  
45 anos. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge.  
Membro do CC do PCP

### Leiria



**José Augusto Esteves**  
54 anos.  
Licenciado em Sociologia.  
Membro do CC do PCP

### Lisboa



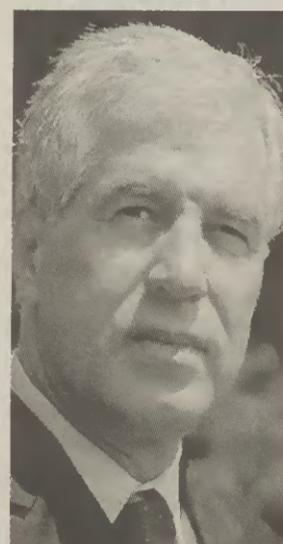
**Carlos Carvalhas**  
59 anos.  
Economista. Deputado.  
Secretário-geral do PCP

### Portalegre



**Fernando Carmosino**  
46 anos. Empregado de escritório. Membro da Assembleia Municipal do Crato.  
Membro do CC do PCP

### Porto



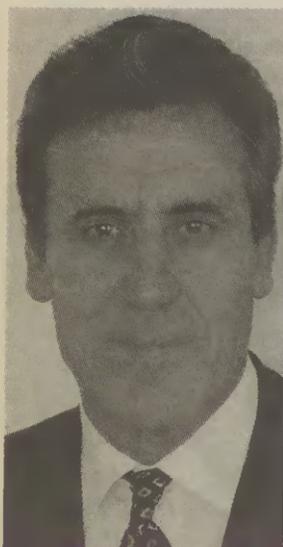
**Honório Novo**  
51 anos. Professor. Vereador na Câmara de Matosinhos. Deputado.  
Membro do PCP

### Santarém



**Luísa Mesquita**  
52 anos. Professora. Vereadora na Câmara de Santarém. Deputada.  
Membro do PCP

### Setúbal



**Jerónimo de Sousa**  
54 anos.  
Operário Metalúrgico.  
Membro da Comissão Política do CC do PCP

### Vila Real



**Armando Carvalho**  
48 anos. Dirigente da Confederação Nacional de Agricultura.  
Membro do CC do PCP

### Viseu



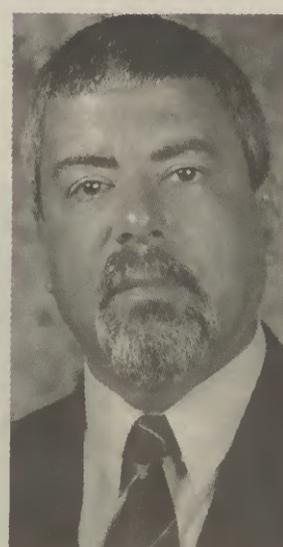
**José Teles**  
43 anos.  
Operário metalúrgico.  
Membro do CC do PCP

### Açores



**José Decq Mota**  
52 anos. Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.  
Membro do CC do PCP

### Madeira



**Leonel Nunes**  
51 anos. Empregado de hotelaria. Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Deputado na Assembleia Legislativa Regional da Madeira.  
Membro do CC do PCP

### Fora da Europa



**Ana Maria Cerqueira**  
Empresária.  
Membro do PCP

## AMORA Participação é fundamental

O PCP precisa de um envolvimento «forte, criativo e motivador» dos seus militantes de forma a garantir o reforço da votação na CDU nas próximas eleições legislativas. Este apelo foi feito por Rui Fernandes, membro do Secretariado do Comité Central, no plenário do PCP da Amora, Seixal, que teve lugar no sábado e que contou com a presença de 45 pessoas.

Rui Fernandes declarou que «aquelas que foram as razões que conduziram à erosão do Governo traduzem-se no encerramento de inúmeras empresas e no aumento dos preços de bens essenciais. Daí que seja fundamental combater a velha expressão popular que diz que “o que lá vai, lá vai”, trazendo à luz do dia aquela que foi a política de 6 anos de Governo PS.»

Quanto às afirmações, declarações e entrevistas de membros do Partido, Rui Fernandes considerou que «quem falseia as posições e orientações do PCP não pode querer o seu reforço». «Se é um facto que não tem sido o PCP a empurrar o PS para a direita, será por certo também um facto que não serão tal tipo de declarações e atitudes que arrastarão o Partido para cedências que permitam a efectivação de uma política contrária aos interesses dos trabalhadores ou ao desvirtuamento da sua natureza e princípios», acrescentou.

## VEISEU Solidariedade com trabalhadores

A Direcção Regional de Viseu do PCP denunciou o «mau momento em que vivem os trabalhadores da Vouga Têxtil, em Vouzela, e apela à solidariedade da população em geral e das instituições locais em particular». A DORV considera-se apreensiva com os rumores que dão como certa a demissão da administração da empresa, «num momento em que as remunerações correspondentes ao mês de Dezembro e o subsídio de Natal ainda não estavam pagas».

Face à gravidade da situação, o PCP exige a rápida intervenção do Governo, assim como exige da administração da empresa ou dos seus representantes legais «uma tomada de posição pública esclarecedora da situação e dê perspectivas futuras».

A Direcção Regional do PCP declarou estar «incondicionalmente ao lado dos trabalhadores desta empresa em todas as acções que decidirem levar a efeito em defesa dos seus salários e postos de trabalho».

## CASCAIS E OEIRAS Contra a redução de comboios

As comissões concelhias de Cascais e Oeiras do PCP estão contra a redução do número de comboios operada na linha de Cascais. Segundo o PCP, os transportes públicos são «uma alternativa credível e caótico trânsito que se verifica na auto-estrada e marginal, permitindo um escoamento rápido dos milhares de cidadãos que diariamente utilizam este meio de transporte» e exigem a reposição do anterior horário (os intervalos de 20 minutos foram alargados para meia hora).

O PCP defende ainda que o alargamento da coroa dos passes – a existente só vai até Oeiras – conforme proposta apresentada pelo PCP na AR e chumbada por PS e PSD, permitirá que esta empresa pública cumpra a sua função social.

# Azar ou talvez não

**U**ma pessoa sabe que a dogmática definição dos anjos e demónios está feita há muito por decreto informal e que, por isso, na conjuntura que vivemos não se pode ter grandes esperanças que um pouco de serenidade, isenção e espírito crítico irrompa por entre tanto preconceito e hostilidade.



Vítor Dias  
Membro  
da Comissão  
Política

Mas, ainda sabendo tudo isso, é caso para dizer que passou as marcas o que aconteceu nalguns órgãos de comunicação social com a sua cobertura do Encontro Nacional do PCP de passado domingo.

Com efeito, por exemplo, no *Jornal* da RTP 2 a peça sobre aquela iniciativa do PCP foi introduzida atribuindo falsamente a Carlos Carvalhas a afirmação de que «votar no PS é dar força à direita». Face a esta grotesca deturpação, escreveu-se na segunda-feira à RTP salientando que «se impõe imperativa-

«morrer de pé». Jerónimo de Sousa reclamou do *DN* uma imediata e visível publicação de um seu desmentido, uma vez que, bem ao contrário do que lhe tinha sido atribuído pelo «DN», manifestara um «desacordo frontal e radical com qualquer ideia de “morrer de pé” e antes tinha explicitamente afirmado que “queremos e haveremos de viver de pé”». Mas, no *DN* de terça-feira, desmentido nicles, fosse ele pequeno, médio ou grande, visível ou discreto.

No *Público* a coisa fiou mais fino.

De facto, ao abrigo das elásticas concepções vasadas no «Livro de Estilo» segundo as quais «não existem nos textos jornalísticos fronteiras absolutas entre informação, interpretação e a

vações pomposas como o espantado registo que Carlos Carvalhas tenha insistido em que «os partidos não são todos iguais» acompanhado logo da referência da jornalista a que «a plateia rejubila de orgulho cúmplice na convicção de que a diferença de ser comunista existe de facto e é mesmo uma condição moral superior». Acontece que a jornalista nem percebeu que, no contexto em causa, a questão de os partidos não serem todos iguais não era tanto da esfera moral mas mais propriamente da esfera dos programas, dos posicionamentos e da acção política concreta, pelo que teria sido mais educativo para os leitores que a jornalista tivesse feito demonstração concreta de como os partidos são todos iguais ou como o PCP, nesse plano, é igual a outros.

Os leitores, além de uns dislates sobre os comunistas que «acreditam fazer parte de um grupo de escolhidos, de ungidos pela verdade histórica da inevitabilidade da revolução», tiveram ainda que gramar com a estranheza por os comunistas verem como «normal a existência de uma sessão política que decorre fora dos ouvidos e dos olhos da comunicação social e que só abre as portas aos jornalistas e às câmaras para os discursos de encerramento».

A este respeito, pouco se pode fazer: a jornalista terá sempre muita dificuldade em perceber que uma iniciativa que é uma reunião de trabalho e debate sobre a preparação das legislativas só ganha em riqueza de conteúdo e em liberdade e franqueza de exposição de opiniões com o facto de a comunicação social não estar presente. E mesmo que lhe lembremos que não consta que sejam abertas as reuniões da direcção ou da administração do *Público* onde discutem detalhadamente as formas de enfrentar a «concorrência», estamos certos que ainda assim não perceberá que era só o que faltava darmos a outros partidos o tipo de informações que eles não nos dão a nós.

E, em matéria de *Público*, a propósito de liberdade de expressão, regras internas de instituições, cidadania e direitos constitucionais, fica para outra ocasião uma reflexão sobre o inquietante significado de no «Livro de Estilo» daquele jornal se instituir como «norma de conduta» dos seus jornalistas o «não envolvimento público em tomadas de posição de carácter político» («por exemplo: tempos de antena a favor desta ou daquela figura política ou agrupamento partidário (...); abaixo-assinados e tomadas de posição de carácter notoriamente sectarizados e/ou tendenciosos») devendo «todas as situações e circunstâncias particulares que possam constituir excepções a esta regra ser expostas à Direcção e ao Conselho de Redacção».

## /// Muita pressa em deturpar, nenhuma pressa em repor a verdade ///

Canal de Voz  
PÁGINA 18



de emprego  
NEGÓCIOS

## o bate o pé a Fe

Ferreira como cabeça de lista e ministra do Planeamento só aceita

do secretário  
ou impõe  
os milita-  
na camp-  
vontade  
vencer a  
por outro

### Comunistas preferem «morrer sozinhos»

A convenção do PC não trouxe novidades. Os comunistas estão contra o voto útil, só admitem acordos pós-eleitorais com o PS e não pouparam críticas aos ausentes renovadores. **Página 6**



MÉDIO O

EUA  
Arafat  
impli-  
tráfico

■ A Adm

mente que no *Jornal* da RTP 2 de hoje se esclareça que Carlos Carvalhas não fez a afirmação de que «votar no PS é dar força à direita» e que a RTP «pede desculpa ao PCP e aos telespectadores da deturpação involuntariamente cometida». Mas nesse serviço noticioso nada foi dito na segunda-feira, numa arrogante demonstração, que humildade e respeito pelos telespectadores são mesmo coisas que não existem nos responsáveis pela RTP e de que pressa só há para deturpar e nunca para rectificar e repor a verdade.

Por sua vez, o *DN*, na base de uma completa deturpação de afirmações de Jerónimo de Sousa, conseguiu levar para a zona da manchete o absurdo título «comunistas preferem “morrer sozinhos”», ideia que no corpo da notícia sobre o Encontro já se transformava em

opinião», a jornalista de serviço ao Encontro não hesitou em incluir na notícia do Encontro três grossos parágrafos que, a nosso ver, era muito mais decente e transparente ter transportado para um comentário político assumido como tal em vez de servido no quadro daquele contrabando que é feito por todos os que nos *media* têm afinal uma visceral desconfiança na capacidade dos leitores de julgarem por si próprios e não conseguem resistir à tentação totalitária de, por tudo e por nada, lhes fazerem de imediato a cabeça.

### Comentários e livros de estilo

E foi ao serviço destes métodos e concepções que os leitores do *Público* tiveram que gramar obser-

## Calúnias e deturpações

O Gabinete de Imprensa do PCP emitiu um esclarecimento, datado de 24 de Janeiro – um dia após a decisão da direcção do Partido de apresentar como cabeça de lista pelo círculo do Porto o deputado Honório Novo – que transcrevemos na íntegra:

«Em articulação com a Comissão Política e o Secretariado do CC, a Direcção da Organização Regional do Porto anunciou ontem que Honório Novo (deputado à AR e anteriormente deputado ao Parlamento Europeu) será o cabeça de lista da CDU no círculo do Porto, lugar e tarefa que, como é sabido, há dois anos foram confiados a João Amaral, no quadro da mesma soberania de decisão que agora foi exercida e que, então, também significou inevitavelmente a não escolha de outros membros do PCP.

«Entretanto, deturpações e calúnias em curso justificam que publicamente se enunciem as razões porque João Amaral, com quem esta questão foi naturalmente abordada, não integrará as listas de candidatos do PCP nas próximas eleições legislativas.

«Por um lado, considera-se que não seria admissível que João Amaral desenvolvesse uma campanha eleitoral na base de juízos deturpadores das posições do Partido que ultimamente tem sustentado em termos de assinalável impacto público, que – sublinhe-se – incidem sobre matérias de séria repercussão pré-eleitoral e que aliás poderão ser utilizadas contra o PCP pelo PS.

«Por outro lado, do ponto de vista do PCP, não seria uma atitude política razoável que o PCP exigisse que um candidato desenvolvesse uma pré-campanha e uma campanha eleitoral com orientações em muitos e importantes pontos flagrantemente opostas a juízos sobre o PCP e a orientações como as que João Amaral vem defendendo publicamente nas últimas semanas e que propiciariam uma fácil exploração política por parte de outras forças concorrentes.

«De facto, não seria aceitável para a maioria dos militantes do PCP nem dignificante para a vida política que fosse candidato pelo PCP um membro do Partido que, entre outras graves deturpações, declarou recentemente que o seu Partido faz “do PS o seu inimigo principal”, que o seu Partido é que tem empurrado o PS para a direita, que a maioria do Secretariado do PCP acha que “o PS é pior que o PSD” e que insinuou haver o risco de o PCP se transformar em “muleta do PSD”. E sublinha-se a evidência de que estas e outras lamentáveis afirmações de João Amaral exporiam uma sua candidatura e o PCP a enormes fragilidades face aos candidatos de outras forças e designadamente do PS.

«Esclarece-se ainda que a decisão tomada representa tão-só o exercício pelo PCP do direito que assiste a qualquer partido de apresentar ao sufrágio candidatos em condições de defenderem convictamente as suas orientações e propostas.

«O PCP sublinha que, nesta situação, não estão em causa nem opiniões divergentes com a orientação definida pelo PCP quando expressas no quadro do regular funcionamento e da vida democrática interna do Partido nem sequer todas as divergências expressas fora desse quadro, mas sim concretas atitudes e declarações públicas de João Amaral que representam uma grave deturpação da orientação e intervenção do PCP e se traduzem objectivamente num prejuízo para o esforço e trabalho do colectivo partidário de que faz parte. E que assim são responsáveis pela não manutenção como candidato às eleições legislativas de um membro do Partido que, ao longo de muitos anos, tem dado uma importante contribuição para a acção do PCP e para a sua intervenção parlamentar e a quem, mesmo depois do XVI Congresso onde exprimiu publicamente as suas divergências, continuaram a ser confiadas elevadas responsabilidades.»

### Resposta caluniosa

Após ter sido anunciada a decisão, o jornal *Público* reproduziu uma afirmação de João Amaral, numa entrevista à *TSF*, segundo a qual terá tido «uma conversa com um membro da Comissão Política e do Secretariado que me convidou a declinar, eu próprio, qualquer convite» e «convidou-me a ser eu a tomar a iniciativa de dizer que não tinha condições para ser candidato». O Gabinete de Imprensa, em novo comunicado, desmente que tal proposta tenha sido formulada e afirma que o que os dois dirigentes do PCP que participaram no encontro propuseram foi «tão-só que, como então parecia normal e elementar, João Amaral exprimisse a sua própria avaliação sobre a situação em causa e sobre a sua capacidade para, em campanha eleitoral, sustentar as orientações e propostas do PCP e designadamente aquelas que publicamente tem criticado na base de flagrantes deturpações».

Por salários justos e melhores salários e em defesa dos direitos

## Metalúrgicos em luta

Diferentes associações patronais, negociando em mesas separadas, apresentam propostas semelhantes, numa acção concertada contra a qual decorre a 1 de Março uma jornada nacional de luta.

Frente aos portões da **Bombardier** (ex-Sorefame), teve lugar no dia 23 uma concentração de representantes dos trabalhadores das empresas de metalurgia e metalomecânica da região de Lisboa. Aos dirigentes e delegados sindicais e membros de CTs, juntaram-se traba-

### Os trabalhadores resistem com firmeza à pressão patronal

lhadores da empresa, que faz parte da direcção da federação patronal Fename. No dia seguinte, uma reunião semelhante teve lugar em Setúbal, deslocando-se depois uma delegação até à **Lisnave**, que detém lugar de responsabilidade na associação patronal do sector. Ainda no dia 24, em Águeda, teve lugar uma assembleia de delegados sindicais metalúrgicos de Aveiro, Viseu e Guarda.

Estas reuniões integraram-se na análise da situação social e laboral que a Fequimetal/CGTP decidiu promover, como forma de dinamizar a luta reivindicativa nas empresas e a preparação de uma jornada nacional de luta, com paralisações de trabalho e acções públicas de protesto, marcada para dia 1 de Março.

A informação da Fequimetal e dos sindicatos é complementada com os textos das resoluções aprovadas, que fundamentam os motivos do descontentamento e da luta dos trabalhadores.

No sector da metalurgia e metalomecânica, como no sector automóvel ou no subsector das ferragens e veículos de duas rodas, as empre-

sas que têm responsabilidades de direcção na representação patronal são responsabilizadas, «em primeira instância», pelo bloqueio das negociações para revisão do contrato colectivo de trabalho e pelas exigências apresentadas aos sindicatos, as quais são consideradas «uma ofensa aos trabalhadores». Ressalvando a existência de nuances, os sindicatos afirmam que as associações patronais apresentam propostas com objectivos semelhantes:

- aumentar o horário de trabalho diário e semanal;
- eliminar a necessidade de acordo dos trabalhadores e afastar os ORTs do processo de fixação dos horários;
- introduzir limitações nos direitos a férias e subsídio de Natal;

- precarizar o trabalho através do alargamento do período experimental.

A Aimap retoma a tentativa de «regresso ao já estafado teste de alcoolemia», enquanto as associações do automóvel «querem agora fazer depender as negocia-

ções da aceitação do trabalho ao sábado praticamente à borla para o sector comercial».

Também é apontada como comum a todos os representantes patronais «a mesma prática de baixos salários, que tão maus resultados tem tido no sector».

### Refeitórios e cantinas

Após a greve de 24 e 25 de Janeiro nas cantinas, refeitórios, áreas de serviço e bares concessionados, convocada pela Fesah/CGTP e realizada «com grande êxito», o sindicato da Hotelaria do Sul anunciou para ontem de manhã várias «acções de denúncia do comportamento dos patrões das cantinas», cuja associação se recusa a negociar o contrato colectivo. A iniciativa, que o sindicato informou ter enquadramento a nível nacional, decorreu nas áreas de serviço de Aveiras, Palmela, Oeiras e Queluz.

## Federação do «bloco central» contra interesses dos bancários

«Não deixaremos de criar uma alternativa a esta grave situação», afirmou ao *Avante!* um dirigente das listas unitárias no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, comentando os resultados do referendo realizado dia 24, para ratificar a alteração dos estatutos do SBSI e a sua integração na federação constituída com os sindicatos do Norte e do Centro.

A federação e as modificações estatutárias vêm no seguimento da política imposta pelas tendências do PS e do PSD, que dominam os órgãos dirigentes, e contra a qual se têm batido os comunistas e outros trabalhadores do sector, organizados em listas unitá-

rias – que se candidataram aos corpos gerentes do SBSI e que, com forte apoio nos locais de trabalho e uma presença de peso em muitas estruturas representativas, têm procurado contrariar as cedências graves das direcções sindicais face às exigências dos banqueiros. Ao mesmo tempo, têm salientado a necessidade de aumentar a participação e envolvimento dos trabalhadores na vida dos sindicatos e na luta que é imprescindível travar em defesa do poder de compra dos bancários e de importantes direitos que são postos em causa. Assim, a constituição da federação, no dia 12 de Janeiro representa, (ao contrário do que foi referi-

do na generalidade da comunicação social e reproduzido no *Resumo* semanal do *Avante!*), um rude golpe na democracia sindical no sector da banca.

Numa primeira análise, que merecerá tratamento mais aprofundado numa próxima edição, o camarada Gastão Barros previu que, a partir de agora, «vão ser afastados de todas as decisões os bancários, incluindo delegados sindicais e secretariados de secção sindical que se oponham à política de capitulação da direcção». Perante esta «falta de democracia», que já se manifestou em vários momentos da vida do SBSI, com realce para o período de debate

anterior ao referendo da semana passada, as listas unitárias vão fazer «aquilo que for necessário para que os trabalhadores voltem a ter uma estrutura de classe que defenda os seus interesses face ao ataque dos banqueiros», disse Gastão Barros.

No referendo do SBSI participaram cerca de 13300 sócios; destes, cerca de 9 mil aprovaram a criação da federação. Gastão Barros salienta que, de acordo com os resultados provisórios (eles próprios adulterados por alterações introduzidas no decurso da votação), apenas 18 por cento dos 50 mil sócios do sindicato aprovaram a proposta da Direcção.

## Falta transparência no CNPRP

A falta de transparência, a inexistência da Comissão de Fiscalização, o não funcionamento do Gabinete de Auditoria e a não constituição de reservas matemáticas previstas na lei orgânica são «aspectos fundamentais» trazidos a lume pela auditoria do Tribunal de Contas ao Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais – nota a CGTP-IN. No comunicado de imprensa que divulgou sexta-feira, o Departamento de Informação da central recorda que tem chamado a

atenção para estas questões «por diversas vezes», nomeadamente através do seu representante no Conselho Directivo do CNPRP.

Contudo, «quer devido ao conteúdo da análise feita pelo Tribunal quer ao tratamento dado pela comunicação social», foi veiculada «a ideia de que houve um “desvio” de verbas da Segurança Social», cujo valor seria superior a **120 milhões de contos**. A CGTP esclarece que tal verba «resulta de excedentes do CNPRP e do

valor das reservas matemáticas», mas «a verdade é que este montante não saiu das instituições da Segurança Social».

A central sublinha que «os saldos acumulados fazem parte do sistema e deverão ser canalizados para a capitalização pública de estabilização», enquanto as reservas matemáticas «estão incorporadas nas reservas do balanço do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, cuja última conta é de 1999». Neste último

balanço constam 28,4 milhões de contos, valor que se mantém inalterável desde 1990. Isto significa, protesta a CGTP, que «a lei não está a ser cumprida», uma vez que o fundo de reservas matemáticas deixou de ser alimentado pelos saldos de gerência. «O CNPRP deve calcular com rigor o montante que cubra os riscos assumidos e assegurar um processo de actualização no momento de fixação de cada incapacidade permanente», reclama a Intersindical.

• Domingos Mealha

Mais uma multinacional de saída?

# Perigo na Vestus

Há graves preocupações quanto ao futuro da empresa de vestuário de Corroios, onde em Dezembro foi aplicado o *lay-off* a 360 trabalhadores, por um período de dois meses que termina na próxima semana.

O sindicato têxtil do Sul e os trabalhadores (mulheres, na grande maioria), contestaram a aplicação da suspensão dos contratos de trabalho, anunciada em meados de Novembro, tal como haviam contestado, há anos, a lei que veio permitir aos patrões o recurso ao chamado *lay-off*. «Dissemos que o *lay-off* não serve a empresa nem serve os trabalhadores», lembrou Josélia Xavier à nossa reportagem. Dirigente sindical, é costureira de profissão e está na fábrica de Corroios desde há 34 anos, «tinha a empresa apenas 4 meses».

Na altura, e até há cerca de 2 anos, a firma chamava-se Kansas e fazia parte de um

grupo dinamarquês, que «tinha quase o monopólio da produção de fatos de trabalho» no mercado internacional, mas que alterou a sua estratégia, deslocando a produção para a Rússia e a Estónia – referiu António Marques, dirigente da Fesete/CGTP.

Foi assim que o grupo, há 3 anos, fechou a Sic, em Mem Martins. Por esse motivo, as preocupações sindicais alargam-se agora também à Fris-tads, de Alhos Vedros.

A Kansas, na altura, «era para encerrar», mas acabou por ser vendida «a custo zero» ao grupo Tranemo; segundo os representantes dos trabalhadores, o gerente sueco da

Kansas tinha também a Gustom, em Alhos Vedros, e era o agente em Portugal do grupo sueco-holandês que acabou por ficar com a Kansas. Viveu-se um período de insegurança, «mas fomos trabalhando», uma vez que a Kansas manteve durante algum tempo um suficiente nível de encomendas para comercializar com a sua marca – exigindo a mudança de nome da fábrica.

Vitória Vieira, delegada e dirigente sindical, passou na empresa os últimos 8 anos, a trabalhar como costureira, e viu como aquelas encomendas foram diminuindo e como nenhum resultado se viu dos alegados esforços da Vestus para arranjar novos clientes. «Com o *lay-off*, ficaram apenas 60 pessoas na empresa, e perdemos também o corte,

que passou a ser feito na Fris-tads», afirma. Quanto a uma encomenda recente, de 25 mil peças, considera-a «uma gota de água», face às capacidades de produção da empresa, que facilmente ultrapassarão as cem mil peças de vestuário por mês.

A 16 de Novembro, no dia seguinte ao regresso do gerente de mais uma viagem à Dinamarca, em vez da habitual reunião mensal com a administração, os representantes dos trabalhadores foram chamados para uma reunião de emergência. Aí foi anunciada a intenção de recorrer ao *lay-off* a partir de 7 de Dezembro, mandando para casa mais de 80 por cento do pessoal, que passariam a receber dois terços do salário (deste valor, 70 por cento é custeado pela Segurança Social e apenas 30 por cento fica a cargo da empresa). O protesto dos trabalhadores valeu-lhes o compromisso da empresa de pagar mais dez contos por mês. Mas a Vestus conseguiu, por outro lado, que a Segurança Social pagasse metade do valor dos subsídios de Natal.

## Silêncio político

As estruturas sindicais contestaram o *lay-off*, solicitaram a fiscalização da aplicação da lei (os prazos legais não foram respeitados), pediram para ser recebidos nos ministérios do Trabalho e da Economia, mas não obtiveram qualquer resposta. António Marques salienta a gravidade deste silêncio, denunciando o facto de, para

além da aplicação do *lay-off*, não se notar mais nenhuma alteração na actividade da empresa. «O problema da Vestus não é financeiro, é comercial, e devia haver um esforço da gestão nessa área», defende o sindicalista, salientando como prioridade a preservação dos postos de trabalho, que devia levar o Governo e a UE a agirem de acordo com a «Europa social» que prometem.

Quando a administração esgrime o argumento de que o custo da mão-de-obra na Vestus é muito superior ao das fábricas congéneres no Leste europeu, os representantes dos trabalhadores contrapõem que, ao tomarem conta da empresa, os novos donos já sabiam dessa diferença.

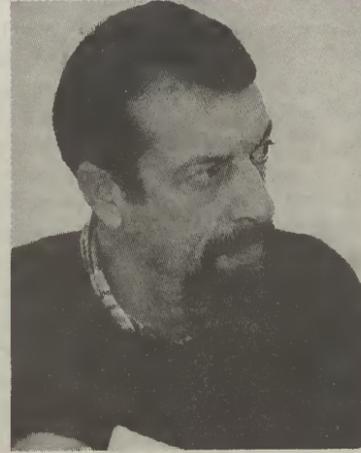
Para ontem estava agendada uma reunião com a administração, onde eram esperadas informações sobre a angariação de encomendas e a retoma do trabalho, na próxima semana. Josélia Xavier demonstrou algum ceticismo, fundamentando-o no facto de, a 15 de Janeiro, o patrão ter «deixado escapar» perante os sindicalistas que a Vestus «nunca voltaria a ter tantos trabalhadores, mesmo que viesse a ficar cheia de trabalho».

A situação da empresa e a resposta às posições patronais devem ser discutidas hoje, em plenário de trabalhadores. Mas a convicção que nos foi expressa aponta para o recurso à luta organizada, pelas formas que se mostrem mais adequadas para defender o emprego de mais de 400 pessoas e a continuação da Vestus em laboração no concelho do Seixal.

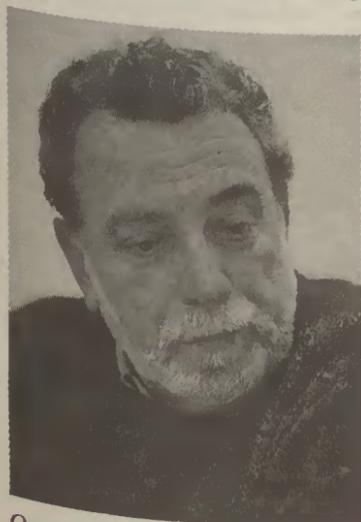
A situação da empresa e a resposta às posições patronais devem ser discutidas hoje, em plenário de trabalhadores. Mas a convicção que nos foi expressa aponta para o recurso à luta organizada, pelas formas que se mostrem mais adequadas para defender o emprego de mais de 400 pessoas e a continuação da Vestus em laboração no concelho do Seixal.



O PCP é o único partido ao lado dos trabalhadores, afirma António Marques



Não é inevitável a deslocalização das multinacionais, defende Jorge Amorim



Queremos a viabilidade, mas não na óptica dos patrões, salienta Domingos Rodrigues



Pode extinguir-se a produção de vestuário no Seixal, alerta Zózimo Amado



O *lay-off* não serve os trabalhadores nem assegura o futuro da empresa, frisa Josélia Xavier



Perdemos a secção de corte e não há novas encomendas, regista Vitória Vieira

## Mais 50 euros em 2002

Não há razões económicas para manter a um nível muito baixo os salários contratuais nas indústrias têxteis, de vestuário e calçado, salientaram os participantes no encontro nacional promovido dia 24, no Porto, pela federação sindical deste ramo de actividade. Na resolução ali aprovada e divulgada pela Fesete/CGTP-IN à comunicação social, as associações patronais dos diversos sectores são acusadas de recorrer aos «mais diversos e falaciosos argumentos» para, num momento em que já deviam estar a vigorar os novos salários, impedirem a concretização de acordos de revisão dos contratos colectivos. Os representantes das empresas persistem numa «clara posição de contenção salarial, de que resulta a diminuição dos salários reais, quando os diversos indicadores de produção, económicos e comerciais, apresentam resultados, no geral, excelentes», afirma-se na resolução.

Os sindicatos e a Fesete apresentam alguns dados oficiais que mostram, nos últimos anos, um aumento da produção, em quantidade e em valor, bem como da produtividade e das exportações. «Entretanto, os salários contratuais não acompanharam esta evolução positiva», protestam os dirigentes e delegados sindicais, sublinhando que se verificou uma redução de trabalhadores nas empresas, o que diminui substancialmente os encargos com pessoal. Em resultado desta diminuição, a exigência de uma actualização salarial mínima de 50 euros, apresentada pelos sindicatos, «tem apenas um acréscimo, nos custos totais das empresas, de 2,5 por cento na têxtil, 3,4 por cento no Vestuário e 3,7 por cento no Calçado».

A proposta sindical representa, para os trabalhadores, pouco mais de 1,5 euro por dia (300 escudos); as contrapropostas patronais variam entre 16 centimos diários, nos Curtumes, e chegam ao máximo de 48 centimos nos Têxteis, Lanifícios, Malhas, Têxteis-lar e Tapeçaria. Só para manter o poder de compra perdido em 2001, os aumentos mínimos diários deveriam ser de 55 centimos, nos cálculos da estrutura sectorial da CGTP.

Foi decidido, no encontro nacional da semana passada, denunciar publicamente o comportamento das associações patronais, que tentam «perpetuar uma matriz de baixos salários» na produção, e mobilizar os trabalhadores para «formas de acção e luta a partir das empresas, com o objectivo de atingirmos os 50 euros de aumento salarial».

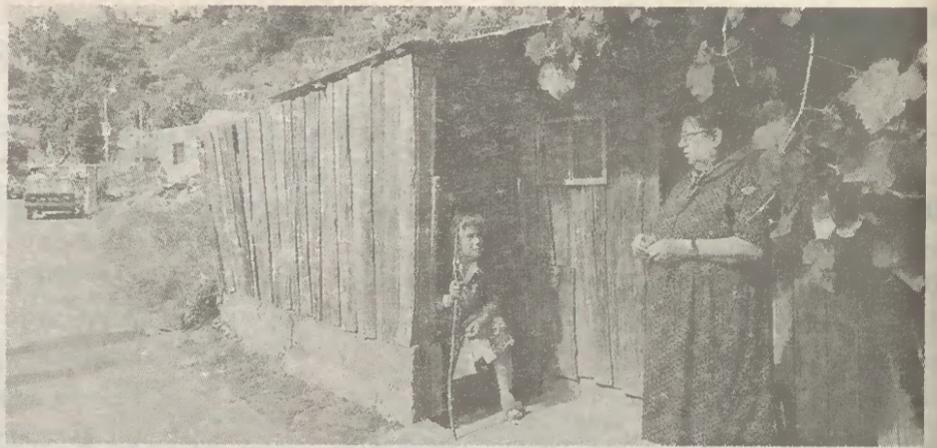
A prioridade será dada às empresas com postos dirigentes nas associações patronais. Logo após o encontro, os participantes efectuaram uma concentração frente às instalações da associação patronal do sector Têxtil.

# Barcelona e a chamada «Estratégia de Lisboa»

● Ilda Figueiredo

A evolução recente da vida política nacional com todas as suas contradições, de que um dos traços mais significativos é a erosão e descrédito da política de direita que o governo praticou, tem colocado em segundo plano os problemas e contradições da situação a nível da União Europeia. Mas a verdade é que na próxima Cimeira de Barcelona, em meados de Março, irá ser feito um primeiro balanço da aplicação da chamada «Estratégia de Lisboa». Como certamente todos se recordam, durante a presidência portuguesa da União Europeia realizou-se em Lisboa uma Cimeira Europeia, chamada do Emprego, que foi acompanhada de uma grandiosa manifestação de cerca de 70 mil trabalhadores. Nesse Conselho Europeu extraordinário, a 23 e 24 de Março de 2000, foi adoptado o objectivo considerado audacioso e ambicioso de «fazer da União Europeia, no espaço de dez anos, a economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo, caracterizada por um crescimento económico durável, pleno emprego e uma maior coesão económica e social». Em si, este objectivo encerra várias contradições para que de imediato chamámos a atenção, e que começam agora a ser mais visíveis. É que o acelerar das liberalizações, com a privatização de sectores estratégicos como transportes, energia, telecomunicações, serviços financeiros e diversos serviços públicos, só poderia agravar os problemas sociais, complicar o ambiente, aumentar o desemprego, dificultar o combate à pobreza e exclusão social e impedir os progressos prometidos na coesão económica e social. Ou seja, os dois pratos da balança não são simétricos. Não se pode caminhar no aprofundamento do capitalismo cada vez mais liberal, mais selvagem e, simultaneamente, ter mais atenção ao social, aos trabalhadores, às pessoas e ao seu bem-estar. Os grupos económicos, as multinacionais só pensam nos lucros, nos seus ganhos e não nas pessoas, sejam trabalhadores ou consumidores. As pessoas só lhes interessam enquanto puderem contribuir directamente para aumentar os seus ganhos. Depois, são tratadas como material descartável que se usa e deita fora. Como, entretanto, os chefes de Estado e de Governo dos 15 instituíram o Conselho de Primavera onde se passará a fazer a abordagem das questões de política económica, social e ambiental à luz do objectivo global do desenvolvimento durável, tendo por base a estratégia de Lisboa, temos Barcelona, onde a presidência espanhola realizará a Cimeira que irá fazer este primeiro balanço. Assim, é preciso que se veja algo mais que as expressões abrangentes e aparentemente audaciosas. A realidade que existe é cada vez mais insatisfatória e desmente as leituras optimistas e as loas à união económica e monetária em torno da entrada do euro em circulação. E não basta afirmar, como faz um relatório do Parlamento Europeu, que

«a acção ao longo de quase dois anos se processou num quadro de crescimento económico desigual, em que as condições privilegiadas que existiam à partida deram lugar a uma situação de desaceleração e estagnação económica a nível mundial, a qual se acentuou com a insegurança provocada pelos atentados de 11 de Setembro, e que, por seu lado, teve um impacto negativo nas previsões iniciais relativas à evolução do crescimento económico da União Europeia». É preciso ir ao fundo da questão, às causas mais profundas. Só assim se evita que a receita seja mais do mesmo. Como acontece com o referido relatório. Mesmo com um deficiente sistema estatístico, não se pode esconder que há desaceleração económica, agravamento no desemprego e manutenção das profundas desigualdades sociais. Os últimos dados do Eurostat, divulgados no Relatório Conjunto sobre a inclusão social, demonstram que, apesar da complexidade da análise da correlação entre a despesa pública com a protecção social e o risco de pobreza, verifica-se que as taxas mais baixas de pobreza se registam nos países com níveis de despesa *per capita* em protecção social mais elevados, e muito acima da média europeia, enquanto as maiores taxas de pobreza são as de Portugal (23%), do Reino Unido e Grécia (22%), Irlanda (20%), Espanha e Itália (19%), onde os níveis de despesa *per capita* em protecção social, em geral, são inferiores à média comunitária. Sem as transferências sociais, designadamente as pensões de velhice, estariam em risco de pobreza 41% da população da União Europeia, e essa percentagem ainda se manteria em 26% se incluíssemos as pensões de velhice, mas excluíssemos do rendimento outras transferências sociais como o rendimento mínimo garantido e prestações de apoio às famílias, o que demonstra a necessidade de manter níveis elevados de protecção social e uma especial atenção a grupos mais vulneráveis. Mas em vez de reconhecer esta situação e apontar, como caminho, a necessidade de um travão às liberalizações e uma revisão do Pacto de Estabilidade para permitir o reforço dos sectores sociais, pondo em prática a Agenda Social Europeia, aprovada em Nice, que reconhece o duplo papel da política social – enquanto factor produtivo e instrumento fundamental para reduzir as desigualdades e promover a coesão social –, o parecer do Parlamento Europeu, preparatório da Cimeira de Barcelona, insiste na progressão no sentido da flexibilização dos mercados de produtos, serviços e trabalho, e, em especial, da liberalização de sectores-chave da economia europeia como os transportes, a energia eléctrica, as fontes alternativas de energia, as telecomunicações e os serviços financeiros. Com mais do mesmo, só resta aos trabalhadores e às forças progressistas prosseguirem a luta contra este capitalismo cada vez mais agressivo.



Com a perda de fundos será ainda mais difícil ultrapassar o subdesenvolvimento regional

Numa Europa alargada, Algarve e Madeira perdem fundos dentro de cinco anos

## Riqueza artificial

O Algarve e a Madeira vão deixar de beneficiar plenamente dos Fundos Estruturais devido à entrada de dez novos países na União Europeia.

De acordo com o relatório intercalar sobre a Coesão Económica e Social da UE, que a Comissão apresentou oficialmente ontem, quarta-feira, as regiões do Algarve e da Madeira enriqueceram, deixando de estar dentro do limiar de pobreza relativa que dá acesso à maior fatia dos Fundos Estruturais comunitários (regiões do Objectivo 1).

A partir de 2007, as duas regiões vão juntar-se a Lisboa e Vale do Tejo, que já se encontra excluída do «Objectivo 1» dos fundos europeus desde 2001. As regiões dos Açores, Alentejo, Centro e Norte continuarão a beneficiar plenamente dos fundos de Bruxelas, pois, de acordo com o relatório da Comissão Europeia, permanecem com uma riqueza relativa inferior

or a 75 por cento da média na UE.

O cenário dos serviços da Comissão Europeia - feito com base nos últimos dados disponíveis (1999) - mostra que o Algarve terá um nível de riqueza equivalente a 76,8 por cento da

média da União alargada (com um total de 25 estados membros) e a Madeira 77,4 por cento. Este «enriquecimento» é no entanto apenas artificial já que resulta da descida do PIB médio europeu por força da entrada de mais 10 países candidatos já a partir de 2004.

Todavia, as regras vigentes não têm este facto em conta e só reconhecem o direito ao chamado «Objectivo 1», às regiões com um PIB (Produto Interno Bruto), por habitante, igual ou inferior a 75 por cento do médio comunitário.

De acordo com o relatório sobre a Coesão, os actuais três países menos prósperos da UE - Portugal, Espanha e Grécia - encurtaram, no seu conjunto, a distância que os separava do nível médio de riqueza da UE, passando de 68 por cento, em 1988, para 79 por cento, em 2000.

No mesmo período de 12 anos, a Irlanda, que há poucos anos estava entre os menos desenvolvidos da União, viu o seu PIB/habitante passar de 64 por cento para 119 por cento do produto médio comunitário. Portugal progrediu de 59,2 por cento da média comunitária, em 1988, para 73,5 por cento, em 2000, prevendo a Comissão que atinja os 73,7 por cento, em 2002.

Os dados confirmam assim que o alargamento da UE a mais 10 ou 12 membros pobres será acompanhada de uma diminuição importante do PIB médio, por habitante, e de um crescimento das disparidades regionais e territoriais, numa escala inédita, face aos alargamentos anteriores.

## Deputados do PCP reforçam prestígio

Com a entrada do segundo período da presente legislatura do Parlamento Europeu, os dois deputados do PCP não só mantiveram com viram aumentada a sua participação no trabalho parlamentar.

Joaquim Miranda foi reconduzido na passada semana no cargo de Presidente da Comissão Parlamentar para o Desenvolvimento e a Cooperação. Com esta nomeação, proposta pelo Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda

Verde Nórdica, onde os deputados do PCP se integram, Miranda continua a ser o único português a presidir a uma comissão do PE. Para além deste cargo, o deputado foi ainda eleito membro suplente da Comissão da Política Regional dos Transportes e do Turismo e membro da Assembleia Parlamentar para as relações com os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico).

Por seu turno, a deputada Ilda Figueiredo renova a sua

presença na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, assim como, na qualidade de membro suplente, nas comissões da Agricultura e Desenvolvimento Rural e dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades. Nesta segunda parte do seu mandato assume ainda funções como membro suplente da Comissão das pescas. A deputada integra igualmente a delegação para as relações com os países do Mashreq e do Golfo.

## UE reconhece papel de Arafat

A União Europeia reiterou na segunda-feira a necessidade de Israel reconhecer a Autoridade Palestiniana e o seu presidente, Yasser Arafat, como parceiro para negociar uma solução de paz para o Médio Oriente.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze subli-

nharam que, «para erradicar o terrorismo e construir a paz, Israel precisa da Autoridade Palestiniana e do seu presidente eleito, Yasser Arafat, como parceiro de negociação».

Os Quinze também convidam o governo israelita a acabar com práticas que levam à destruição de infra-estruturas

financiadas pela Europa e reserva-se o direito de pedir indemnizações para pagar as instalações destruídas.

Esta posição contrasta com a atitude dos Estados Unidos que têm insistido em alegadas ligações ao terrorismo da Autoridade Palestiniana e do seu presidente.

## Tomate marroquino em disputa

A Comissão Europeia e Marrocos estão a desenvolver esforços para concluir o novo protocolo agrícola do Acordo de Associação bilateral antes do início da próxima campanha do tomate, prevista para Outubro. Este é o produto que mais interessa aos negociadores marroquinos, embora seja provável que Rabat também inclua na sua lista os morangos e alguns produtos transformados.

No caso do tomate, as partes têm mantido uma longa disputa porque Marrocos considera que o tecto de exportação fixado não supõe um limite máximo, apenas a obrigatoriedade de alteração de taxas alfandegárias se eles quiserem exportar mais do que essa quantidade estabelecida. Em Bruxelas, a interpretação é outra e os negociadores insistem que se trata de um limite que não pode ser ultrapassado de forma alguma. Para a parte comunitária, os produtos de maior interesse são os lacticínios, cereais, carne e leguminosas, entre outros. O Acordo de Associação UE-Marrocos foi subscrito em 1995, mas só entrou em vigor em Março de 2000, devido ao atraso na sua ratificação por parte dos estados membros.

## África do Sul abandona marcas

A União Europeia e a África do Sul assinaram na segunda-feira, em Paarl, Cabo Ocidental, um acordo sobre comércio de vinhos e bebidas espirituosas. Após sete anos de negociações, o protocolo obriga aquele país africano a abandonar a produção e comercialização de marcas europeias como Porto, Champagne, Grappa e Sherry, num prazo de cinco anos a nível internacional e, no plano doméstico, em 12 anos. Este avanço foi destacado pelas partes como um marco importante para a consolidação do acordo de comércio livre, assinado em 1999, ao abrigo do qual o volume de exportações sul-africanas para a UE cresceu 21 por cento nos primeiros 10 meses de 2001, após ter dado um salto de 35 por cento em 2000.

A UE aceitou aumentar a quota de importações vinícolas sul-africanas, isentas de impostos, de 320 para 420 mil hectolitros e investir 15 milhões de euros na reestruturação da produção de vinhos e bebidas espirituosas deste país. O valor das exportações vinícolas sul-africanas para a UE totalizou 201 milhões de euros em 1999, ou seja, 19 vezes mais do que o valor dos vinhos europeus importados pela África do Sul.

## Protecção social

# Despesa é das mais baixas

**Portugal continua um dos países da União Europeia que menos gasta na área da protecção social, revela um relatório do Eurostat.**

Segundo o gabinete estatístico das Comunidades Europeias (Eurostat), Portugal registou na década de 90 o mais elevado ritmo de crescimento da UE em despesas de protecção social *per capita* a preços constantes, ao duplicá-las de 1990 para 1999.

Entre 1990 e 1993, por exemplo, com um crescimento anual de 12,8 por cento das despesas em termos reais por habitante, Portugal registou o maior aumento da UE em termos de protecção social (cuidados de saúde, pensões de velhice e de sobrevivência, apoio familiar, subsídio de desemprego, apoio à habitação e combate à exclusão social), já que a média de crescimento nos Quinze foi de 4,1 por cento.

No entanto, este crescimento não foi suficiente para alterar substancialmente o fraco nível de protecção social. Partindo de uma base muito baixa, Portugal continuava a ser, em 1999, dos países da União que menos despendia nesta área por habitante.

De facto, expressos em poder de compra padronizado, os gastos *per capita* de Portugal eram dos mais baixos da UE. (O poder de compra padronizado é uma forma

de comparar diferentes poderes de compra, a qual considera o nível real dos preços.)

### O ataque aos sistemas de protecção social reflecte-se na contracção das despesas

Nestes termos, Portugal gastava 3588 euros em 1999 por habitante, só acima da Espanha e da Irlanda e muito aquém do Luxemburgo, que liderava com 8479 euros. «Estas dis-

paridades reflectem diferenças entre os sistemas nacionais de protecção social, mas igualmente as situações demográficas, económicas, sociais ou institucionais próprias de cada país», refere o estudo do Eurostat divulgado

no final da semana passada em Bruxelas.

A maior parte dos benefícios de protecção social destinava-se, em 1999, em Portugal, aos cuidados de saúde (45,6 por cento) e às pensões de velhice e sobrevivência (43,7 por cento). Seguiam-se os gastos no apoio à família (5,2 por cento), ao desemprego (3,7 por cento) e, por último, ao apoio à habitação e combate à exclusão social (1,8 por cento).

### Tendência de quebra

Em relação à União Europeia, o relatório refere que as despesas em 1999 representavam 27,6 por cento do produto interno bruto (PIB), o mesmo que em 1998. No entanto, a tendência geral é de quebra, uma vez que

depois de ter aumentado no início dos anos 90, passando de 25,5 por cento para 28,8 por cento em 1993, as despesas de protecção social baixaram depois para os 27,6 por cento em 1998. Estes indicadores são um reflexo directo das políticas neoliberais seguidas nos últimos anos na maior parte dos países europeus que visam o enfraquecimento e destruição de evoluídos sistemas sociais construídos ao longo de décadas pelos trabalhadores.

Na maior parte dos estados-membros, a protecção social destina-se a pagar pensões de sobrevivência e velhice (46 por cento), seguida das despesas de saúde (34,9 por cento), apoio à família (8,5 por cento), desemprego (6,8 por cento) e alojamento e exclusão social (3,8 por cento).



A falta de investimento nos cuidados de saúde continua a afectar a maioria da população portuguesa

## Educação tem atraso de 20 anos

Cerca de metade da população portuguesa teria de passar por cursos de formação nos próximos 20 anos para que o nosso país atinja-se aos níveis de educação iguais aos dos países mais avançados da UE.

A conclusão é apresentada num estudo intitulado «a Educação em Portugal - Tendências e Oportunidades», que estima o custo deste esforço de formação entre os 559 e 570,5 milhões de contos (entre 2,79 mil milhões e 2,84 mil milhões de euros).

A ser efectuado este

investimento, até 2020, um terço dos cinco milhões de adultos activos deveria ter obtido o nível secundário ou equivalente de formação, o que implicaria formar 500 mil adultos por ano. No mesmo período, 52 por cento dos alunos teria um diploma do ensino superior, 45 por cento o ensino secundário e apenas três por cento o ensino básico.

No entanto, o estudo, da autoria de uma equipa coordenada por Roberto Carneiro, antigo ministro da Educação, traça um outro cenário menos

optimista que consiste em alcançar em 2020 o actual nível dos países europeus mais avançados, como a Finlândia, Dinamarca ou Holanda, no que respeita à estrutura educativa da sua população dos 25 aos 64 anos.

Mesmo assim, para o conseguir, Portugal terá de habilitar ou qualificar cerca de 2,5 milhões de adultos activos, dos quais cerca de metade com o nível secundário ou equivalente de formação, o que custará, entre 214 milhões e 309 milhões de contos. Assim, 40 por cento dos alu-

nos concluirá o ensino superior, 48 por cento terá terminado o ensino secundário e 12 por cento terá apenas o ensino básico.

Neste lapso de tempo, o número de jovens com idades entre os 3 e os 14 anos continuará a diminuir, passando de 14,1 por cento em 1995, para 12,9 por cento em 2020. Verificar-se-á igualmente uma forte quebra do número de jovens com idades entre os 15 e os 22 anos, que passará de 12,9 por cento, em 1995, para 9,3 por cento, em 2020.

## Quinze põem-se de acordo

O acordo sobre a composição da Convenção encarregada de preparar a próxima reforma das instituições europeias prevê que o presidente e os dois vice-presidentes deste órgão, nomeados na cimeira europeia de Laeken em Dezembro, não representem os seus governos. Neste sentido, os 15 estados membros da UE poderão nomear cada um o seu representante, que ficará junto da presidência da Convenção.

Concretamente a Itália e a Bélgica, países a que pertencem os dois vice-presidentes da Convenção, respectivamente Giuliano Amato e Jean-Luc Dehaene, poderão nomear o seu representante.

Esta foi a solução encontrada para corresponder à exigência de Silvio Berlusconi de incluir como representante do seu Governo Gianfranco Fini.

A escolha causou incómodo entre os parceiros comunitários, já que Fini é conhecido como um político de extrema-direita que classificou o ditador fascista italiano Benito Mussolini de «o maior estadista» do século XX.

## Convenção custa milhões

Na sua reunião de segunda-feira, os chefes da diplomacia da UE aprovaram ainda o plano de financiamento da Convenção que, só durante este ano deverão elevar-se a 10,5 milhões de euros (mais de 2,1 milhões de contos). E o caso não é para menos. Só o seu presidente, o antigo chefe de Estado francês Giscard d'Estaing, irá receber mil euros (200 contos) por cada dia que passar em Bruxelas, para cobrir custos de alojamento e alimentação. No caso de Amato, a diária desce para 750 euros (150 contos), e para 200 euros (40 contos) para Dehaene, uma vez que este habita nos arredores de Bruxelas. As estes valores acrescem mais 750 euros para custear cada deslocação de Giscard e de Amato à capital belga.

## Tunísia sobe no têxtil

A Tunísia ocupa o quarto lugar mundial na exportação de têxteis e confecção, depois da China, Hong Kong e Turquia, com vendas no valor de quatro mil milhões de dólares (4520 milhões de euros).

Segundo uma informação do Ministério do Comércio, as confecções tunisinas estão a impor-se em vários países ocidentais, designadamente França, Itália, Alemanha e Bélgica. Muitas das prestigiadas marcas europeias de confecção usam os tecidos e a indústria tunisina, beneficiando da mão-de-obra barata e dos preços acessíveis da matéria-prima em comparação com o mercado europeu.

## Espanha vigia activistas antiglobalização

As autoridades espanholas estão em pé de guerra com os movimentos antiglobalização e para além de várias medidas drásticas, em que se inclui a possibilidade de fechar as fronteiras, há notícia de que está a ser actualizada uma base de dados com a identidade de numerosos activistas.

Estes preparativos já alarmaram a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo, que interrogou o Conselho Europeu sobre estas iniciativas do

governo espanhol, questionando, designadamente, se a referida base de dados estará em conformidade com as normas comunitárias de protecção da vida privada e se aos visados poderá ser assegurado o acesso aos seus dados pessoais.

Os ficheiros incluem informações fornecidas pelas diferentes polícias europeias e referem-se a pessoas que participaram em manifestações ou acções de protesto em anteriores cimeiras.

Ilda Figueiredo refere ainda a criação de «unidades antiglobalização» que se destinam a intervir durante os principais eventos da presidência espanhola de modo a impedir eventuais distúrbios no decurso das manifestações. A deputada recorda ainda que os serviços de informações espanhóis controlam desde Dezembro último os sites na Internet dos movimentos antiglobalização.

Segundo fontes policiais citadas pela Agência Lusa, as

autoridades espanholas prevêem que entre três a quatro mil activistas possam viajar para Espanha para participarem em manifestações durante as cimeiras de chefes de Estado e de governo, classificadas já como de «alto risco».

As autoridades propõem-se impedir a entrada destes grupos sobretudo por ocasião das cimeiras de Barcelona, Madrid e Sevilha e nas reuniões informais de ministros de Saragoça, Valência e Santiago de Compostela.

## Detenção de menor

A deputada, de «Os Verdes», Isabel Castro enviou novo requerimento ao ministro da Justiça exigindo resposta ao pedido de informação já formulado em Novembro sobre a situação do jovem preso preventivamente desde Setembro do ano passado, no estabelecimento prisional de Portimão, na sequência de uma rusga efectuada pela GNR.

«Os Verdes» insistem na gravidade da situação, alertam para as consequências extremamente negativas resultantes desta detenção, exprimem a sua preocupação quanto ao estado desse jovem, estado esse que a tremenda morosidade da justiça e as condições degradantes do meio prisional tendem a agravar.

O partido ecologista considera que a medida tomada em relação ao jovem contraria as tendências actuais da política criminal e as recomendações internacionais e insistem que é tempo de Portugal fazer da prisão preventiva a excepção e não uma prática rotineira.

## CNA reclama apoios

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) reclamou medidas excepcionais de apoio à produção vinícola sem escoamento, problema que atinge sobretudo os vinhos brancos, verdes e a granel.

Para a «crise preocupante» da produção vinícola nacional, a CNA aponta três razões: a «inundação de vinhos importados, sem controlo, que fazem concorrência desleal» aos portugueses; a recente «campanha oficial *antivinho*» em torno da taxa de alcoémia; e o aumento da taxa de IVA de 5 para 12 por cento.

«O consumo da produção nacional diminuiu muito, a imagem do vinho está afectada e os prejuízos avolumam-se no sector», afirma a CNA.

A Confederação Nacional da Agricultura, que tem sede em Coimbra, reclama a adopção, pelo Governo, de medidas excepcionais de apoio à produção de vinhos portugueses, de forma a garantir «maior escoamento, a preços compensadores, aos vinhos de mesa». Defende também medidas de valorização, promoção e comercialização «do bom vinho português» e de controlo e restrição das importações.

## JCP-Sintra

Realizou-se no passado dia 20 de Janeiro, no Centro de Trabalho de Cacém-Sintra, uma reunião de militantes da JCP para discutir alguns aspectos do actual panorama político do nosso país.

O tema fundamental da reunião foi introduzido por Deolinda Santos, membro do CC do PCP, que falou sobre as conclusões da reunião do CC referente aos resultados das eleições autárquicas e sobre a situação interna do PCP.

Os militantes presentes, cerca de uma dezena, analisaram eventuais causas das derrotas eleitorais no Alentejo, Loures, Lisboa e concelho de Sintra e discutiram a polémica que se tem vindo a registar no PCP.

O plano de trabalho para 2002 não chegou a ser discutido, mas foi dado particular destaque ao trabalho de preparação do VII Encontro Concelhio de Sintra da JCP, a realizar dia 16 de Fevereiro.

## Escola Básica Quinta do Conde

A Organização do Ensino Secundário de Setúbal da JCP manifesta a sua solidariedade com a Escola Básica da Quinta do Conde, cujas instalações foram encerradas por decisão da sua direcção, face ao insuficiente número de funcionários.

Em comunicado de imprensa, a JCP volta a denunciar o desinvestimento e desresponsabilização do Estado na educação. E lembra as consequências desta política, com reflexos na aprendizagem e progresso pedagógico dos alunos, nomeadamente carência de funcionários, excesso de alunos por turma, falta de pavilhões gimnodesportivos, pouco ou nenhum material pedagógico ou de laboratório, falta de aquecimento.

A JCP reafirma que a política que o governo insiste em praticar é responsável pela sobrelotação das turmas e falta de funcionários na Escola Básica da Quinta do Conde e, consequentemente, pela decisão da direcção da escola.

## Escolas de enfermagem

O Departamento do Ensino Superior da Fenprof e o Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) contestam a «intolerável discriminação negativa» dos docentes das escolas superiores de enfermagem em relação aos das restantes escolas de Ensino Superior ao nível das candidaturas para Formação Avançada de Docentes do Ensino Superior, conhecidos também por PRODEP Mestrados e Doutoramentos.

Os avisos de abertura dos concursos estabelecem como requisito para a aceitação de candidaturas «a concessão de dispensa integral de serviço docente e parcial até 50 por cento no caso das Escolas Superiores de Enfermagem».

Um tratamento diferenciado que acontece pela primeira vez e que não tem qualquer justificação, consideram os sindicatos, que irão empenhar-se perante o secretário de Estado do Ensino Superior e o Gabinete do PRODEP para que esta injustiça seja reparada.

## Protestos na grande Lisboa contra degradação dos transportes públicos

# Pagar mais por pior serviço

**A degradação dos transportes públicos, em particular na área da grande Lisboa, parece ter dado nestes dias um súbito salto. Os utentes da linha de Cascais, dos transportes da Margem Sul e da linha do Sado são uma vez mais penalizados. Em nome do lucro das empresas.**

A Comissão de Utentes dos Transportes da Margem Sul, vai promover, na manhã do próximo dia 2 de Fevereiro, uma *marcha lenta*.

Com esta forma de luta pretende-se chamar a atenção para o sistemático agravamento dos problemas de mobilidade dos habitantes da margem Sul, do trânsito à portagem da Ponte 25 de Abril, passando pela inexistência de coordenação de horários entre meios de transportes. O rol de deficiências e problemas é múltiplo e a Comissão lembra, nomeadamente, a supressão e/ou encurtamento de carreiras, a falta de comboios às horas de ponta, o pagamento dos parques de estacionamento. E, a culminar, os aumentos de preços anunciados para Março.

Há trinta anos que a Administração Central não faz qualquer intervenção de fundo na margem Sul, sublinha a Comissão de Utentes, lembrando que «é na defesa dos interesses concretos das pessoas, que a política tem sentido».

O Movimento «Por melhores Comboios na Linha do Sado» protesta, em comunicado de imprensa, «tanto pela retirada de várias carreiras até Praias do Sado, que agrava a prestação de um ser-

viço que há muito carece de qualidade, como pelo aumento arbitrário, de conclusão com a Soflusa, nos títulos de transporte combinado».

Uma associação – degradação de serviços e aumento de preços – que parece tender a tornar-se norma na área dos transportes públicos.

### Protestos em Cascais

A Comissão de Utentes dos Transportes Públicos do Concelho de Cascais procedeu a uma recolha de assinaturas, no passado dia 25, no terminal da CP de Carcavelos, em

defesa dos que fazem do transporte público o meio indispensável à sua deslocação diária».

Uma iniciativa que se prende com a «medida inaceptável» tomada pela CP de «eliminar um número significativo de composições durante o dia (cerca de 40) com o aumento de intervalo entre comboios de 20 para 30 minutos sem que tenha sido dada qualquer informação ou explicação aos utentes». Entretanto, já está anunciado novo aumento de preços de transportes para Março.

Em comunicado dirigido aos utentes dos transportes públicos do Concelho de Cascais, a Comissão lembra que nos últimos anos a situação tem vindo a degradar-se e a perder qualidade. A queda frequente de catenárias, que gera atrasos nos comboios, e o mau estado de higiene e conservação das estações, que apresentam uma iluminação deficiente, são alguns

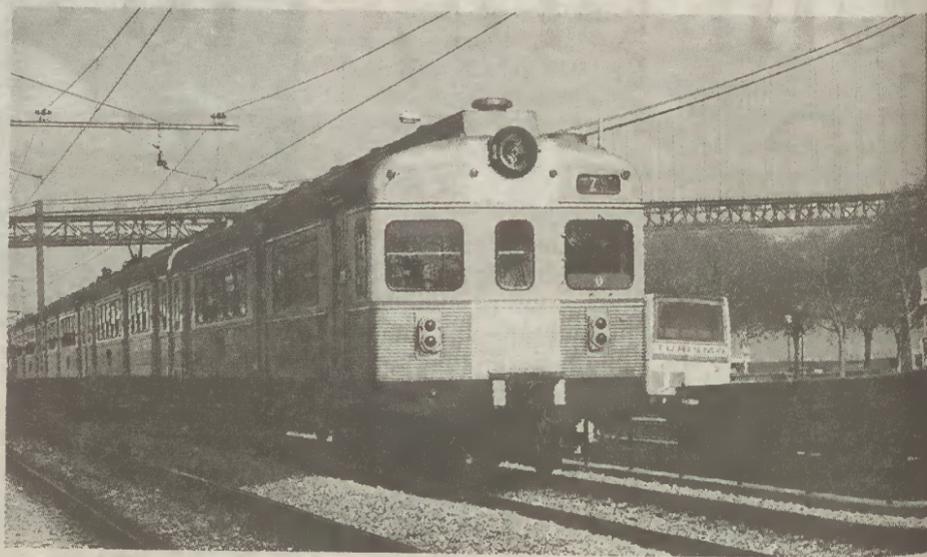
dos problemas apontados pela Comissão.

«A mira desta decisão é o lucro, com prejuízo da qualidade de vida dos que recorrem a um serviço que se quer público e prestado nas melhores condições para os utentes», sublinha a Comissão.

Críticas retomadas pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário que decidiu «juntar a sua voz ao coro de protestos e ao grande descontentamento que se verifica entre os utentes da linha de Cascais».

O Sindicato considera que a brutal supressão de comboios agora registada se deve a «uma estratégia que aposta no transporte individual». Estratégia que «prejudica gravemente os utentes e conduz à sobrecarga do trabalho dos ferroviários», pois visa também «a redução selvagem de postos de trabalho».

Neste quadro, utentes e trabalhadores exigem a reposição integral dos comboios agora suprimidos.



Os transportes públicos estão cada vez mais degradados

## Em defesa do parque Sintra-Cascais

«Os Verdes» exigem que a comissão de acompanhamento do plano de ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais (PNSC) reúna, permitindo às associações de defesa do ambiente acompanharem o processo, para tentar evitar «mais atentados patrimoniais».

Em conferência de imprensa, a deputada parlamentar Isabel Castro lembrou que «a situação política criada com a demissão do Governo e a consequente diluição de responsabilidades, aliada à suspensão do plano de ordenamento, favorecem a opacidade, novas negociações e a hipótese de mais factos consumados».

Isabel Castro defendeu ainda que o conselho consultivo criado no âmbito da sociedade Parques de Sintra-Monte da Lua «garanta a total transparência nas decisões que toma».

Com estas propostas, «Os Verdes» visam defender «todo um valioso património ímpar, pertença de todos,

apropriado e usado para benefício de alguns».

Em nota de imprensa o partido ecologista lembra inúmeros exemplos de atentados ambientais, «com as urbanizações consentidas no interior do parque natural que prosseguem, como no Abano, com as construções ilegais ao longo de toda a costa, como na Praia Grande, com o crescimento urbano selvagem na Praia das Maças, com a ocupação da Várzea de Sintra pelo betão em terrenos de

reserva agrícola e ecológica nacional, com o desmoronamento de falésias como nas Azenhas do Mar, com o escandaloso abate de árvores centenárias, entre tantos outros».

«Os Verdes» acusaram ainda a direcção do Parque, o Instituto para a Conservação da Natureza e as câmaras de Sintra e Cascais de «cometerem crimes, irregularidades e atentados ambientais no segredo dos gabinetes, tudo a favor da mercantilização da natureza».

Por outro lado, Isabel Castro congratulou-se com a manifestação popular que no passado mês de Dezembro impediu a construção de um parque de estacionamento na Volta do Duche, em Sintra.

«Não fora a intervenção activa dos sintrenses e dos que amam a serra, seria cometida uma tentativa de destruir um dos patrimónios mais importantes da vila para instalar um parque subterrâneo para automóveis», salientou.

## Professores denunciam discriminação

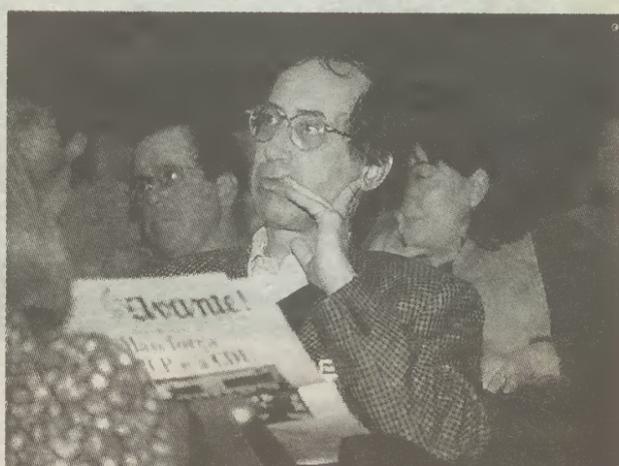
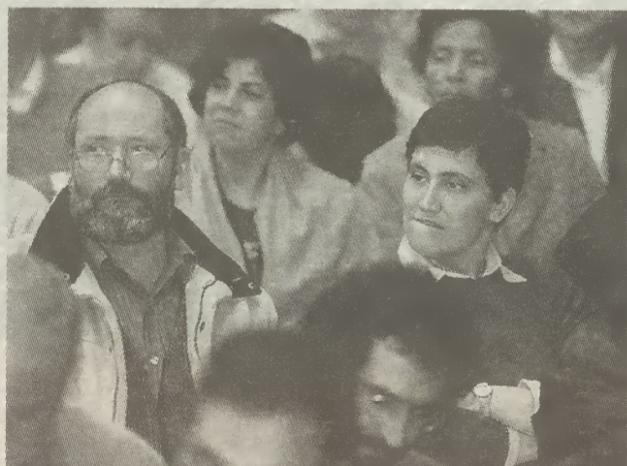
O Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) acusou os governos central e dos Açores de discriminarem os profissionais em serviço em Timor-Leste e os docentes do Continente que se candidatam a escolas das ilhas.

O sindicato contesta o facto de os professores colocados em Timor-Leste, contratados

pelo Ministério da Educação português, estarem impedidos de se candidatarem aos Quadros da Zona Pedagógica em Portugal, cujo concurso tem início no próximo dia 8 de Fevereiro.

Em causa estão «direitos profissionais e de cidadania que deviam ser intocáveis», sustenta a estrutura sindical,

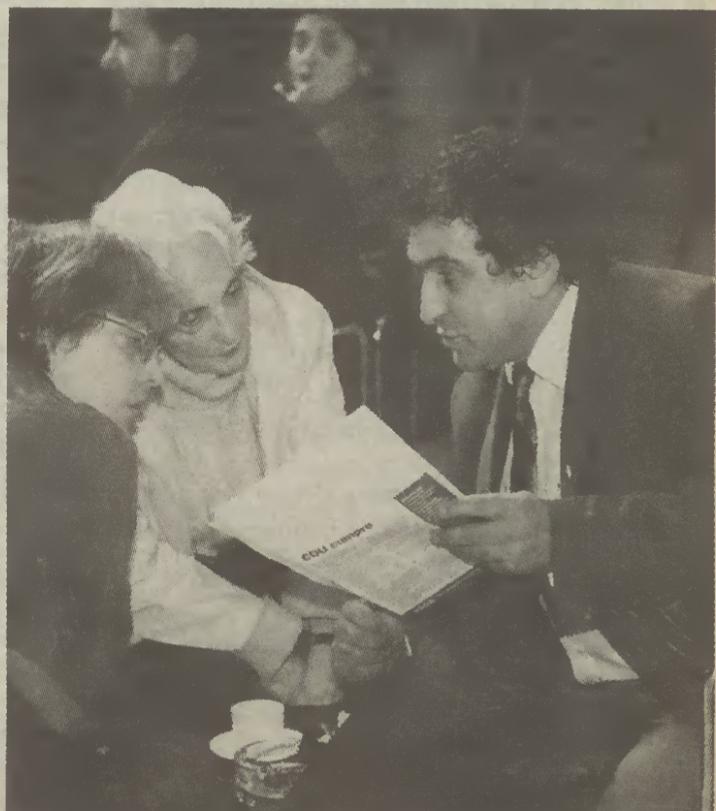
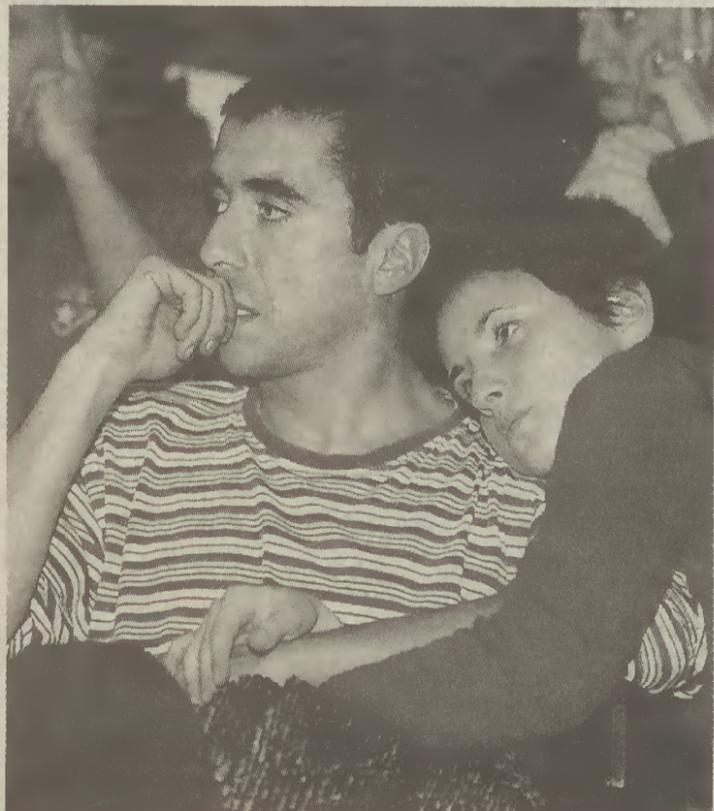
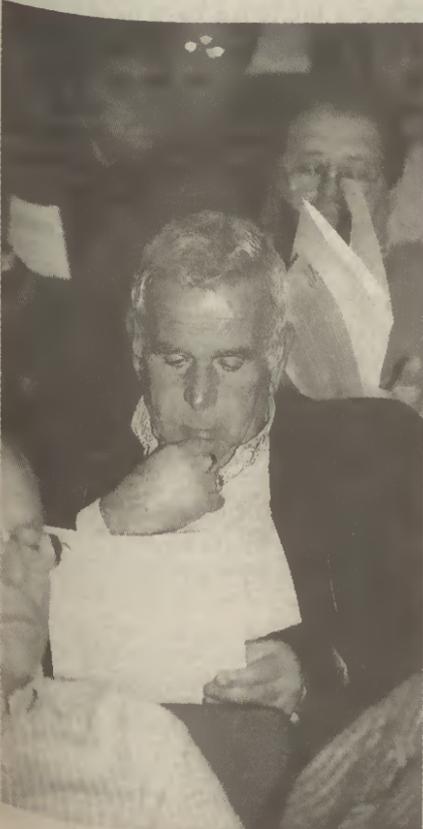
aludindo também à «atitude xenófoba» do governo regional dos Açores, ao dar, através de um diploma, preferência de colocação nas escolas da região aos professores bolseiros do arquipélago que façam parte do contingente regional ou tenham estagiado ou prestado três anos de serviço nas ilhas.



## Encontro Nacional do PCP sobre as Eleições Legislativas

# Um projecto que vale a pena

O dia de domingo foi reservado por cerca de dois mil militantes do PCP para debater as eleições legislativas de 17 de Março e a sua preparação. Em Lisboa, no Centro de Congressos da FIL, em Alcântara, discutiu-se o quadro em que decorrerá o acto eleitoral, as propostas a apresentar pelo programa eleitoral do Partido e as linhas de orientação e o estilo de campanha. Jorge Cordeiro deu início ao encontro. O encerramento foi feito por cinco outros membros da Comissão Política: Agostinho Lopes, Bernardino Soares, Vítor Dias, Jerónimo de Sousa e o secretário-geral, Carlos Carvalhas. O *Avante!* publica as suas intervenções na íntegra, bem como a Declaração aprovada no Encontro.



## Encontro Nacional do PCP sobre as eleições legislativas



## Encontro Nacional do PCP sobre as eleições legislativas



## Para uma política de esquerda Mais força ao PCP e à CDU

**1.** As próximas eleições constituem uma oportunidade para dar força à exigência de uma nova política para Portugal e para romper com um ciclo de política de direita que, nos últimos anos, pelas mãos do PS e do PSD, tem marcado negativamente a vida nacional e comprometido aspectos decisivos do desenvolvimento do País. Está nas mãos dos portugueses, e na sua determinação em dar força a uma nova política, a oportunidade de contribuírem com o seu voto para expressarem uma inequívoca vontade de dar corpo a uma mudança real de política, para ultrapassar dificuldades e vencer os desafios que perante o País se colocam.

O Encontro Nacional do PCP sublinha que reside no reforço da votação e do número dos deputados eleitos pela CDU (PCP-PEV) a condição essencial e necessária para fortalecer a corrente dos que, com convicção, colocam a exigência de uma nova política e de uma alternativa de esquerda.

**2.** A batalha das eleições legislativas vai realizar-se numa situação e num tempo em que urge colocar no centro de uma nova política a ruptura com a política de direita, e a resposta à exigência de um Portugal mais desenvolvido e mais justo, a caminho de uma democracia avançada.

É tempo de uma decidida opção pela valorização do trabalho e pelo respeito e efectivação dos direitos de todos os trabalhadores – que combata e inverta a injusta redistribuição do rendimento nacional e a permanente orientação de fazer recair sobre eles o peso das consequências de uma política, determinada por interesses do grande capital, pela imposição de baixos salários, pela precarização das relações de trabalho, pelas deficientes condições de higiene e segurança, e pela manutenção das desigualdades que atingem particularmente as mulheres e os jovens.

É tempo de assumir uma política económica capaz de desenvolver o País e melhorar as condições de vida dos portugueses, que valorize o aparelho produtivo e defenda a produção nacional, que ponha fim ao processo de privatização e garanta um sector público forte, dinâmico e eficiente, que valorize e apoie as micro, pequenas e médias empresas e um sector cooperativo e social, e que assegure uma efectiva justiça fiscal – invertendo, assim, a progressiva substituição da produção nacional, a

fragilização do nosso aparelho produtivo, e uma orientação económica contrária aos interesses do povo e do País.

É tempo de assegurar uma política que garanta as responsabilidades sociais do Estado, que defenda o sistema público e universal da Segurança Social, que aumente o valor das pensões e reformas e outras prestações sociais, que defenda e melhore o Serviço Nacional de Saúde – invertendo o desastroso processo de privatização e de subordinação à lógica do lucro.

É tempo de concretizar uma nova política que garanta uma educação pública, gratuita e de qualidade, o estímulo à formação contínua e profissional, que contribua para a qualificação da força de trabalho, que salvaguarde o património e a identidade culturais de Portugal, favoreça o trabalho criativo e a liberdade de criação, e que promova a capacidade científica, técnica e cultural nacional – ultrapassando atrasos estruturais que pesam significativamente nos problemas do País.

É tempo de dar força a uma decidida política de descentralização e regionalização, de aproveitamento equilibrado dos nossos recursos e de defesa do ambiente – rejeitando políticas centralizadoras, em grande medida responsáveis por desequilíbrios e assimetrias regionais.

É tempo de trazer à vida política nacional o restabelecimento da credibilidade da intervenção política, da transparência e do rigor no exercício dos cargos públicos, de garantir uma justiça célere, de proximidade, acessível e em condições de igualdade, de assegurar a tranquilidade e a segurança públicas, de impulsionar a reforma democrática do Estado e da Administração Pública – sacudindo a crescente subordinação do poder político ao poder económico, combatendo iníquas engenharias eleitorais, o empobrecimento da democracia e dando resposta ao distanciamento e insatisfação dos cidadãos.

É tempo de afirmar um Portugal independente e soberano, empenhado na conquista de um novo rumo para a integração europeia, aberto ao mundo e activamente vinculado à causa universal da solidariedade, da paz e da cooperação – e que trave um processo de alinhamento subserviente face a projectos federalistas para a Europa, e aos ditames de uma globalização capitalista, comandados pelos interesses do capital financeiro, apoiado na hegemonia norte-americana.

**3.** O Encontro Nacional declara que a afirmação das propostas, valores e causas que o PCP apresenta para esta batalha eleitoral, radicados nas preocupações e afirmação da luta popular, encontra na acção do Grupo Parlamentar, desenvolvida na VIII Legislatura uma sólida sustentação e a garantia da sua concretização.

Assumindo um destacado papel que importa divulgar e valorizar, o Grupo Parlamentar do PCP, para além da elevada quantidade e qualidade das iniciativas apresentadas no plano político, económico, social, cultural e ambiental, privilegiou o contacto permanente com os trabalhadores, as populações e as mais diversas associações e organizações, sendo o Grupo Parlamentar que mais leis viu aprovadas com origem em projectos seus.

A intervenção do PCP na Assembleia da República traduziu-se numa atenta e permanente fiscalização do Governo e numa firme oposição às medidas negativas e à política de direita do PS. Mas é importante sublinhar e destacar que, na sua intervenção e posição, tudo o que foi proposto por outros, com conteúdos positivos, foi viabilizado pelos deputados comunistas. O que de positivo se aprovou na Assembleia da República teve a iniciativa, a influência, o voto ou o contributo do PCP.

A oportunidade e a mudança para uma política de esquerda será tanto mais possível quanto mais votos e deputados o PCP e a CDU alcançarem em 17 de Março.

**4.** O Encontro Nacional apela a um generoso e convicto empenhamento dos militantes e simpatizantes do PCP, dos activistas da CDU e de muitos outros democratas, homens e mulheres progressistas, na construção e desenvolvimento de uma intervenção eleitoral que, no diálogo aberto e directo com os eleitores:

- afirme e projecte a CDU como uma força portadora de causas, de valores, de propostas e de um projecto político de esquerda claramente alternativos, tanto em relação aos defendidos pela direita e pelo PS como as políticas essenciais que PSD e PS executaram nos últimos 16 anos;
- valorize fortemente o vasto património de propostas, acções e intervenções do PCP, e os resultados positivos e benéficos para o povo e o país alcançados em consequência do seu trabalho, reflexão, iniciativa e luta;
- afirme e projecte a CDU como uma força coe-rente, construtiva, firme e responsável que, com

um reforçado apoio eleitoral, pode influenciar e pesar decisivamente a favor de uma nova política que, vencendo conformismos e falsas fatalidades, represente um novo e mais esperançoso rumo para a vida nacional;

• e coloque no centro do esclarecimento e do debate, e como base fundamental para a formação da vontade e opções eleitorais dos eleitores, os problemas mais sentidos pelos portugueses e mais vivos na sociedade portuguesa, e as propostas concretas para uma política de esquerda capaz de lhes dar resposta, rompendo corajosamente com a nefasta política até aqui seguida quer pelo PSD quer pelo PS.

**5.** O Encontro Nacional salienta a importância de, no plano do esclarecimento e debate eleitoral, dar firme combate a um vasto conjunto de mistificações e manobras com que PS e PSD procuram confundir os eleitores e condicionar as suas opções.

A este respeito, sublinha a imperiosa necessidade de desmascarar vigorosamente a pretensão do PSD se apresentar como grande alternativa ao PS, de o PS se apresentar como o grande adversário da direita, e de o PS e o PSD se envolverem num confronto verbal aparentemente radicalizado, quando a verdade é que nos últimos seis anos foram patentes e predominantes as convergências e acordos entre PS e PSD em matérias fundamentais, e quando a verdade é que, ao contrário do PCP, o PS volta agora a não excluir futuras alianças globais com um dos partidos de direita.

Sublinha a imperiosa necessidade de não consentir que PS, PSD e CDS-PP se refugiem nas promessas ou propostas para o futuro e de, contrariamente a esse propósito, colocar também no centro do debate eleitoral as posições, atitudes e responsabilidades concretas assumidas de cada partido nos últimos anos.

E sublinha ainda a imperiosa necessidade de esclarecer activamente que não há nenhuma «eleição para primeiro-ministro», que se vão eleger 230 deputados à Assembleia da República que, consoante a representação de cada partido e a correlação global de forças, influenciarão a formação do governo, que a obtenção de uma maioria absoluta pelo PSD ou pelo PS não é garantia de estabilidade mas de impunidade e arrogância, que a derrota da direita consiste em o PSD (sozinho ou

mesmo somado ao CDS-PP) não obter uma maioria absoluta de deputados, que deslocações de votos da CDU para o PS beneficiariam injustamente o PS e não alterariam em nada o resultado da direita, e que os votos recebidos pela CDU e os deputados eleitos pela CDU, além de contribuírem sempre eficaz e utilmente para que a direita continue em minoria, têm ainda a acrescentada eficácia de representarem a melhor e mais útil forma de protesto contra as orientações negativas seguidas pelo PS, e de pressionarem e pesarem para uma política e uma alternativa de esquerda.

**6.** O Encontro Nacional sublinha a justeza de, em conformidade com as suas responsabilidades democráticas e nacionais, e em coerência com os seus esforços sempre realizados nos últimos anos para alcançar convergências para soluções, medidas e avanços positivos, o PCP ter manifestado a sua disponibilidade para, na sequência de um resultado global que, como é necessário e indispensável, mantenha a direita em minoria na Assembleia da República, examinar com as outras forças democráticas as possibilidades de definição de uma nova política (que signifique uma ruptura com a política até agora seguida), e de soluções governativas capazes de a respeitar, garantir e concretizar.

O Encontro Nacional do PCP reafirma, entretanto, que é sobretudo da vontade e das opções eleitorais dos portugueses que depende uma evolução positiva na vida política nacional depois de 17 de Março, e que só o reforço eleitoral da CDU permitirá criar melhores condições e perspectivas para uma política alternativa e para uma alternativa política de esquerda.

**7.** O Encontro Nacional do PCP sublinha a importância da rápida concepção e organização da campanha eleitoral, e chama a atenção para a necessidade da adopção de medidas que permitam uma campanha activa, dinâmica, baseada na afirmação da força e da mobilização, assente no contacto directo, na informação, no esclarecimento e no convencimento, uma campanha dirigida aos trabalhadores, aos intelectuais e quadros técnicos, aos agricultores, aos pequenos e médios empresários, aos jovens, aos reformados e pensionistas, às mulheres, ao povo português, mostrando a importância do reforço do PCP e da CDU,

a força política em que podem confiar para a defesa dos seus interesses, com que podem contar em todas as situações, a força política cujo reforço faz a diferença nas eleições de 17 de Março.

O Encontro Nacional aponta a necessidade de uma vasta mobilização de vontades, associando ao empenhamento dos membros do Partido e dos seus aliados, a participação activa dos muitos milhares de independentes que integraram as listas da CDU para as eleições autárquicas, e de outros apoiantes da CDU.

O Encontro Nacional destaca o papel insubstituível de cada militante do Partido e de cada activista da CDU, além da participação nas acções organizadas de campanha, na iniciativa e concretização da sua própria campanha de contacto, esclarecimento e mobilização para o voto, junto dos seus familiares, vizinhos, amigos e colegas de trabalho, junto de todas as pessoas que conhece e pode influenciar.

No momento actual é preciso que cada um vá ao encontro do maior número possível de portugueses, dialogando, informando, esclarecendo, mobilizando para o voto na CDU, o voto que vale a pena.

Quando nos querem distrair, desconcentrar ou dispersar, afirmamos decididamente que não somos analistas de resultados eleitorais futuros, nem receptores de ondas de pessimismo e desistência. Somos activistas de um projecto que vale a pena, lutamos por uma nova política, por uma política de esquerda. Somos protagonistas da mudança para melhor, da ruptura com a política de direita de 10 anos de governos do PSD e de 6 anos de governos do PS, da luta por um Portugal mais desenvolvido, justo e solidário.

**8.** O Encontro Nacional dirige-se aos militantes do Partido e da JCP, a todos os que reconhecem no PCP uma força indispensável aos trabalhadores, ao povo e ao País; aos valores da democracia, da igualdade, da justiça e do progresso social; a todos os que nele reconhecem uma força de resistência, luta, construção, proposta e projecto, a todos os que, com uma convicção e determinada mobilização de energias e vontades, contribuem para que o PCP trave com êxito a exigente e difícil batalha das próximas eleições legislativas.



• Carlos Carvalhas  
Secretário-geral  
do PCP

## Encontro Nacional do PCP sobre as eleições legislativas

### O que está em causa nestas eleições

Quero saudar-vos e saudar todos os militantes e simpatizantes do PCP e da CDU e todos aqueles e aquelas que contribuíram para concretização deste nosso Encontro Nacional. Quero, também, saudar e sublinhar as diversas contribuições e reflexões para a melhoria do nosso programa, para o acerto e enriquecimento da nossa intervenção eleitoral que fomos colhendo ao longo dos diversos plenários e no debate vivo, interessado e participado desta nossa iniciativa.

Estamos a poucas semanas do acto eleitoral. O que está em causa nestas eleições é saber se vamos continuar com o essencial da política que foi levada à prática nos últimos dezasseis anos, primeiro pelo PSD e depois pelo PS, ou se vamos ter uma nova política.

Se vamos ter mudança de caras ou de símbolos, ou de caras e símbolos, numa encaenação em que, alterando o acessório, permita que tudo o que é essencial fique na mesma.

A direita nada tem para oferecer de novo ao País que seja diferente ou melhor do que, desgrazadamente, já impôs no passado e o PS só alterará com significado a sua anterior política se se modificar a correlação de forças à esquerda.

**É necessário que se alargue a compreensão de que a transferência de votos e de deputados entre o PCP e o PS não altera o resultado numérico da direita, mas que deslocações do eleitorado do PS para a CDU dão mais força à luta por uma viragem à esquerda depois das eleições.**

É necessário que se manifeste a compreensão de que, quanto mais pesar a CDU em votos e deputados mais peso terá uma política de esquerda, mais força terão os que aspiram a uma verdadeira mudança.

É necessário que se manifeste também a compreensão de que para derrotar a direita (PSD e PP) não é preciso votar no PS, pois não havendo maiorias absolutas de um só partido o que conta são as maiorias que se formam e os deputados da CDU contam sempre para derrotar a direita e a política de direita. A mudança não é o regresso a políticas do passado jogando com a falta de memória e com mais ou menos disfarces.

**Nestas eleições, a direita, e nomeadamente o PSD, coloca a máscara da humildade para que se esqueça o cavaquismo. Promete mudança, agrega os velhos e novos barões candidatos aos jobs e procura explorar a seu favor o descontentamento e o desencanto com os governos PS, escondendo que o fracasso desta política está em grande medida ligado à continuação da política de direita nas questões mais estruturantes. Escondendo as múltiplas convergências e acordos que teve ao longo destes anos com o PS, escondendo a grave situação em que deixou o País.**

Por sua vez, o PS pela voz do novo secretário-geral, ao mesmo tempo que procura demarcar-se do Governo de que fez parte, acena com o perigo da direita, elogia Guterres e mistifi-

cadoramente faz apelo ao voto útil para impedir esse perigo. Mas, como todos sabemos, foi o PS quem fortaleceu com a sua política a direita e o seu poder económico que a alimenta. E nunca vimos o PS preocupado com os perigos que a direita representava no tempo dos acordos (ora com o PSD, ora com o PP, ou com ambos). A política das mistificações, dos zigzagues, parece querer continuar como cultura política do PS, o que não é bom sinal.

Como afirmava recentemente um comentador da área socialista, nestes seis últimos anos, salvo alguns aspectos, leis e medidas pontuais positivas (muitas das quais, é bom lembrar, resultantes da iniciativa ou da pressão do PCP) «governou-se à direita com o pseudónimo de esquerda». E, como dizia outro, «o PS tem de entender que não se pode ser de esquerda no rótulo, do centro na campanha eleitoral e, finalmente, de direita na governação...».

Pela nossa parte, podemos afirmar que ao longo destes anos o PCP deu uma contribuição decisiva para travar e derrotar ofensivas retrógradas. Que sempre esteve ao lado dos trabalhadores e do povo nas suas justas lutas e reivindicações, e podemos também acrescentar com verdade que, na Assembleia da República, tudo o que representou avanço teve ou o impulso, ou a iniciativa, ou a luta, ou a pressão negocial e de massas e o voto do PCP.

E também não foi por não se ter verificado uma maioria de votos na Assembleia da República - que, aliás, se pronunciou positivamente - que o nosso país tem ainda hoje uma legislação mais retrograda do que, por exemplo, a nossa vizinha Espanha, em relação à despenalização da interrupção voluntária da gravidez, com graves consequências como a que agora se verificou no humilhante julgamento da Maia em que hipocritamente se obrigou, neste século XXI, mulheres a terem que expor a sua vida privada.

Os deputados do PCP nunca faltaram com a sua intervenção, com as suas iniciativas, com as suas propostas e com os seus votos para a viabilização mesmo de pequenas conquistas no sentido do progresso e da justiça social.

Mas o mesmo já não se pode dizer do PS, que, numa posição arrogante, sempre afirmou governar sozinho com acordos pontuais à sua direita e a sua esquerda, que fechou portas para se concretizar uma outra política que com os seus votos ou conjuntamente com os votos da direita inviabilizou importantes propostas, medidas e projectos do PCP, de que cito a título de exemplo, os relativos:

- à criação dos institutos regionais;
- ao aumento digno do salário mínimo nacional e à atribuição do direito de subsídio de desemprego aos docentes contratados dos estabelecimentos de educação e ensino públicos;
- à regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados;
- à criação de um regime especial para jovens de acesso a serviços de transporte, saúde e cultura;

- à confirmação do passe social intermodal, como título nos transportes colectivos de passageiros actualizando o âmbito geográfico das respectivas coroadas;

- à criação de um Observatório de Justiça;
- à revisão do regime jurídico da reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, procedendo à revalorização das pensões e à melhoria de outras prestações (a proposta do PCP garantia a actualização das pensões degradadas resultantes de acidentes de trabalho que atingem em Portugal valores irrisórios, sobretudo em relação às mais antigas);
- à Lei-Quadro do associativismo juvenil;
- à concretização de medidas de reestruturação fundiária na área de intervenção do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva.

E esta é a realidade. O resto são fantasias de quem quer reescrever a história em função dos seus interesses de momento. E não temos dúvidas que esta posição autista e a lista das reprovações ainda teria sido pior do que foi se o PS tivesse tido a maioria absoluta.

Quando o PS e PSD pedem, embora de forma disfarçada, a maioria absoluta, o poder absoluto - instrumento de arrogância, impunidade e clientelismo - o que pretendem é ficar com as mãos livres para prosseguirem nas questões mais estruturais a mesma política, de aperto do cinto aos trabalhadores, aos reformados e aos pequenos e médios empresários, como, aliás, se tem verificado.

**É também por isso que há em muitos cidadãos um sentimento de frustração e de descrença que os empurra para a indiferença e a abstenção.** Promessas não cumpridas, problemas não resolvidos, nepotismo, injustiça nos impostos e na distribuição do rendimento, desigualdade dos cidadãos perante a justiça e o Estado, cidadãos reduzidos a meros espectadores de política, democracia empobrecida, concentração da riqueza. Conhecendo este sentimento crescente, as forças do bloco central dos interesses procuram fomentar a ideia de que os partidos são todos iguais, que a culpa é dos políticos e dos deputados e avançam com propostas para reduzir o seu número na Assembleia da República com o objectivo não declarado de liquidarem a proporcionalidade e enfraquecerem a representação institucional das forças que lhe dão combate. É necessário desmascarar esta hipocrisia e derrotar tais objectivos.

É da máxima importância que os trabalhadores e o povo não entreguem, pela abstenção o seu voto a outros, é necessário que tenham confiança na sua intervenção cívica, na força da sua opinião e do seu voto. Com o seu voto podem dar mais força às suas aspirações reivindicatórias e vontade de mudança, dando mais força a aqueles que sempre se têm batido pela resposta aos seus problemas; dando mais força a aqueles que lhe dão voz e que lutam por uma política mais justa e mais humana. Os partidos não são todos iguais.

Temos pela frente uma importantíssima batalha que tem que ser sustentada sobretudo no trabalho e na acção dos militantes e apoiantes do PCP e da CDU.

Temos pouco tempo, pressões bipolarizadoras por parte, designadamente, de comentadores da área do PS e do PSD e não temos os recursos financeiros que outros dispõem.

Temos ainda que enfrentar uma generalizada e fomentada amnésia sobre factos, acontecimentos e lições políticas essenciais dos últimos seis anos de governação PS e das suas convergências com o PSD e o PP. Temos ainda uma grande ofensiva assente em deturpações sobre posições do nosso Partido e não um julgamento isento, objectivo, sobre as nossas posições e propostas, sobre aquilo que o PCP faz e defende em concreto na sociedade portuguesa. Mas temos também um património de acção empenhada, persistente e abnegada em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, uma rica e qualificada intervenção na Assembleia da República, o acervo de propostas fundamentadas e viáveis, para uma nova política que em breve apresentaremos ao País, a seriedade e a coerência com que o

PCP intervém em factores que sustentam a nossa confiança e determinação para travar com êxito o difícil e exigente desafio das próximas eleições legislativas.

Como já afirmámos, variadas forças e fortes interesses estão empenhados num enfraquecimento eleitoral do PCP e da CDU.

São os defensores do bloco central de interesses, os que gostariam de tornar impune a política de direita desenvolvida pelo PSD ou pelo PS, são os que gostariam de ver o PCP deixasse mais desprotegidos todos os que têm contado com o apoio e solidariedade do PCP nas lutas, nas suas aspirações, nas suas justas reivindicações.

É necessário que os trabalhadores, os eleitores da CDU, os jovens e todos os homens e mulheres vinculados aos ideais de esquerda tenham essa clara compreensão e a consciência da importância do reforço da CDU na defesa das suas justas aspirações, da melhoria do seu nível e qualidade de vida, na defesa de melhores reformas e pensões, dos direitos sociais, do interesse público, de componentes essenciais do regime democrático. **A compreensão da importância do**

## Encontro Nacional do PCP sobre as eleições legislativas

### Por uma nova política

A política de que o País precisa não passa pela fragilização, pela crescente subcontractação e liquidação do nosso aparelho produtivo, não passa pela acentuação das desigualdades, não passa pela imposição de verdadeiros tectos salariais que não cobrem sequer o poder de compra perdido com a inflação de que são expoente os 2,7 por cento de aumento para os trabalhadores da Administração Pública, nem passa por ondas de aumentos de bens e serviços essenciais que penalizam sobretudo os orçamentos mais débeis. Foi, aliás, uma política com estes traços e que vem sendo concretizada pelo actual governo de gestão que conduziram à progressiva erosão e descêndito do PS.

Foi a política de concentração de riqueza, de desmazelamento e desvalorização dos serviços públicos e de destruição de uma ética de serviço público (posto a nu na tragédia de Entrecos-Rios), foi a política de compadrio dos jobs for the boys, foram os escândalos dos Institutos e da Fundação de Prevenção e Segurança Rodoviária, foi a desorientação que passou nas áreas da economia e das finanças, primeiro com a junção de dois ministérios no mesmo titular, depois com a sua separação após a remodelação ministerial, foi o escândalo das privatizações e as peripécias com o inquérito à TAP e à sua aliança estratégica com a Swissair e com o inquérito à privatização da GALP, foi o dizer uma coisa e fazer o seu contrário, como aconteceu com a taxa de alcoolíma e com a reforma fiscal, foi a guerra entre ministros e as suas sucessivas remodelações (em vinte e seis meses houve quatro remodelações e cinquenta e nove mudanças em ministérios e secretarias!), etc., foi tudo isto que foi derrotando o governo e que matou as ilusões de muitos que acreditaram numa forma diferente de encerrar as responsabilidades públicas e de conduzir a acção governativa.

Um dos ministros das Finanças do governo do Partido Socialista caracterizou mesmo a governação rosa como sendo de «**enormes grupos de interesses sentados à mesa do Orçamento**».

É necessário uma política de verdade, com coerência, uma política de esquerda que responda a um sentimento que percorre o País e que se traduz contraditoriamente por um desejo de mudança e simultaneamente de descrença.

**Uma política que ponha o acento tónico na defesa, valorização e desenvolvimento da produção e do aparelho produtivo nacional e que na União Europeia tenha como vector estratégico a convergência real das economias, a concretização dos princípios da «coesão económica e social» e da «igualização no progresso das condições de vida e de trabalho», o reforço orçamental dos fundos estruturais.**

É quanto ao fazer-se, como ouvimos ontem, da promessa de se chegar ao dísce zero no Orçamento de 2004, uma grande bandeira, esta pode servir para dar garantias à burocracia de Bruxelas, mas é o assumir compromissos autistas e bloqueadores do agrado dos monetaristas, quando a economia portuguesa e europeia estão em recessão e precisam do estímulo do investimento orçamental e quando internamente tanto a Alemanha como a França consideram ser praticamente impossível atingi-lo.

Precisamos, sim, de uma política que impulse o desenvolvimento ao serviço do bem-estar dos portugueses.

Nun País que detém os mais baixos salários e reformas e uma das mais elevadas concentrações de riqueza impõe-se com urgência uma política que promova uma mais justa repartição do Rendimento Nacional, o que passa pela rejeição de uma estratégia de desenvolvimento assente nos baixos salários e pela realização de justiça no plano orçamental e fiscal, prosseguindo o desagravamento dos rendimentos do trabalho e avançando com a reforma dos impostos sobre o património mobiliário e imobiliário (imposto de riqueza) e revitalizando a «máquina» da Administração Fiscal. O prosseguimento da reforma fiscal e o alargamento da base tributária pelo combate à grande evasão fiscal, é também de grande importância para as reformas no sentido do progresso, da saúde e da educação e para a renovação, defesa e reforço dos sistemas públicos, que para além da eficiência nos gastos também necessitam de recursos.

Quando à necessária justiça no plano orçamental e fiscal basta por exemplo, recordar o escândalo que representa a fraquíssima tributação efectiva do sistema financeiro - 12,9 por cento em 2000 e em 2001 apesar de terem aumentado os lucros, vários Bancos viram reduzida a sua carga fiscal - quando qualquer pequena e média empresa tem uma taxa efectiva de 32 por cento. **Recordar também, que 1/3 do que a banca e as sociedades gestoras de participações financeiras deviam pagar é «filtrado» no off-shore da Madeira; recordar ainda o elevadíssimo nível de benefícios fiscais não produtivos que em 1995 eram de cerca de 137 milhões de contos e que em 2002 serão de 380 milhões!**

**Milhões que depois faltam, por exemplo, na saúde e no ensino. Não é com declarações de amor ou com confissões públicas de paixões, seguindo os conselhos do marketing político, que se dá resposta aos problemas.**

Pela nossa parte, queremos a melhoria do Serviço Nacional de Saúde, na base duma gestão democrática e duma particular atenção à eficiência dos gastos **sendo necessário dar respostas prioritárias às carências de médicos de família, enfermeiros e outros técnicos de saúde, à qualidade e humanização dos serviços, à valorização dos cuidados primários, à redução das listas de espera e dos preços dos medicamentos, à promoção dos direitos dos utentes.**

Sobre esta matéria ao ouvirmos ontem algumas passagens do discurso de Ferro Rodrigues, não podemos deixar de concluir que a convocação de eleições tem verdadeiros efeitos milagrosos.

É que ontem vimos Ferro Rodrigues a proclamar que com o PS a dirigir o próximo governo a partir de 2003 os medicamentos genéricos (que há anos e anos nós dizemos poderem poupar ao Estado e aos cidadãos centenas de milhões de contos) passaram a ser de prescrição obrigatória tanto no SNS como nas consultas particulares.

A promessa do Secretário-Geral do PS de que em 2003 a prescrição de medicamentos se fará por princípio activo é no mínimo um artifício. É que a lei 14/2000 já prevê essa exigência dizendo que a prescrição pelo princípio activo «será implementada de forma progressiva, devendo encontrar-se em plena aplicação até 31 de Dezembro de 2003». E na origem desta lei esteve um projecto do PCP.

Com eleições à porta, o que os eleitores deviam retirar desta afirmação do PS é que foi errada a forma, cega e surda como ao longo de seis anos o Partido Socialista respondeu às reclamações do PCP sobre a prescrição obrigatória dos genéricos.

É creio que também nesta questão o que os eleitores devem concluir é que dar mais votos à CDU é a única maneira de se ver na prática esta medida efectuada.

**É quanto ao ensino é cada vez mais necessário em todos os seus graus, a defesa e aperfeiçoamento de uma escola pública gratuita, democratizada e de qualidade, uma escola para a vida com a revalorização da acção educativa e a recuperação de atrasos estruturais. É necessário que a formação profissional acompanhe toda a vida dos cidadãos. A qualificação dos trabalhadores a par da pressão pela melhoria salarial, da organização empresarial e da inovação é um factor essencial para se impulsionar o aumento da produtividade e a valorização do perfil produtivo do País.** Do mesmo modo, intervir na promoção das actividades da I&D, o enriquecimento do sistema científico nacional a atenção e a resposta à sociedade de informação e a uma política cultural que salvede e valorize o património e a identidade do País, que projecte e valorize a cultura portuguesa no mundo e coloque o progresso cultural do povo e da sociedade, como vector estratégico de desenvolvimento do País.

Uma nova política tem que dar respostas à desertificação e envelhecimento do interior, à defesa e preservação do ambiente e dos recursos naturais e a um racional ordenamento do território.

Uma nova política exige também a defesa e o aprofundamento do regime democrático, uma justiça mais célere e mais próxima dos cidadãos, a credibilização das funções políticas e instituições públicas, a reforma democrática do Estado e da Administração Pública.

Os portugueses sabem e têm razões objectivas para confiarem que, tal como o fizemos na legislatura que agora terminou, honraremos os nossos compromissos e procuraremos bater-nos com energia pelos interesses do povo e do País. É de recordar e sublinhar que na última legislatura apresentámos 100 projectos de lei que tivemos uma intervenção decisiva na reforma fiscal e na nova lei de bases da Segurança Social e que deixámos significativos contributos e marcas reconhecidas em importantes leis da República, como na Lei da droga; na do privilégio concedido aos créditos dos trabalhadores em processo de falência; nas alterações ao regime de contrato a prazo; na criação dos julgados de paz; na lei de acesso aos contraceptivos de emergência; no programa dos gastos dos medicamentos; na protecção às mulheres vítimas de violência; no combate ao branqueamento de capitais, entre tantos outros.

**Esta é uma força que não só dá garantias de honrar os seus compromissos como dá garantias de se empenhar e de se bater pela resolução dos problemas, de enfrentar os grandes interesses e de levantar a bandeira dos valores e das causas mais generosas.**

Pelas suas propostas, pela sua intervenção na Assembleia da República e pelo seu património de luta, a CDU apresenta-se ao eleitorado como uma força protagonista de causas, convicções e de um projecto distinto das políticas que o PSD e o PS concretizaram sucessivamente ao longo destes 16 anos.

Apresenta-se ao eleitorado como uma força inconformista, insummissa e de esperança fazendo um vivo apelo a todos os cidadãos para que substituam a descrença, a abstenção e o desinteresse pela confiança na força da sua opinião, da sua acção e do seu voto.

Apresenta-se como uma força que quer colocar no centro do debate os reais problemas dos portugueses e do País e a necessidade e urgência de uma nova política. Esta é uma força indispensável à democracia, à juventude e aos trabalhadores, ao povo e ao País, aos valores da igualdade, da justiça e do progresso social, uma força de luta, construção e proposta em quem vale a pena votar.

Vamos trabalhar para, com convicção, mobilizar vontades e energias, por uma CDU mais forte, por uma política ao serviço dos portugueses e de Portugal.

## Pelo reforço da CDU

**reforço da CDU para que o País venha a ter uma nova política, para que o País venha a ter uma viragem à esquerda.**

Nesta fase de pré-campanha eleitoral o PSD já por mais de uma vez deu «um ar da sua graça» anticomunista. O «blá blá» também não tem faltado embora até agora ainda não tivesse encontrado palavras para se saber o que é que o PSD defende em relação, por exemplo, ao salário mínimo nacional ou em relação aos direitos em geral, em relação aos salários dos trabalhadores e à precariedade laboral que atinge sobretudo os jovens e as mulheres. Sobre estas questões mantém um prudente silêncio.

A sua grande competição com o PS está em saber quem privatiza mais e mais depressa. Em saber quem dá mais garantias ao capital financeiro e à burocracia de Bruxelas, em saber se o défice orçamental é x ou y, em saber quem mais reduz os impostos sobre os lucros das grandes empresas, numa toada de «quem vende bacalhau a pataco».

De todas as suas propostas sobressai

também pela genialidade um magnífico instrumento de combate ao despesismo e de credibilização da chamada classe política - reformada ou não - e que dá pelo nome de criação de um **Senado!** É uma proposta brilhante que tem pelo menos o mérito de mostrar o cinismo do PSD quando propõe a diminuição do número de deputados. Cinismo que em relação à redução de deputados agora também é acompanhado pelo PS, que num discurso de continuidade para ser ouvido pelo grande empresariado insiste na «moderação salarial» que se tem traduzido em congelamentos e mesmo em reduções salariais, afirmando-se disponível para alterar a legislação laboral, no sentido de permitir às empresas uma melhor adaptação às condições de mercado, leia-se mais facilidades para os despedimentos, maior flexibilidade e precarização. É bom que a juventude, os trabalhadores em geral tenham consciência do que isto significa se não houver um reforço da CDU.

**O País não está condenado à alternância sem alternativa. Está na mão dos portugueses acabar com o rotativismo entre o PS e o PSD.**



● **Jorge Cordeiro**  
Membro  
da Comissão  
Política

## Encontro Nacional do PCP sobre as eleições legislativas

# Abrir caminho a uma alternativa de esquerda

As próximas eleições constituem uma oportunidade para dar força à exigência de uma nova política para Portugal. Uma oportunidade para, pelo reforço da votação na CDU e do número dos seus deputados, dar corpo e expressão a uma inequívoca vontade de mudança.

Está-nos assim colocado, a todos e a cada um, o desafio de dar resposta a uma batalha política de iniludível importância e de transformar num momento capaz de dar corpo à afirmação de uma política alternativa e de uma alternativa de esquerda.

Temos todos consciência das exigentes e complexas respostas políticas e eleitorais que seremos chamados a dar nesta batalha.

Uma batalha política que se apresenta não só mais exigente que em outros momentos mas também de maior exigência se comparada com a intervenção de outros.

Mais exigente que em outros momentos pela conjuntura e o quadro político em que são preparadas e realizadas. Uma conjuntura marcada pelo peso dos resultados das eleições autárquicas recentes, das leituras distorcidas e dos processos que sobre eles se produziram, e pela evidente escassez de tempo necessário para construir e organizar uma campanha intensa e mobilizadora.

Uma campanha que torna praticamente coincidentes a tarefa de organizar a intervenção eleitoral, preparar os meios que a suportam, mobilizar a organização do Partido e desenvolver a acção eleitoral e o esclarecimento e convencimento do eleitorado tornando quase indistintas as fases de pré-campanha e campanha tal como as temos conhecido e concebido em eleições anteriores.

Uma campanha que se nos coloca de forma mais exigente que a outros pela óbvia razão de que não dispendo de meios idênticos, enfrentando uma clara desproporção de recursos e não beneficiando da benévola cobertura informativa que será dedicada a outros mais exige, num período de tempo que escasseia, uma intensa campanha esclarecedora e de massas, assente no contacto directo, na proximidade aos trabalhadores e à população, no esforço de esclarecimento e convencimento da natureza e objectivos das eleições, da importância do voto na CDU e nas razões de apoio às nossas propostas e projecto.

Uma campanha que tem ser desde logo chamada não apenas a esclarecer e divulgar as nossas propostas mas também a dar resposta e repor a verdade sobre as muitas, velhas e novas, mistificações que desde já se erguem no limiar do debate pré-eleitoral.

Uma campanha que esclarecedora e pacientemente será chamada a recordar que nestas eleições se decide não a eleição de um qualquer primeiro-ministro mas sim a eleição de 230 deputados, esclarecimento essencial para não deixar atrelar a disposição de voto de milhares de eleitores

a uma simplificação orientada para alimentar o chamado voto útil.

Uma campanha que esclarecedora e convincentemente será chamada a recordar que o voto não deve ser decidido em função da mera resposta à pergunta de saber quem ganha ou qual o partido mais votado, em detrimento da questão decisiva que é a de saber quantos deputados é que cada partido elege e que maiorias se formam na Assembleia da República.

Uma campanha que esclarecedora e convincentemente demonstre, perante a argumentação que tendenciosamente pretende identificar o objectivo da derrota da direita ao voto no PS, que todos os votos na CDU contam para derrotar a direita, com a vantagem de contarem também ao contrário de outros para não dar suporte a uma política de direita.

Uma campanha que esclarecedoramente dê combate e reduza a margem de sucesso à operação destinada a fixar o debate no vago objectivo de uma alegada disputa esquerda/direita, assim definida por uma conveniente arrumação de circunstância com meros fins eleitorais favoráveis ao PS, e sem atender aos conteúdos das propostas e ao valor distintivo de cada projecto político em presença. Tudo vendido à margem da comprometedor prática política e governativa de cada um que à força se pretende apagar da memória e arrumar na arrecadação das traseiras para não destoar das fachadas retocadas.

Uma campanha que convictamente deixe claro a todos os portugueses que a mais importante questão a que as próximas eleições terão de responder é a de saber se vai continuar uma política de direita, reassumida pelo PS ou retomada pelo PSD, ou se se abre caminho a uma alternativa e uma política de esquerda, pela concretização de um sólido reforço eleitoral do PCP e da CDU.

A realização deste nosso encontro, a exemplo de todos os outros que têm antecedido as principais batalhas eleitorais, assume uma significativa importância. Dele se espera, ainda que com evidentes limitações de tempo, pela participação, reflexão e opinião individual e colectiva que contribua para identificar as linhas gerais de orientação da nossa campanha, para sublinhar as ideias essenciais que dêem suporte à afirmação do PCP e da CDU como elemento essencial à construção de uma nova política e para lançar a partir da sua realização uma dinâmica campanha eleitoral, mobilizadora de vontades e energias, assente na participação de milhares de membros do Partido e de activistas e apoiantes da CDU.

Uma campanha que tem de assentar num alargado esforço de esclarecimento que nos leve até onde as pessoas estão, privilegiando na programação as iniciativas de contacto directo, os porta a porta, as sessões de esclarecimento, as idas à porta das empresas, aos centros de dia.

Uma campanha que dê sequência às acções que vimos realizando junto dos trabalhadores e das empresas, assegurando hoje aquele reencontro com momentos anteriores em que não por razões de apelo ao voto estivemos com os seus problemas, aspirações e direitos.

Uma campanha que nos aproxime dos reformados e idosos e da suas aspirações a uma vida melhor, que nos leve junto dos jovens e dos seus problemas e reclamações, que leve as nossas propostas e o testemunho da nossa acção em defesa dos agricultores, dos pequenos e médios empresários e de outras camadas da população.

Uma campanha capaz de divulgar a natureza distintiva das nossas propostas, do conteúdo dos eixos estruturantes de política que o PCP propõe e do firme compromisso que ele representa perante os trabalhadores, o povo e o País.

Uma campanha que com nitidez mostre que a política de esquerda que o PCP propõe se assume em clara ruptura com a continuada política de direita prosseguida nos últimos 16 anos pelos governos do PS e do PSD.

Uma campanha que deve privilegiar a divulgação das nossas propostas e a valorização do nosso património de trabalho e intervenção mas que também de ser chamada a não deixar apagar da memória o passado mais ou menos recente, a acção governativa e as responsabilidades políticas concretas de cada partido e as suas consequências para o País.

Todos estamos em condições de avaliar as dificuldades da batalha que vamos enfrentar e os obstáculos a vencer.

Mas essas são razões para reforçar a indispensável confiança com que temos que enfrentar estas eleições.

Uma afirmação de confiança não para ser tomada como uma afirmação gratuita ou para ser transformada numa qualquer fixação mensurável de objectivo eleitoral a cobrar posteriormente, mas sim como uma manifestação legítima fundada na convicção da importância e da necessidade de um resultado que se traduza no reforço da CDU e da sua votação como condição indispensável para abrir caminho a uma nova política e a uma alternativa de esquerda.

Aqui estamos a partir deste nosso Encontro dispostos a contrariar ondas de infundada descrença e pessimismo alimentadas pelo peso de sondagens, de análises tendenciosas e de algumas profecias.

Aqui estamos dispostos a não permitir que uma assumida consciência das dificuldades não se transforme num sentimento paralisante de fatalidade.

E daqui sairemos dispostos a afirmar a nossa mais viva determinação em travar com iniciativa, ousadia e confiança uma batalha de inegável importância, com consciência de que ela constitui um momento mais entre os muitos outros que o Partido continuará a ser chamado na luta pela emancipação dos trabalhadores, por uma vida melhor e por uma sociedade mais justa.

## A identidade das políticas nos

Uma enorme confusão e oportunistas e interesseiras análises políticas têm sido produzidas em torno de uma tese central de posicionamento político do PCP.

A tese da identificação dos eixos essenciais, dos princípios estruturantes, das lógicas e objectivos estratégicos das políticas realizadas no País ao longo dos últimos 16 anos pelos governos do PS e do PSD. Acrescente-se, identidade prolongada por cada um dos partidos, mesmo quando na «oposição» necessitam de afirmar e relevar diferenças programáticas e de comportamento político para sustentarem uma futura alternância.

Começemos por nos interrogar: o que os diferencia, o que os separa na vertente das políticas económicas?

**A ortodoxia monetarista e neoliberal do Pacto de Estabilidade?** Que amarrou o Orçamento do Estado a um autêntico espartilho, deixando como variáveis económicas para a regulação macro-económica o nível salarial e de emprego, o nível de despesas sociais e investimento público?

**As funções (mínimas) de um Estado mínimo?** Reduzido a um mero regulador do mercado, sem força nem meios para regular coisa nenhuma? Ou criador de «estruturas de regulação» supostamente neutras, mas de facto dominadas pelas orientações neoliberais, quando não pelos gurus dos grupos económicos? Nada, mas nada mesmo, os diferencia ou separa.

Parece poder concluir-se que em política económica, para lá da total convergência na «redução da despesa pública», o que os separa é, quando muito, a lista das empresas a privatizar. Questão que Ferro Rodrigues, explicitamente,

refere na sua Moção de Estratégia, «profunda racionalização (...) e eventual privatização ou concessão» de empresas de capital público, «nomeadamente na área dos transportes».

De facto a identidade dos modelos e políticas económicos é total. O modelo de velhíssimas teses e opções políticas ajustadas aos interesses da grande burguesia portuguesa, no quadro da integração económica desigual, do aprofundamento federalista da União Europeia, da globalização capitalista neoliberal.

**Os grandes grupos económicos (monopolistas) como células nucleares da vida económica do País. Uma reforçada ligação entre o poder político e o poder económico. A atribuição de um lugar estratégico ao capital estrangeiro.**

**A persistente aposta num crescimento económico, assente em produções de reduzido valor acrescentado, baixos salários e mão-de-obra precarizada.**

**A valorização da posição geoestratégica do País como elo e plataforma dos interesses dos grupos transnacionais.**

Mas haverá sempre almas bem intencionadas que argumentarão, identidade sim, talvez, em matéria de política económica. Não pelas suas preocupações sociais. Ou seja, pelas medidas, ou melhor, as ambulâncias que enviam aos mortos e feridos do neoliberalismo desenfreado e do nunca assaz louvado critério da competitividade.

Duas referências devem ser objectivamente feitas. À política salarial, pelo seu carácter estruturante na redistribuição da riqueza produzida no País. À legislação laboral, pelos seus profundos impactos no nível civilizacional da

sociedade portuguesa. Alguma diferença significativa? As teses centrais são inequivocamente semelhantes, pesem as formulações ambíguas ou de quadratura do círculo do PS.

Falando na sua Moção, de «Aperfeiçoar a coesão social», Ferro Rodrigues nem uma só vez pronuncia a palavra salário ou faz referência à política salarial. Nem sequer a calina afirmação de um crescimento salarial à medida dos incrementos da produtividade. Nada refere sobre um dos mais alargados leques salariais da União Europeia!

Mas falando para os Melos, Carrapatosos e Mexias e Companhia, é mais explícito: «uma maior moderação no crescimento dos salários em Portugal!» Branco é, galinha o põe!

Em matéria de legislação laboral, o aceno ao grande patronato é indisfarçável. Vai da «renovação da legislação laboral» à proposta do actual ministro do Trabalho, e seu porta-voz, que se diz preparado para «atacar (a palavra é adequada) a legislação laboral flexibilizando os horários de trabalho!» Falando para o grande capital, Ferro Rodrigues precisa: «disponível para alterar a legislação laboral no sentido de permitir às empresas uma melhor adaptação às condições de mercado!»

Quem fala assim não é gago!

Inevitável é que, quem assim se identifica em eixos essenciais da política económica e social, acabe por convergir em torno das questões do sistema político e eleitoral e da própria práxis política. E não é preciso sequer recordar mais uma revisão extraordinária da Constituição, na legislação que agora acabou, aprovando PS e PSD novas e graves alterações desfiguradoras da Constituição da República.

## Encontro Nacional do PCP sobre as eleições legislativas

# Vale a pena reforçar a CDU na Assembleia da República

Ao entrarmos em mais um período eleitoral, a afirmação do trabalho institucional dos comunistas na Assembleia da República é um aspecto fundamental da nossa intervenção. Reafirmando que do que se trata nas eleições de 17 de Março é de eleger 230 deputados e de determinar que relação de forças teremos na Assembleia da República, mais se justifica assinalar a diferença da postura dos parlamentares comunistas e do seu Grupo Parlamentar.

Uma postura orientada pela defesa dos interesses do povo e do País, pela afirmação das propostas e do projecto do PCP e por um permanente contacto com os trabalhadores e a população. Por isso vale a pena reforçar o PCP e a CDU na Assembleia da República.

Só assim aliás é possível que, na VIII Legislatura que agora finda, o Grupo Parlamentar do PCP seja o que maior número de iniciativas legislativas parlamentares teve. Assim demos voz no Parlamento às necessidades, problemas e aspirações do povo português e apresentámos as soluções, as propostas e as reivindicações ajustadas a cada situação.

Mas a valia da intervenção do PCP não se mede obviamente só pela quantidade de iniciativas apresentadas. Trata-se igualmente da sua qualidade técnica e legislativa, amplamente reconhecida, mas também da qualidade de serem propostas destinadas a resolver problemas, eliminar injustiças ou consagrar importantes avanços para o País.

Assim se apresentaram propostas estruturantes para áreas ou sectores da vida nacional, mas da mesma forma e com igual empenho se apresentaram projectos destinados a problemas mais circunscritos ou locais mas nem por isso menos importantes. Por isso vale a pena reforçar o PCP e a CDU na Assembleia da República.

Muitos pensarão no entanto que a intervenção e a actividade do PCP no Parlamento se resume à obtenção de propostas sem obtenção de resultados e melhorias concretas. Nada de mais errado. Basta dizer que nesta Legislatura que agora finda, e não contando o caso particular da

criação de novas freguesias, vilas e cidades, foi o PCP quem viu aprovado um maior número de leis – 27 – em que originariamente havia iniciativa sua.

A intervenção dos comunistas na Assembleia da República é assim para além de justa eficaz porque tem por detrás a força das aspirações dos trabalhadores e da população e a necessidade de resolver os seus problemas. Por isso vale a pena reforçar o PCP e a CDU na Assembleia da República.

Destacam-se de entre as alterações legislativas em que as iniciativas do PCP estiveram na origem e condicionaram fortemente o resultado final. A nova Lei de Bases da Segurança Social e a chamada “reforma fiscal”.

Ambas foram viabilizadas pelo PCP com o suficiente voto de abstenção, por considerarmos o resultado final um importante avanço em relação às situações anteriores.

Foi uma viabilização assumida e sem nenhum carácter envergonhado, mas em que com o voto de abstenção manifestámos uma acertada reserva em relação a algumas matérias que continuaram previstas na lei, como a questão do plafonamento na Segurança Social ou uma insuficiente tributação das mais-valias nas alterações fiscais.

E foi com a mesma veemência e firmeza com que interviemos no processo de aprovação destas leis que combatemos o escandaloso recuo do Governo no Orçamento para 2002 em matéria de tributação das mais-valias, fazendo disso uma das principais e decisivas razões para o voto contra que assumimos, bem como um dos principais temas de intervenção nesse debate.

Várias outras iniciativas foram aprovadas por proposta do PCP e que consagraram por exemplo:

- a descriminalização do consumo de droga e o combate ao branqueamento de capitais;
- uma maior protecção aos créditos dos trabalhadores em caso de falência das empresas;
- o combate à precariedade do emprego limitando o recurso ao contrato a prazo;

- o direito ao sindicalismo para os profissionais da PSP;
- a criação dos julgados de paz;
- o acesso aos contraceptivos de emergência;
- mais direitos para quem vive em união de facto;
- a redução dos gastos com medicamentos;
- a protecção às mulheres vítimas de violência;
- o combate à discriminação das mulheres no trabalho designadamente na gravidez e na maternidade;
- um novo sistema de cobrança e entrega das quotas sindicais;
- o aumento da formação de médicos e enfermeiros;
- a luta do Estado português contra a pena de morte;
- a defesa do ensino do português no estrangeiro; entre outras.

Por isso vale a pena reforçar o PCP e a CDU na Assembleia da República.

O nosso Partido levou ainda de viva voz à Assembleia da República através de debates de urgência, interpelações, dezenas de intervenções em Plenário e outras iniciativas, muitos dos problemas da população e do país.

Apresentámos quase 1600 requerimentos ao Governo o que significa que em média, em cada dia os deputados do PCP entregaram 2 requerimentos. Mesmo contando sábados, domingos e feriados. Realizámos mais de 130 visitas por nossa iniciativa e recebemos mais de 600 organizações e entidades. Por tudo isto vale a pena reforçar o PCP e a CDU na Assembleia da República.

É certo que muitos já dizem e voltarão a dizer que o PCP assume uma postura de sistemática recusa de propostas de outros. Mas só de má-fé isso pode ser dito. Nesta legislatura, das 97 propostas de lei que o Governo apresentou, 45 mereceram a nossa aprovação ou viabilização. O bota a baixo não é connosco.

O que fizemos sempre foi analisar cada proposta pelo seu conteúdo e decidir em função dele. Podemos dizer que tudo o que de positivo foi aprovado na Assembleia da República, mesmo se alguém do

que desejámos, teve a nossa iniciativa, o nosso contributo ou o nosso voto.

Mas com o mesmo empenhamento fomos oposição firme e interventiva à política de direita e às suas medidas, fossem elas propostas pelo PSD e CDS-PP ou pelo PS e seu Governo.

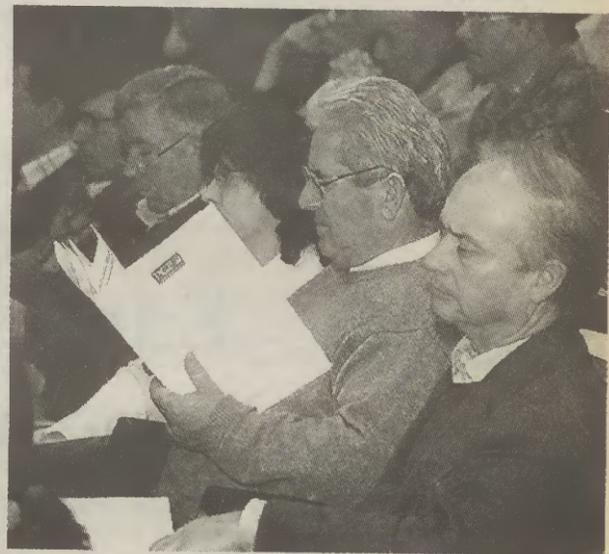
Denunciámos e combatemos entre outras coisas os orçamentos negativos para os trabalhadores e para o País, as cedências ao capital financeiro, as medidas contra os trabalhadores e os seus direitos ou a submissão do Governo aos ditames da União Europeia ou da NATO. Também por isso vale a pena reforçar o PCP e a CDU na Assembleia da República.

Nas próximas eleições é preciso afirmar com clareza a necessidade e a utilidade do reforço do PCP e da CDU para uma ainda maior e melhor intervenção na Assembleia da República.

É preciso afirmar a urgência de uma política de esquerda. É preciso dizer aos descontentes, aos desiludidos que para que não fique tudo na mesma é preciso confiar e votar em quem combateu a política de direita e defendeu e apresentou uma política de esquerda – o PCP e a CDU. É preciso esclarecer todos de que a mudança de rumo na vida e na política nacional só se faz com o reforço do PCP, com o reforço da CDU.



● **Bernardino Soares**  
Membro da Comissão Política e líder do Grupo Parlamentar do PCP



## últimos 16 anos

Quero, evidente e inevitavelmente, falar da perfeita sintonia com o PSD, agora confirmada por Ferro Rodrigues na reforma do sistema eleitoral. Quando já e apenas o separava o reduzir ou não reduzir o número de deputados, eis que o novo secretário-geral do PS dá um passo, e aceita as exigências do PSD para o acordo na matéria. Assim se abre caminho para mais um brutal golpe na democraticidade do sistema político português, acentuando as suas tendências bipolarizadoras, laminando os partidos de menor expressão eleitoral e afectando inevitavelmente a representação de muitas regiões do País. Tudo, em nome de um falso remédio para combate da abstenção eleitoral! De facto, para consolidar e garantir o processo de alternância, e assim perpetuar a continuidade das políticas de direita pelos partidos do bloco central.

Alguma reflexão sobre possíveis diferenças. Assinalem as diferenças de intérpretes das políticas de direita. Relevemos as diferenças do discurso. De quando em vez um dirigente do PS esconjura o neoliberalismo. Assim se pronunciou Ferro Rodrigues na sua Moção. «Não iremos permitir que a ofensiva neoliberal e conservadora...», etc., etc. e tal!

Não precisamos de cócegas para nos rirmos! Então o PS e o seu governo não perfilharam e perfilham total e integralmente a cartilha neoliberal da privatização, liberalização e desregulamentação! Então o que foi a Cimeira de Lisboa senão um hino ao neoliberalismo extremo que consome a Comissão da União Europeia? Então como caracterizar as políticas económicas e sociais dos seus governos?!

Lembrarão alguns alguma convergência do PS com o PCP na Assembleia da República.

Não desvalorizando nunca o que foi conseguido pela forte e decisiva participação do PCP, que em geral deu o pontapé de saída, temos de assinalar o seu carácter pontual, e particularmente instável, e quase sempre reversível... E uma andorinha não faz a Primavera!

Com a reforma do IRS e do IRC foi o que se sabe. Falou mais alto a voz do capital financeiro e a lei aprovada em Dezembro de 2000 não chegou intacta ao fim de 2001, golpeada em questões centrais, como a taxação das mais-valias!

Em matéria de Lei de Bases da Segurança Social, o PS não resistiu à pressão da direita e do grande capital dos fundos de pensões, e acabou por introduzir no sistema a possibilidade de plafonamento. Diferente na qualidade e quantidade do que pretendem PS e PSD, mas abriu as portas! Para lá dos riscos que continuam a pesar no processo de regulamentação da Lei.

Na modulação das ajudas ao rendimento dos agricultores, apesar da timidez da medida, um corte no latifúndio de apenas 3 milhões de contos, o sol foi também de pouca dura. Semeada em Fevereiro, é ceifada em Setembro e atirada para as calendas. Falaram mais alto os senhores de terra alentejana capitaneados pela CAP!

As consequências desastrosas desta política de direita são conhecidas dos portugueses e do País.



● **Agostinho Lopes**  
Membro da Comissão Política

**O desastre da produção nacional.** A insuficiência da produção portuguesa traduziu-se num brutal agravamento do défice da balança de bens e serviços. Défice, segundo o CES, dos mais elevados do mundo e dos maiores da história económica portuguesa.

**O agravamento das assimetrias regionais.** As Contas Regionais do INE, 1995/1999, evidenciam a realidade das desigualdades que se acentuaram no território.

**Um País profundamente desigual.** Portugal é o país da União Europeia onde se registam as maiores desigualdades na distribuição do rendimento. Os 10% mais ricos absorvem 27,7% do rendimento gerado. As dez famílias mais ricas do País comandam um quarto do PIB. Os seis principais grupos portugueses detêm um volume de negócios equivalente a 27% do PIB!

Resta um esclarecimento, para memória.

**O PCP não diz que o PS é igual ao PSD.** Diz que os eixos essenciais e estruturantes das políticas dos seus governos passados contêm uma inquestionável e indisfarçável identidade. E pode dizer-se mais, o que anunciam os putativos e autoproclamados primeiros-ministros, são linhas programáticas com claros traços de identidade e semelhanças.

**O PCP não faz do PS o seu inimigo principal.** O inimigo principal do PCP é a política de direita, quaisquer que sejam os seus intérpretes, passados ou futuros.

Uma necessária e inadiável rotura com essa política é urgente. É esta a questão central das próximas eleições.

**Vamos dizer ao povo português que tal é possível, e só é possível com o reforço eleitoral da CDU e do PCP.**



● **Vítor Dias**  
Membro  
da Comissão  
Política

## Encontro Nacional do PCP sobre as eleições legislativas

# Mostrar que há opções para além das repetidas alternâncias entre PS e PSD

O debate realizado na secção dedicada às «linhas de orientação e estilo de campanha» traduziu-se num valioso conjunto de opiniões, chamadas de atenção, sugestões e contribuições que, em desenvolvimento e enriquecimento das linhas gerais colocadas à reflexão pelo projecto de Declaração do Encontro, serão naturalmente integradas na reflexão do partido e na condução e concretização da pré-campanha e da campanha eleitoral.

Apenas como meros sublinhados, necessariamente sintéticos e incompletos, pensamos serem de destacar os seguintes pontos que, tudo o indica, assumirão em conjunto uma importância decisiva e nuclear na nossa intervenção eleitoral e poderão ser uma condição essencial para o seu êxito.

Em primeiro lugar, a clareza, a convicção e o vigor que precisamos de colocar na afirmação essencial da **nossa específica colocação política e identidade eleitoral**, ou seja, a colocação e a identidade de uma força eleitoral que sustentará junto dos eleitores que há mais mundos e opções além do mundo e das opções das cansadas e repetitivas alternâncias entre PS e PSD e que sustentará que é a CDU que tem um património de luta e de propostas para uma nova política e que, nestas eleições, representa a maior esperança de uma mudança para melhor.

Em segundo lugar, a clareza, a convicção e o vigor que precisamos de colocar numa intervenção eleitoral que, fugindo às armadilhas do folclore e do nevoeiro eleitoralistas, seja fundamentalmente **centrada nos reais problemas dos portugueses e das suas aspirações e no nosso trabalho e propostas para lhes dar resposta**, e procure com audácia e sensibilidade convocar mais e mais portugueses para opções eleitorais que, em vez de fazerem tábua rasa do muito que sentiram, sofreram ou se indignaram no passado recente, antes pelo contrário leve a que essa experiência e esses sentimentos estejam vivos e acordados na sua memória no momento do voto.

Em terceiro lugar, a clareza, a convicção e o vigor que precisamos de colocar para, onde quer que tenha sido afec-

tada, deturpada, insultada ou amesquinhada, repormos a verdade sobre o que somos, o que pensamos, o que propomos e o que queremos e para tornarmos mais proffico o diálogo directo com os eleitores e ganhar uma sua acrescida confiança e consciência de que somos **uma força indissociavelmente firme e aberta, responsável e construtiva, de que somos uma força que empunha uma esperança e que quer e pode pesar na evolução da vida política nacional depois de 17 de Março.**

Em quarto lugar, a clareza, a convicção e o vigor que precisamos de colocar na **denúncia das variantes da política de direita** que, com diversos executantes, há anos de mais assolam o País, há anos de mais não resolvem os problemas de fundo da sociedade portuguesa, há anos de mais, no essencial e salvo excepções em alguns temas aplicam as mesmas receitas, as mesmas concepções, os mesmos dogmas, há anos de mais praticam a mesma resignação com as mesmas alegadas fatalidades e que, há anos demais, sempre o fazem porque os sagrados interesses a que são fiéis estão no poder do dinheiro e não no valor e direitos de quem trabalha.

Em quinto lugar, a clareza, a convicção e o vigor que precisamos de colocar para impedir que a pré-campanha e a campanha, como já está escandalosamente a acontecer, não venha a ser **uma espécie de passerelle para os dirigentes e candidatos do PSD, do CDS e do PS que se fingem atacados de amnésia para não assumirem responsabilidades por nada e podem prometer agora tudo o que não fizeram antes** e até o contrário do que fizeram antes, de dirigentes e candidatos do PS, do PSD e do CDS altamente interessados em que o, sem dúvida necessário e essencial, confronto entre propostas e projectos para o futuro os furte à prova da coerência com o que defenderam e fizeram antes, melhor dizendo com o que cada partido concretamente defendeu e fez, rejeitou ou aprovou e, nessa matéria, cumpre-nos mostrar na campanha que, pela nossa parte, não só não tememos como vivamente desejamos essa **clarificadora prova dos nove entre actos de ontem, palavras de hoje e projectos para amanhã.**

Em sexto lugar, e bem podia ser em primeiro e em muitas situações terá mesmo de ser em primeiro lugar, a clareza, a convicção e o vigor que precisamos de colocar para travar com êxito a batalha de esclarecimento em torno da **indiscutível, da suprema e da insubstituível utilidade, em qualquer ponto do território nacional, do voto na CDU**, o voto que é sempre útil para um resultado global (reforço da CDU, PSD e CDS em minoria na AR, PS sem maioria absoluta) que fortaleça a exigência de uma política e de uma alternativa de esquerda, o voto que é sempre útil para quem o dá, ao contrário de outros casos conhecidos em que, como a experiência está farta de mostrar, só é útil para quem o recebe.

Sobre o estilo de campanha, bastante foi dito esta manhã pelo camarada Jorge Cordeiro e o debate na secção comportou muitos testemunhos que vão também nas direcções propostas, tendo sido expressos interessantes contributos em torno das questões da mensagem, de organização da campanha, de imagem, de comunicação com a juventude, de introdução de elementos de criatividade e quebra de rotinas.

A este respeito, apenas uma observação final. Já sabemos que vamos ter uma pré-campanha e campanha com características mais simplificadas mas, também por isso mesmo, mais exigentes que outras. Mas, também por isso, volta a ser necessário prevenir que errará e muito quem porventura pensar que, nestas condições, o essencial são a fixação da orientação política geral, os cartazes, os folhetos, as reportagens de campanha nos telejornais, os debates televisivos. Tudo isso será sem dúvida muito importante. Mas o decisivo vai ser a capacidade e empenho de cada um de nós para, em toda a parte, dar vida a essas orientações, enriquecê-las e adaptá-las às diversas condições e a capacidade e empenho de todos e cada um de nós para falarmos, com espírito aberto, com os nossos concidadãos e, na base de muitos afluentes de vontade e confiança, dar força a um grande corrente de simpatia pela CDU e de voto na CDU.

## É indispensável a ruptura com a política de direita

Nesta importante batalha das legislativas pode haver, vai haver, quem, por detrás das mudanças de caras e etiquetas, e com discurso político generalista ou na precipitada ânsia de fugir para a frente, tão absorvidos que estão em torno da alternativa política, tenda à secundarização e diluição da questão nuclear destas eleições:

A de saber e definir qual a natureza e objectivos da política para o País. A de saber se está em causa a política de direita a ser reassumida pelo PS ou retomada pelo PSD, ou uma nova política. Uma política de esquerda que torna incontornável a necessidade de um sólido reforço eleitoral do PCP e da CDU.

Nós afirmamos que é indispensável a ruptura com a política de direita e, simultaneamente, assumimos com determinação, de forma séria e responsável, um conjunto de propostas, causas e valores que alicercem uma política nacional e de esquerda.

Os destinatários dessas propostas, causas e valores são os trabalhadores, os intelectuais, as mulheres, os jovens, os reformados, os empresários das micro, pequenas e médias empresas, os agricultores, o povo português, convocado que está para exercer a sua cidadania eleitoral.

Sacudindo o conformismo e as aparentes inevitabilidades, o PCP, com convicção, vai apresentar-se e bater-se pelo desenvolvimento da economia, pela defesa e valorização do aparelho produtivo nacional, pela travagem dos processos destrutivos na agricultura e pescas, e de desindustrialização do País, pelo fim das privatizações e da transferência, da decisão económica nacional para o estrangeiro.

É que não basta, justamente, apontar o dedo ao projecto liquidacionista e privatizador do PSD em relação à Caixa Geral de Depósitos ou à RTP, e antes se privatize a GALP, as comunicações, a energia, os cimentos, se pretenda privatizar os sectores rentáveis dos transportes, se caminha para a privatização de serviços públicos e funções sociais do Estado, como fez e está a fazer o PS.

Não se pode proclamar a coesão nacional e ser mãos rotas para os grandes grupos económicos e para o capital

financeiro, enquanto se faz o garrote às micro, pequenas e médias empresas.

Vamos propor e batermo-nos pela valorização do trabalho, pela efectivação dos direitos dos trabalhadores, pelos salários e reformas mais justas, e horários de trabalho mais dignos, dar combate à precariedade e à sinistralidade no trabalho, às desigualdades que atingem preferencialmente as mulheres e os jovens, defender o carácter público e universal da Segurança Social, defender o Serviço Nacional de Saúde e o seu acesso mais fácil e eficaz.

Não basta proclamar a vontade de promover a justiça e a coesão sociais. Nós, comunistas, recusamos uma sociedade construída na base de um rendimento mínimo para pobres, de salários baixos e empregos precários, enquanto no topo se fomenta o lucro máximo e o privilégio fiscal para o capital. Recusamos que o direito à saúde seja condicionado pela lógica implacável do lucro, que se proclame uma lei positiva para o sistema de Segurança Social, e se claudique perante os gananciosos interesses das seguradoras, enxertando-lhe uma linha privatizadora pela via do plafo-namento. Nós recusamos uma justiça laboral que deixa impunes os autores materiais da sinistralidade no trabalho, da violação das leis do trabalho, e leve a julgamento trabalhadores espoliados dos seus salários e dos seus direitos, como aconteceu ontem na Marinha Grande, com os vidreiros da Mandata e da Mortensen.

Nós propomos e batemo-nos pela promoção da educação, da ciência e da cultura, por uma escola pública democratizada e de qualidade, uma escola mais autónoma e participada, com financiamento suficiente, por uma cultura humanista e científico-técnica, confiante na capacidade de inovação e criação, no desenvolvimento sustentado das actividades de investigação e desenvolvimento e experimental, e que à responsabilidade do Estado se alie a participação democrática da comunidade científica, se garanta a liberdade e o trabalho criativos.

Nós propomos e batemo-nos pela concretização de uma reforma democrática do Estado e da Administração

Pública, que assegure as liberdades e garantias dos cidadãos, pela credibilização da função dos serviços públicos, que combata o tráfico de influências e a subordinação do poder político ao poder económico, que reabilite e reforce o papel legislativo e fiscalizador da Assembleia da República, e elimine a insatisfação e o distanciamento dos cidadãos e garanta a tranquilidade e a segurança das populações. Uma política de coesão territorial, de descentralização, modernização e desburocratização. E daremos combate às tentativas anunciadas pelo PSD e pelo PS, de distorcer o princípio de proporcionalidade e a alteração das leis eleitorais, em nome da eternização da alternância.

Nós propomos e lutaremos por um Portugal de progresso e justiça, soberano, aberto ao mundo, e por um novo rumo na integração europeia, que combata a hegemonia e o belicismo norte-americanos, os caminhos da guerra e a globalização capitalista, defendendo a paz com um bem precioso da humanidade.

Num tempo de dificuldades e inquietações, percorrendo caminhos apertados em que se ouvem os apelos vindos do pântano do conformismo e dos anúncios da desgraça, e também dos que ameaçadoramente nos dizem para desistir, aqui estamos, prontos para travar mais uma batalha, que está longe de ser a última. Na 2.ª Secção, um camarada, em sentido combativo, dizia que se morrêssemos, morreríamos de pé. Não! Estamos em desacordo. Queremos e haveremos de viver de pé.

Ancorados no nosso ideal, firmados no nosso projecto transformador, reunindo os nossos valores, causas e propostas, haveremos de ser ousados na luta quotidiana por um Portugal melhor, mais justo e solidário, travando com confiança esta batalha das legislativas, na busca e construção de uma política de esquerda.

É isto que queremos. É por aqui que vamos.



● **Jerónimo de Sousa**  
Membro  
da Comissão  
Política

Grupo Parlamentar do PCP presta contas

# Responder aos problemas do povo e do País

O Grupo Parlamentar do PCP foi o que maior número de iniciativas legislativas e parlamentares apresentou no decurso da VIII Legislatura. Este volta a ser um traço distintivo, presente já nas anteriores legislaturas, que marca a sua rica e qualificada intervenção.

Faz hoje oito dias, passando em revista numa visão global o que foi essa acção com-

bativa na defesa dos interesses dos trabalhadores e do País, o Avante! realçou o facto de o PCP, com os seus 15 deputados (6,5 por cento do total com assento no hemiciclo), ter apresentado 100 projectos de lei (sem contar com os respeitantes à criação de freguesias, vilas e cida-

des), o que só por si representa 25 por cento do total destas iniciativas.

**O Grupo Parlamentar do PCP foi o que maior número de projectos de lei apresentou na Legislatura**

Importa dizer, contudo, que tal não significou apenas ter sido de todas as formações parlamentares a que apresentou mais projectos de lei. Para além desse aspecto quantitativo, não menos importante foi a qualidade dos mesmos. O mesmo é dizer, em síntese, uma mais-

-valia cuja expressão se fez sentir no plano técnico e na «acuidade das soluções concretas propostas» aos problemas da vida do povo e do País.

Propostas, em muitos casos, estruturantes em importantes áreas da política nacional, noutros, decisivas para a resolução de problemas locais ou de carácter mais circunscrito, mas nem por isso menos importantes. Em qualquer dos casos, como a própria bancada comunista sublinhou em documento de balanço, propostas sempre norteadas pela preocupação de introduzir no debate e na actividade parlamentar «os problemas mais sentidos pelos portugueses».

Pensadas, concebidas e apresentadas pelo PCP,



Formalizada em lei a resposta a uma aspiração antiga dos profissionais da PSP

muitas dessas medidas foram posteriormente consagradas em Leis da Repúbli-

ca. Foram ao todo 37 as que adquiriram esse estatuto, algumas das quais a seguir

elencadas, com origem em projectos de lei do Grupo comunista.

## Leis da República com origem em projectos do PCP

### Lei de Bases da Segurança Social

(Lei 17/2000 de 8 de Agosto)

A nova Lei consagrou algumas das propostas mais importantes do PCP. Foi possível travar, designadamente, a privatização da Segurança Social, valorizando o seu carácter público, universal e solidário. A Lei reforçou simultaneamente o sistema de financiamento e as garantias de um aumento sustentado das pensões de reforma de invalidez e velhice mais degradadas.

### «Lei da droga»

(Lei 30/2000, de 29/11)

A nova Lei consagrou a discriminação do consumo de drogas e passou a considerar o toxicodependente como um doente. Esta solução legal, aponta para uma atitude não repressiva para com os toxicodependentes, encaminhando-os, sempre que possível, para soluções de tratamento e reinserção social.

### Reforma dos Impostos sobre o rendimento

(Leis 30-F/2000 e 30-G/2000)

A Lei introduziu mais justiça fiscal no sistema. Foi possível aprovar uma redução da tributação sobre os rendimentos do trabalho, passar a tributar as mais-valias resultantes dos negócios bolsistas (medida que, cedendo às pressões, o Governo do PS suspendeu), reduzir os privilégios do sistema bancário, dos grupos económicos e das suas «holdings», permitir melhores condições de acesso da Administração Fiscal às grandes fortunas protegidas pelo sigilo bancário, e começar a intervir no escândalo da fuga aos impostos através do «off-shore» da Madeira.

### Lei que reforça o privilégio dos créditos dos trabalhadores em processo de falência

(Lei 96/2001, de 20 de Agosto)

Esta Lei, que em paralelo alarga o período de cobertura do Fundo de Garantia Salarial, vem permitir uma maior celeridade no recebimento pelos trabalhadores dos salários e outras remunerações a que tenham direito em caso de falência, eliminando a situação escandalosa de trabalhadores estarem anos consecutivos à espera que lhes paguem os valores a que têm direito.

### O combate à precariedade no emprego (com alteração do Regime Jurídico do Contrato de Trabalho a Termo)

(Lei 18/2001 de 3 de Julho)

A Lei consagra o carácter excepcional da contratação a termo, estipulando, simultaneamente, a obrigatoriedade de que a celebração sucessiva de contratos a prazo com o mesmo trabalhador para o exercício das mesmas funções implica a sua conversão automática em contrato de trabalho sem termo.

### A Constituição de Associações Sindicais dos Profissionais da PSP

(Lei que aguarda publicação)

A luta desde há muitos anos desenvolvida pelo PCP com vista à consagração do direito dos profissionais da PSP à constituição do seu sindicato foi igualmente bem sucedida na presente legislatura, com a aprovação da lei sindical aplicável a esta força de segurança, dando resposta a uma justa e já antiga reivindicação dos seus profissionais.

### Criação dos Julgados de Paz

(Lei 78/2001 de 13/7)

Por iniciativa do PCP foi consagrada na orgânica judiciária a criação dos Julgados de Paz, que entraram já em funcionamento a título experimental. Estes Julgados, sendo verdadeiros tribunais, aplicam a Justiça de uma forma informal, célere e próxima dos cidadãos. Muitos litígios que surgem no dia-a-dia e que não envolvam valores muito elevados podem ser assim resolvidos, aliviando a sobrecarga dos demais tribunais e assegurando aos cidadãos a aplicação da Justiça em tempo útil.

### A Lei sobre o acesso aos medicamentos contraceptivos de emergência

(Lei 78/2001 de 13/7)

A Lei garante às mulheres, essencialmente as jovens, formas de acesso atempado e desburocratizado à pílula anticoncepcional nas primeiras horas após uma relação sexual não protegida. A dispensa gratuita e a venda de contraceptivos de emergência deverão ser acompanhados de orientação e encaminhamento para consultas de planeamento familiar, assim como de uma ampla campanha de divulgação, informação e esclarecimento.

### VIII Legislatura

### Projectos de Lei apresentados

	Total por Grupo Parlamentar	Dos quais só P/L de criação de FVC	Total sem inclusão de FVC
PS	108	54	54
PSD	147	52	95
PCP	112	12	100
CDS-PP	69	9	60
PEV	16	0	16
BE	77	0	77
Conjuntos	8	2	6
TOTAIS	537	129	408

#### LEGENDA

P/L = Projecto de Lei

FVC = Projectos de criação de Freguesias, Vilas e Cidades

GP = Grupo Parlamentar

GP do PCP



A reforma dos impostos sobre o rendimento pretendeu introduzir maior equidade no sistema fiscal



A área laboral esteve no centro das preocupações do PCP, que conseguiu ver aprovada legislação contra a precariedade no emprego

## Milhares de mortes na Nigéria

O incêndio de domingo num paiol militar em Lagos, na Nigéria, poderá ter feito «vários milhares» de mortos, afirmou o embaixador da Suíça na Nigéria, Rudolf Knoblauch, numa entrevista telefónica concedida à televisão suíça de língua alemã. Segundo o diplomata suíço, um depósito de munições encontrava-se nas proximidades do aeroporto, mas deveria ter sido mudado há já muito tempo, conforme notícias publicadas pelos jornais locais. O fogo declarou-se domingo à noite numa rua comercial perto do paiol, estendendo-se ao depósito de armas do quartel, onde se registaram fortes explosões durante duas horas. Segundo a Rádio Nigéria, mais de 600 corpos foram recuperados segunda-feira num canal, no centro de Lagos, para onde uma multidão fugiu do local do incêndio e das explosões.

## Rússia opõe-se a ataques no Iraque

A Rússia «vai opor-se energeticamente» a uma eventual operação militar dos Estados Unidos contra o Iraque, reiterou segunda-feira o chefe da comissão de Relações Internacionais da Duma, Dmitri Rogozin. Se o ataque acontecer, «os americanos perderão o apoio dos aliados europeus, inclusivamente da Rússia», disse Rogozin, que se reuniu em Moscovo com o vice-presidente iraquiano, Tarek Aziz. «Não faz nenhum sentido agredir o Iraque», afirmou o deputado, adiantando que não há no Iraque forças que possam oferecer apoio aos EUA, como fez a Aliança do Norte no Afeganistão. Um ataque contra Bagdad «não faria mais do que reforçar o regime de Saddam Hussein e causar uma decepção nos Estados Unidos», concluiu Rogozin.

## Confrontos no Sudão

A Frente Democrática dos Povos do Sudão reivindicou, sexta-feira, em Nairobi ter morto 165 soldados fiéis ao regime de Cartum, capturado outros quatro e confiscado centenas de armas em dois ataques no sul do país. Num comunicado, o movimento, que combate ao lado do Exército de Libertação dos Povos do Sudão pela secessão do sul do país, indicou que as mortes ocorreram na sequência de duas emboscadas em Pul Tutni e Kuac, respectivamente a 600 e a 650 quilómetros a sul de Cartum. Em retaliação, as forças armadas de Cartum bombardearam posições dos separatistas em Koch, Lear e Mayendit, na mesma região, mas o movimento não fez qualquer referência no comunicado a eventuais baixas entre as suas fileiras.

Polícia dispersa manifestação em Buenos Aires com gás lacrimogéneo

# Noite de caos na Argentina

Milhares de argentinos manifestaram-se, sábado, nas ruas de Buenos Aires batendo tachos. O protesto, barulhento mas pacífico, foi reprimido pela polícia.

Nem mesmo a intensa chuva deteve os milhares de argentinos que se concentraram, na Praça de Maio, em frente à sede do governo. Gritando «vão-se todos embora», os manifestantes insurgiram-se, sobretudo, contra políticos e juizes, a corrupção das instituições e as recentes medidas económicas, nomeadamente o bloqueamento das contas bancárias dos civis que exigem poder levantar o seu dinheiro.

Os protestos coincidiram com os primeiros 25 dias de poder do peronista Eduardo Duhalde, designado para a presidência do Congresso depois da renúncia de Adolfo Rodríguez Saá, que havia sucedido a Fernando de la Rúa.

A manifestação acabou com dezenas de pessoas detidas e mais de 30 hospitalizadas devido à inusitada intervenção da polícia quando os manifestantes já começavam a dispersar.

Inexplicavelmente, as forças policiais lançaram sobre os manifestantes granadas de gás lacrimogéneo e balas de borracha. A partir daí gerou-se o caos.

Domingo, em declarações à *Rádio Mitre*, o secretário de Estado do Interior, Juan José

Alvarez, congratulou-se pelo facto dos danos causados pelos protestos terem sido «muito menores» do que noutras ocasiões.

«Cinco milhões de argentinos estão actualmente desempregados»

Entretanto, uma sondagem publicada no último número da revista *Trespuntos* indica que as «caceras», manifestadas assim chamada porque os participantes protestam batendo em tachos e panelas, são apoiadas por 90 por cento dos argentinos, que desconfiam dos militares (71 por cento), dos partidos políticos (66 por cento), da justiça (64 por cento) e do governo (57 por cento).

Segundo o mesmo estudo, se o presidente Duhalde se apresentasse hoje a eleições obteria 5,6 por cento dos votos, mesmo assim uma percentagem mais alta do que a que teriam os políticos «tradicionais» do país.

Após quatro anos de recessão, cinco milhões dos 37 milhões de argentinos estão desempregados ou trabalham em empregos precários e 46 por cento vivem abaixo do limiar da pobreza.

### Outras lutas

Dias antes, várias centenas de funcionários da



Muitos milhares de pessoas voltam a manifestar-se em Buenos Aires, apesar dos disparos da polícia

saúde, desempregados e pequenos comerciantes manifestaram-se para reclamar o pagamento de salários e a criação de empregos.

Os funcionários dos serviços de saúde da província de Buenos Aires cortaram o trânsito frente da sede do governo local em La Plata. Algum tempo depois, os seus colegas de 76 hospitais públicos manifestaram-se batendo tachos. Também os funcionários dos serviços de saúde da província de San Juan aderiram à greve.

Por outro lado, durante a manifestação, o Sindicato

dos Professores argentinos advertiu que será «muito difícil que as aulas recomecem» no início do ano escolar, em Março, dado o atraso do pagamento dos salários dos funcionários do Ministério da Educação.

### Imigrantes deixam o país

Num espaço de um mês e meio, cerca de 15 mil bolivianos, nove mil paraguaios, mais de quatro mil peruanos e quase três mil chilenos regressaram aos seus países,

fugindo à crise política e económica que assola a Argentina.

A desvalorização decretada no princípio do mês pelo executivo de Buenos Aires constituiu um rude golpe para os imigrantes, pois a supressão da paridade peso-dólar deixou-os sem possibilidade de enviar moeda norte-americana para as suas casas.

Além disso, as restrições bancárias em vigor desde Dezembro impediram muitos destes trabalhadores estrangeiros de levantarem os seus salários.

## Seminário em Montevideu

«Os Comunistas reflectem e debatem sobre política de alianças no novo século» foi o tema do Seminário Internacional de Montevideu, Uruguai, realizado de 27 a 29 de Janeiro.

Na iniciativa participaram os secretários-gerais dos Partidos Comunistas da Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Peru, Paraguai e Uruguai, os responsáveis internacionais dos Partidos Comunistas de Cuba e da Venezuela, e no que respeita à Europa, representantes dos Partidos Comunistas de Espanha, Grécia e Portugal e do Partido da Refundação Comunista da Itália. A situação na Colômbia não permitiu a presença do S.-Geral do PC Colombiano, que enviou a sua contribuição ao debate. O PCP esteve representado por Albano Nunes, membro do Secretariado do CC.

O Seminário, aberto por Marina Arismendi, Secretária-Geral do PC do Uruguai, possibilitou uma ampla troca de informações, experiências e opiniões sobre a situação na América Latina e no mundo, sobre a crise que grassa nos principais centros do capitalismo e cujas consequências o grande capital procura atirar para cima dos trabalhadores e dos povos, sobre a ampla frente de resistência e de lutas populares que percorre o continente latino-americano e na qual os comunistas desempenham um papel insubstituível,

sobre a política de alianças sociais e políticas tendo como núcleo fundamental a classe operária e os trabalhadores, sobre a importância de fortalecer a cooperação dos partidos comunistas e de todas as forças revolucionárias, de esquerda e anti-imperialistas.

A importância e oportunidade deste Seminário é realçada pelo facto de se desenvolver em grandes convulsões políticas e sociais na América Latina.

No Uruguai estão também em desenvolvimento importantes lutas e movimentos sociais em que a central de classe dos trabalhadores uruguaios, a PIT-CUT, o Partido Comunista e a Frente Ampla desempenham um papel fundamental. No dia 24 teve lugar uma impressionante Marcha a Punta del Este de protesto contra a política de direita. Já foram recolhidas mais de 600 000 assinaturas para conseguir o referendo contra a privatização da Atel, empresa pública de telecomunicações. «A Atel é uruguia e não se vende» é uma palavra de ordem que enche as paredes de Montevideu, a capital do Uruguai governada há vários anos pela Frente Ampla.

O Seminário terminou no dia 29 com um acto de encerramento público no Salão dos Paços Perdidos do Palácio Legislativo, facto que atesta o reconhecimento da grande influência dos comunistas e dos «frenteampelistas» na vida do Uruguai.

## Nigeriana condenada à morte por lapidação

A nigeriana Safyia Hussaini foi condenada à morte por lapidação pelo tribunal islâmico de Sokoto, no norte da Nigéria, depois de acusada de adultério.

Segundo a Lusa, Hussaini engravidou após o divórcio e alegou em tribunal ter sido violada por um indivíduo de 60 anos. Na ausência de testemunhas, o tribunal condenou-a à morte por apedrejamento. A sentença desencadeou uma vasta campanha internacional, nomeadamente através da Internet, para salvar a jovem. A execução de Safyia está prevista para sábado.

Em Portugal, a Ordem dos Advogados manifestou o seu repúdio pela sentença que, a consumir-se, representará «um dos mais hediondos crimes jamais praticados contra um ser humano», refere em comunicado enviado à Lusa. A Ordem pediu ainda ao Presidente da República, ao primeiro-ministro e ao ministro dos Negócios Estrangeiros portugueses e ao líder da Comunidade Islâmica em Portugal uma «rápida intervenção»

junto das autoridades nigerianas para «evitar a consumação de tão bárbaro crime».

Também a Associação Cabo-Verdiana de Mulheres Juristas tem a circular na Internet uma petição ao presidente nigeriano Olusegun Obasanjo para impedir a consumação de «acto tão bárbaro quanto hediondo contra qualquer cidadão».

A condenação de Safyia Hussaini à morte é a primeira decretada desde que há dois anos foi instaurada a «sharia» (lei islâmica) numa dúzia de estados do norte da Nigéria. Esta legislação, que pune de forma drástica, entre outras coisas, o roubo, adultério, prostituição, consumo de álcool, o jogo e a dança em público, fez aumentar a tensão entre as comunidades cristã e muçulmana na Nigéria, levando a conflitos que provocaram já milhares de mortos.

Há uma semana, o mesmo tribunal condenou um homem à amputação da mão direita, a partir do punho, por ter sido apanhado a roubar um burro.

## Médio Oriente

# EUA e Israel atacam Arafat

**A 7 de Fevereiro, Bush recebe Sharon pela quarta vez desde que é presidente. Arafat, que Bush nunca convidou, poderá ser classificado de «terrorista».**

A situação no Médio Oriente continua a degradar-se de forma acelerada. Enquan-

**Os EUA são tão responsáveis quanto os israelitas por esta situação**

no terrorismo, como mente de uma forma descarada».

Ainda na semana passada, a conselheira de Bush para a Segurança Nacional, Condoleezza Rice, afirmou à cadeia de televisão por satélite de Abu Dabi que está nas mãos do dirigente palestino evitar

uma degradação das relações com os Estados Unidos.

«Estamos numa fase que obriga Arafat a tomar medidas contra o terrorismo (...) e a extirpá-lo da Autoridade Palestiniana», declarou Rice, sublinhando que «os acordos de Oslo são incompatíveis com o terrorismo, o tráfico de armas, as actividades do Hamas e do Hezbollah (...) e com a influência do Irão, que apoia o terrorismo».

A conselheira de Bush não explicou se os assassinatos selectivos de palestinianos levados a cabo por Israel e os bombardeamentos dos territórios ocupados constam dos acordos de Oslo, mas foi peremptória em afirmar, quando questionada sobre uma eventual ruptura com a

ANP, que a bola está agora no campo de Arafat.

O secretário de Estado Colin Powell, por seu turno, afirmou que está a ser estudada «uma série de opções» para punir o presidente palestino.

### Reacções

Segundo a Lusa, a imprensa árabe reagiu às declarações dos responsáveis norte-americanos com fortes críticas à Casa Branca e denunciando a «escalada do terrorismo israelita», como escreve o diário saudita *Okaz*. Para este jornal, que alerta os EUA para as «consequências» da sua política, os norte-americanos são tão responsáveis quanto os israelitas pela actual situação. «A escalada do terrorismo de Israel provocará não somente uma explosão (...), mas destruirá também todas as hipóteses de paz depois de Sharon se ter assegurado do apoio norte-americano», escreve.

O *Okaz* lamenta ainda que para os EUA «o direito do povo palestiniano à resistência» seja equiparado a «terrorismo», enquanto as «execuções israelitas» são vistas como «respostas naturais».

Para o *Al-Jazirah*, Washington «escuta apenas (Ariel) Sharon», o que faz da diplomacia norte-americana e dos seus emissários «simples veículos do terrorismo» israelita.

O egípcio Amr Moussa, dirigente da Liga Árabe, repetiu no Cairo os avisos aos EUA, alertando para as repercussões «negativas» do alinhamento norte-americano com Israel.

Numa entrevista ao diário *Al-Hayat*, Moussa afirma que «esta política injusta e este alinhamento com o agressor, para forçar os palestinianos à submissão, provocarão a irritação do mundo árabe (...) e terão repercussões negativas nos interesses de todas as partes na região». O dirigente da Liga Árabe sublinha ainda ser «muito estranha esta posição por parte de um patrocinador do processo de paz, que supostamente seria imparcial».

ser mortos pelo colonialismo judaico nos territórios palestinianos, proclamaram.

Em frente da residência de Ariel Sharon, em Jerusalém, 300 manifestantes depuseram coroas simbólicas em memória das vítimas israelitas e palestinianas, estimadas respectivamente em 250 e 894 desde a eclosão da segunda Intifada.

Perante o Ministério da Defesa, em Telavive, reser-

vistas juntaram-se aos protestos para recolherem assinaturas em prol da sua causa. Numa declaração publicada sexta-feira, 52 oficiais e soldados - de um grupo mais alargado de 200 - afirmam estar dispostos a «servir as forças armadas para defender o Estado de Israel», mas rejeitam alinhar «na repressão e ocupação dos territórios palestinianos».

# Os dez bofetões de Putin na Rússia

• Miguel Urbano Rodrigues

No ano findo a popularidade do presidente da Rússia caiu muito. A perda de prestígio resultou fundamentalmente de uma política externa que na opinião da maioria dos observadores fez do país uma potência de segunda classe, transformando-a quase num satélite dos EUA.

Se dúvidas subsistiam sobre uma estratégia orientada para o alinhamento com o Ocidente elas foram dissipadas pela declaração de Putin sobre as supostas vantagens que resultariam da adesão da Rússia à NATO. Comentando essa política, o diário progressista independente «Sovietskaya Rossia», de Moscovo, publicou um artigo intitulado «Os 10 bofetões de Putin» que teve grande repercussão no país e em algumas capitais europeias. Assinado pelo destacado analista Vyacheslav Tetekin, esse trabalho sugere que Putin já foi na

ficarão muito próximas de Leninegrado e Moscovo. Putin abriu, aliás, o sinal verde para a adesão de estados tradicionalmente neutros como a Suécia e a Finlândia.

2. O acordo de bastidores com os EUA que precedeu a instalação de forças militares norte-americanas em Repúblicas da Ásia Central, nomeadamente no Uzbequistão e no Tadjiquistão.

3. O abandono total da Jugoslávia, último aliado da Rússia antes das presidenciais de 2000.

4. A passividade perante a política de genocídio de Israel na Palestina.

5. O aval público à agressão dos EUA ao povo do Afeganistão no âmbito de uma política monstruosa de terrorismo de Estado, cuja execução quase fecha na Ásia o cerco à Rússia pela fronteira sul através de uma cadeia de bases militares.

6. O encerramento da base naval que a Rússia mantinha no Vietname.

7. O encerramento do Centro de Vigilância Electrónica que a Rússia instalara em Cuba. O governo de Havana divulgou uma nota esclarecendo que a decisão, unilateral, foi tomada sem a sua concordância.

8. O «desejo quase religioso do sr. Putin de inserir a Rússia na OMC».

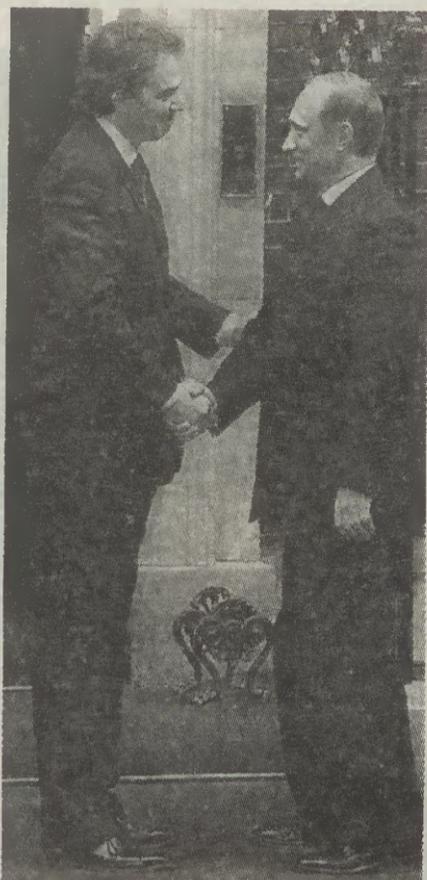
9. A aceitação, também passiva, da denúncia pelo presidente Bush do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos (ABM), premissa da montagem pelos EUA do sistema da Guerra das Estrelas, porta aberta a uma corrida armamentista de proporções mundiais.

10. A violação do compromisso assumido com a China de se opor à expansão para Leste da NATO e à denúncia do ABM.

### A fábula e a realidade

Nas últimas visitas que fez a capitais europeias, o presidente russo derramou tantos elogios sobre os dirigentes da União Europeia que alguns analistas ocidentais não resistiram a compará-lo com Gorbachev quando este identificava na sra. Thatcher a sua interlocutora preferida. Em Bruxelas, a bajulação de Putin atingiu tais extremos que recebeu elogios até de Javier Solana, o ex-secretário geral da NATO, agora empenhado, nas suas novas funções, em levar avante a militarização da Europa sob a égide alemã.

O «Sovietskaya Rossia» evoca a fábula do Capuchinho Vermelho a propósito da política capituladora de Putin. O presidente russo, imitando a avozinha, brada a cada momento que o aliado norte-americano é bonzinho e não faz mal a ninguém. Não lhe enxerga as orelhas pontudas e os dentes afiados. Quando abrir os olhos pode ser demasiado tarde.



capitulação perante os EUA muito mais longe do que Gorbachov e Ieltsin ao estimular a integração da Rússia como parceiro menor no sistema económico, político e militar hegemónico pelos EUA. Tetekin recorda que um grupo de personalidades definiu como «As dez bofetadas» as «reformas» do presidente que lesaram gravemente interesses do povo nos terrenos da agricultura, do trabalho, da saúde, da habitação, das forças armadas, da energia, do transporte e em outros sectores. Por analogia, afirmou que cabe agora falar de 10 bofetões de Putin nos interesses mundiais da Rússia:

1. A aceitação passiva da expansão da NATO para Leste. Após a prevista admissão da Lituânia, da Letónia e da Estónia durante a Cimeira da Organização em Novembro, as bases da NATO



Os EUA continuam a apoiar o terrorismo israelita

## Israelitas pela paz

Um milhar de pessoas saiu à rua no sábado, em Jerusalém e Telavive, para protestar contra a política do primeiro-ministro Ariel Sharon, acusado de estar a levar «o país à catástrofe».

Os manifestantes, convocados pelo movimento «Paz Agora», denunciaram o «ciclo infernal de assassinatos israelitas e atentados palestinianos».

«Não queremos matar nem

• Miguel Urbano Rodrigues

# Sequestro e morte

## de autarca traumatizam o Brasil



Celso Daniel, o Prefeito de Santo André recentemente assassinado

As circunstâncias que envolveram o crime ajudam a compreender a onda de indignação que levantou e fez dele uma questão de Estado.

Na opinião da maioria dos observadores estamos perante um crime político. Essa convicção, muito generalizada, funcionou como a gota de água que fez transbordar sentimentos contidos, transformando o clamor popular em protesto da nação.

Estava em São Paulo e tive a oportunidade de acompanhar ali o terramoto emocional e político desencadeado pela morte de Celso Daniel.

No ano passado foi estabelecido um novo recorde de sequestros, 307, somente superado pela Colômbia.

Raramente a Polícia conseguiu prender os autores. As organizações respon-

Setembro, o Prefeito de Campinas, Antônio Costa Santos, do Partido dos Trabalhadores, foi assassinado a tiro, à entrada de um centro comercial.

Pequenos meliantes podem apodrecer, esquecidos, nas cadeias. Mas bandidos de alta periculosidade saem delas através de artimanhas jurídicas. Os episódios kafkianos não são excepcionais. Em Janeiro pp, um helicóptero desceu no pátio da prisão de Guarulhos para receber dois criminosos que ali o esperavam.

No campo, a violência, essa de carácter político, também é rotineira. No mesmo dia em que o Prefeito de Santo André foi sequestrado, um fazendeiro montou, no Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo, uma emboscada ao dirigente José Rainha, do Movimento dos Sem

denciais. Também ele recebeu uma carta anónima com ameaças de morte.

Não fez caso dela. Na noite em que foi sequestrado, uma sexta-feira, tinha jantado com um empresário amigo num restaurante de São Paulo. Dispensara a segurança. Ao regressar a Santo André, o seu carro, com blindagem especial, foi seguido por dois automóveis. A perseguição teve aspectos rocambolescos. O empresário descreveu os pormenores. Um pneu furado e uma chuva de balas detiveram a viatura.

O Prefeito foi retirado à força e levado pelos captores. O seu cadáver apareceu, com outra roupa, na madrugada de domingo, numa estrada de terra, numa área suburbana quase despovoada. Tinha sete balas no corpo, fora abatido

ria dos políticos do sistema. Está habituado a promessas não cumpridas em situações similares.

Faltava no quadro um acontecimento excepcional adequado a uma situação de trauma social, de angústia popular. E chegou sob a forma de um apagão colossal que durante muitas horas privou de energia grande parte do país, atingindo 10 estados. Uma avaria — ao que se informou um parafuso mal apertado — interrompeu a transmissão da electricidade a partir de Furnas, paralisando a maioria das turbinas da Hidroeléctrica de Itaipú, a maior do mundo. Fácil é imaginar o caos que se estabeleceu em São Paulo, com o metro parado, engarrafamentos de dezenas de quilómetros, sem água nas torneiras, sem luz. É impossível negar que o sistema energético nacional, tanto no que se refere à produção como à transmissão e distribuição, está em crise, após a onda de privatizações. Há meses que o povo suporta o racionamento da electricidade nos centros mais importantes do país.

Não há pontes entre o crime e o apagão. Mas ao coincidirem tornaram mais profundo e transparente o descontentamento da população.

### Eleições à porta

O Brasil entrou num ano eleitoral, o que exacerba as paixões. O panorama ainda não é claro. Mas a grande dúvida consiste em saber quem, após grandes jogos de bastidores no campo da burguesia, passará à segunda volta com o candidato do PT que será, certamente, Lula. Este lidera as sondagens com confortável vantagem. Mas contra ele, a direita e FHC farão inevitavelmente uma santa aliança com o objectivo de fechar à esquerda o acesso à Presidência. Quem no momento aparece melhor colocada no pelotão dos aspirantes do sistema à herança de FHC é uma mulher jovem e bem parecida, Roseana Sarney, a governadora do Maranhão, filha do ex-presidente, uma conservadora (PFL) que sabe sorrir, prometer e enganar. Mas é cedo para previsões.

De passagem por São Paulo, rumo ao Fórum Social de Porto Alegre, vivi as emoções do sequestro e morte do Prefeito de Santo André e suporrei a escuridão do grande apagão.

Aproveitei estes dias para aprofundar contactos com dirigentes e quadros do Movimento dos Sem Terra. Levaram-me até Belo Horizonte, onde, na Escola Nacional Florestan Fernandes, em convívio com essa gente de fibra e esperança, debati, fraternalmente, durante um dia inteiro, alguns dos grandes desafios que a humanidade enfrenta na luta de âmbito planetário por um mundo diferente e melhor, imposta pela necessidade de encontrar uma alternativa ao projecto do neoliberalismo desumanizante e à agressividade criminosa do sistema de poder imperial que o criou, sustenta e garante.

É difícil transmitir as emoções de uma jornada como essa. Agredidos pelo poder, caluniados, indomáveis, os Sem Terra são um maravilhoso destacamento de combate daquela parcela da humanidade que se mantém fiel ao projecto eterno de transformação revolucionária da vida.



A solidariedade com os trabalhadores e os democratas brasileiros deve ser reforçada

sáveis pela segurança, tanto a nível federal como estadual e municipal, estão desprestigiadas. O crime organizado está infiltrado nelas e a rede de complicitades existente é tão sofisticada que inclui quadros com funções de comando.

Planos não faltam. O Presidente da República, os governadores estaduais e o Congresso reconhecem que o combate à violência é ineficaz e o povo tem carraças de razão ao protestar contra a falta de segurança mínima. Mas na prática nada se faz para alterar a situação existente.

### Situações kafkianas

As organizações que dirigem o crime organizado controlam hoje os presídios, onde as revoltas e fugas são coisa de rotina. Tudo ali pode acontecer. Em Fevereiro houve uma rebelião simultânea em 18 presídios. 60 000 condenados dominaram penitenciárias em 19 cidades. Em Julho, 106 presos evadiram-se da Casa de Detenção de Paulo. No dia 10 de

Terra, ferindo-o com dois disparos. Motivo: os Sem Terra tinham ocupado terras improdutivas que haviam sido expropriadas há muito para lhes serem entregues, mas que o antigo proprietário, protegido pela justiça local, não queria entregar.

### O PT, alvo das ameaças

Ficou transparente que o assassinio do Prefeito de Campinas, no ano passado, foi um crime político. Personalidades e partidos ligados ao poder tentaram estabelecer a confusão em torno do acontecido. Mas quando alguns prefeitos do PT começaram a receber cartas com ameaças de morte, tornou-se mais difícil atribuir à banditagem o assassinio do autarca.

Celso Daniel, que pela terceira vez conquistara a Prefeitura de Santo André, não era um político comum. Professor universitário, intelectual progressista, gozava de grande prestígio popular. Era o coordenador da campanha do Partido dos Trabalhadores nas eleições presi-

no local, como os peritos provaram, e apresentava vestígios de tortura.

O funeral, gigantesco, expressou o apreço pelo cidadão e a repulsa pelo crime. Terão comparecido mais de 100 mil pessoas.

A Polícia não tem pistas.

### Descontentamento popular

Como é habitual nestes casos, a especulação disparou. O Presidente Fernando Henrique declara, patético, que «o crime excedeu os limites», promete agir com firmeza e anuncia um combate sem quartel ao crime organizado. Fala-se de verbas milionárias, de reforma do Código Penal e até de uma emenda à Constituição que introduza a prisão perpétua. O governador de São Paulo, Alekmin, oferece 50 mil reais (mais de 23 mil euros) a quem forneça informações que permitam a prisão dos sequestradores assassinos.

O povo não parece impressionado pela oratória grandiloquente de FHC e da maio-

• André Levy

O colapso da companhia de energia Enron, há poucos meses cotada como a sétima maior corporação dos EUA, tem vindo a revelar quão intrincadas e extensas são as teias financeiras entre as corporações privadas e o campo político. Trinta e cinco membros da administração detinham acções da Enron, e uma lista infundável de outros, incluindo o presidente George W. Bush e o Procurador Geral Federal John Ashcroft, receberam contribuições eleitorais. Cerca de metade dos membros do Casa de Representantes e metade dos senadores receberam contributos. São tantas e tão diversas as ligações que Frank Rich, num artigo de opinião no *NY Times*, perguntava: «Para quem se poderá virar o país para obter uma investigação honesta?»

Joseph Liberman, o senador por Connecticut e ex-candidato democrata à vice-presidência, preside a um dos vários comités que se preparam para investigar a falência da Enron e para apurar se reguladores poderiam ter monitorizado melhor as práticas da companhia. A sua imparcialidade tem sido posta



em vários comités federais ligados ao sector da Energia. Lay encontrou-se várias vezes com o vice-presidente Dick Cheney para discutir o futuro plano de energia. E a Enron estava em linha para receber cerca de 250 mil dólares em isenção fiscal retroactiva, no pacote de estímulo financeiro favorecido pela administração Bush.

A Enron fez uso dos seus contactos políticos para garantir contratos de construção de gasodutos e centrais de energia, não só nos EUA como no estrangeiro.

Em 1995, Moçambique recebeu pressões fortes da administração Clinton, incluindo ameaças de congelamento de

prejuízos destes contratos. Pôde assim mostrar lucros tremendos aos investidores em Wall Street. A situação era bem conhecida por analistas da bolsa, mas estes funcionam cada vez menos como consultores a investidores e mais como angariadores de investimento para as empresas a que estão associados. Os conflitos de interesse entre os que deveria garantir a supervisão fiscal e o ajuste do valor das acções estendia-se à Arthur Anderson, responsável pela contabilidade mas agindo também como consultora.

#### Imoralidade do sistema

Quando a dívida se tornou insustentável e a Enron teve que tornar pública a sua real situação financeira as suas acções desceram dramaticamente de valor. Mas não sem que os executivos tenham tido oportunidade de lucrar com a sua venda. Segundo o *New York Times*, entre 1999 e a metade de 2001, trinta e cinco executivos e directores da Enron venderam acções recebendo mais de um milhão de milhões de dólares. Enquanto ciente da crise que se aproximava, Lay transmitia opiniões optimistas aos pequenos accionistas e aos seus empregados. Metade destes tinha os seus planos de reforma unicamente na forma de acções da Enron. Com a queda dramática do valor das acções e a falência da empresa, estes funcionários perderam não só o seu emprego como a sua reforma e poupanças.

A administração Bush tenta descrever o colapso da Enron como uma crise financeira e não política. É possível que não existam ilegalidades, mas as fintas que Bush tem vindo a fazer sobre a sua ligação com *Kenny Boy* e a recusa de Cheney em desvendar o conteúdo das suas discussões com Lay alimentam suspeitas. Todos tentam ganhar distância, mas o rei vai nu. Mesmo que tudo tenha sido cumprido à letra da lei, este caso ilustra o efeito corruptível das ilimitadas contribuições eleitorais e aumentam as pressões para reformar o financiamento das campanhas eleitorais. O sistema mostrou a sua incapacidade (e falta de interesse) em regular empresas, a fragilidade dos funcionários compelidos a aceitar planos de reforma ligados a investimentos na forma de acções, a injustiça inerente que absolve executivos pelas suas pobres decisões enquanto espalha os custos pela sociedade, enfim a tamanha imoralidade das grandes corporações e do seu estado cliente. E nada do que se descobre sobre a Enron e a Arthur Anderson é único ou exclusivo.

# Colapso da Enron

## A teia da corrupção

em causa, pois Liberman e grupos políticos a ele associados receberam milhares de dólares da Enron e da sua companhia de contabilidade, a Arthur Anderson. O representante Billy Tauzin, que lidera o Comité de Energia e Comércio que também irá examinar a empresa, recebeu, tal como 51 dos 56 membros deste comité, dinheiro da Enron ou Anderson.

Segundo o Center for Responsive Politics, a Enron contribuiu com 5,8 milhões de dólares durante as campanhas eleitorais federais dos últimos doze anos, cerca de três quartos indo para o Partido Republicano. O actual presidente George W. Bush foi um dos principais beneficiários da generosidade da Enron e do seu presidente Kenneth Lay, uma relação que data desde o apoio financeiro de Lay à primeira eleição de W. Bush como governador do Texas.

Enron e Lay foram o maior contribuinte para a campanha presidencial de Bush, com quase dois milhões de dólares.

A Enron começou em 1985 como uma companhia tradicional de construção de gasodutos e venda de gás, mas transformou-se na pioneira no mercado de contratos de energia. Comprava e vendia contratos de longo prazo de abastecimento de gás e electricidade a grandes companhias e instituições. Os contratos oferecidos aos seus clientes proporcionavam preços mais baixos que os abastecedores de energia locais, abriam novos mercados e exigiam uma constante construção de centrais de energia. No seu pico, metade das transações em gás e electricidade nos EUA passava pela Enron. As acções subiam em flecha.

#### Ligações comprometedoras

Durante todo este processo, decisões políticas foram altamente favoráveis à Enron e o claro apoio político que recebeu foi fundamental. O desmembramento pelo Congresso dos velhos monopólios de fornecimento de energia beneficiou directamente a Enron. A companhia fez activamente *lobby* para liberalizar os preços e as condutas municipais e regionais de energia. Em 1992, a presidente da Comissão de Operações e Transacções de Mercadorias, Wendy Gramm, lutou pela ausência de supervisão federal sobre trocas de energia. Assim que a regra foi aprovada no comité, Gramm demitiu-se do posto regulador e assumiu uma posição na direcção da Enron. Em 2000, enquanto os olhos estavam virados para a resolução das eleições presidenciais, o seu esposo, o senador Phil Gramm, que recebeu quase 250 mil dólares em contributos eleitorais da Enron, introduziu uma medida que desregulamenta trocas de energia. Tal permitiu à Enron ganhar controlo sobre uma fracção significativa do mercado de electricidade e gás natural na Califórnia, manipular o fornecimento e os preços de energia, e provocar uma crise de energia durante a primeira metade de 2001. Isto apesar de não possuir uma única central de energia na Califórnia. Os amigos em Washington arrastaram os pés enquanto a Enron angariava lucros tremendos, e só em Junho os reguladores federais impuseram controlo de preços. De repente, os preços diminuíram 80%, a energia que era retida entrou de novo no sistema e a crise de energia sumiu.

A influência dos seus contributos financeiros fez-se sentir enquanto a administração Bush nomeava membros

fundos para o desenvolvimento, durante negociações com a Enron para construir um gasoduto até à África do Sul. Segundo o então ministro dos Recursos Naturais de Moçambique, João Kachmila, «os diplomatas [dos EUA] pressionaram-me a aceitar um acordo que não era bom para Moçambique. [Mike McKinley, chefe-deputado da embaixada dos EUA] não foi um diplomata neutro, era como se estivesse trabalhando para a Enron».

Em 1993, na Índia, o embaixador dos EUA, Frank Wisner (que mais tarde se tornou um director da Enron), ajudou a Enron a garantir um contrato para construir uma central eléctrica em Dhabol, no estado de Maharashtra. Os cerca de vinte milhões de dólares em subornos terão ajudado a que políticos indianos não tomassem em consideração indicações que outras formas de energia seriam mais baratas. Em 1999, o Estado de Maharashtra foi incapaz de pagar a dívida à companhia eléctrica, que cobrava sete vezes mais que noutros locais da Índia. Após pressões do corpo diplomático norte-americano, o Estado viu-se forçado a pagar o equivalente à sua despesa em educação para evitar o encerramento da central. O fecho veio a suceder em todo o caso em Junho passado.

O apoio fez-se sentir também pelo modo como o Congresso e a administração foi fechando os olhos a inúmeras irregularidades fiscais. Os executivos da Enron esconderam pelo menos 500 mil milhões de dívida enquanto lucravam com trocas e truques financeiros. A Enron possuía quase 3000 firmas subsidiárias, muitas em locais *offshore*. Durante anos, deslocou as suas dívidas para estas empresas. Simultaneamente, contava como receitas o valor total dos trocas de energia, em vez dos lucros e

• Pedro  
Tavares

# Imigração

## Nova tabela de taxas

No dia 4 de Janeiro foi publicada, em Portaria dos ministérios das Finanças e da Administração Interna, a nova tabela de taxas a cobrar pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), devidas, entre outros, pelos seguintes procedimentos administrativos:

- I- Vistos concedidos em postos de fronteira;
- II- Prorrogação de permanência;
- III- Passaporte para estrangeiros;
- IV- Título de residência;
- V- Autorização de permanência;
- VI- Título de viagem para refugiados.

A grande novidade deste diploma, que em quase tudo se mantém igual à anterior Portaria de 1999, diz respeito à taxa a cobrar pela emissão e renovação da Autorização de Permanência, que passa a ser de €75 (15 036\$00). Segundo o jornal *Público*, tal medida não passou despercebida ao Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração, que, através de um dos seus membros, o Centro Padre Alves Correia, a considerou «economicista», defendendo a ideia de «que a quantia a ser cobrada, tendo em conta as despesas do processo burocrático – mesmo esquecendo o serviço social que o Estado deveria prestar – rondaria os 7 ou 8 euros», concluindo que «o que for além disso é extorsão, com a agravante de incidir sobre os mais sacrificados e explorados».

Recorde-se que a Autorização de Permanência é um documento legal, criado no início de 2001 para fazer face ao volumoso número de imigrantes que se encontravam a trabalhar em Portugal, sem estatuto definido. No nosso entender, o valor, apresentado pelo Governo, de €75 por cada Autorização de Permanência é exagerado, mas deve ser entendido no contexto do restante

quadro legal. Nenhuma das taxas apresentadas corresponde aos custos reais que o Estado tem com o procedimento administrativo, mas antes à importância que é atribuída a cada acto que se cobra. Dando dois exemplos de fácil compreensão: um passaporte para estrangeiros individual custa €45, ou seja, é mais barato que um passaporte familiar, que vale €60; um visto de curta duração válido para Portugal vale €50, sendo, portanto, mais barato, que um visto válido para todos os Estados Schengen, que custa €60.

Assim, dentro deste contexto, gerido por um princípio de equidade, há que fazer-se, incontornavelmente, uma comparação entre Autorização de Permanência (AP) e Título de Residência Temporária (TRP). Desde logo, a AP é válida apenas por 1 ano, enquanto o TRP tem a duração de 2 anos. Em termos de direitos concedidos, de expectativas face à aquisição de outros direitos (e.g., sociais, políticos e de cidadania) e de confiança transmitida aos agentes institucionais e económicos (p. ex., para concessão de um empréstimo bancário) não restam dúvidas de que o TRP dá mais direitos, cria mais expectativas e confiança do que uma simples AP. No entanto, num espaço de dois anos, um portador de uma AP gasta mais €50 do que um imigrante que tenha um TRP! Há aqui, sem dúvida, um erro que tem de ser corrigido, através da diminuição da taxa cobrada pela Autorização de Permanência para um valor mais baixo, ou pelo menos igual, ao do Título de Residência Temporária.

### Governo podia ter feito mais

A justificação do Director do SEF, adiantada pelo jornal *Público*, centra-se não na comparação que acabámos

de descrever, mas na comparação entre a AP e o «visto de trabalho obtido num consulado no estrangeiro», que custa igualmente €75, argumentando que «não seria justo que um imigrante que entra legalmente em Portugal, já com um documento na mão, pagasse mais do que outro que entrou clandestinamente e depois requereu cá a AP».

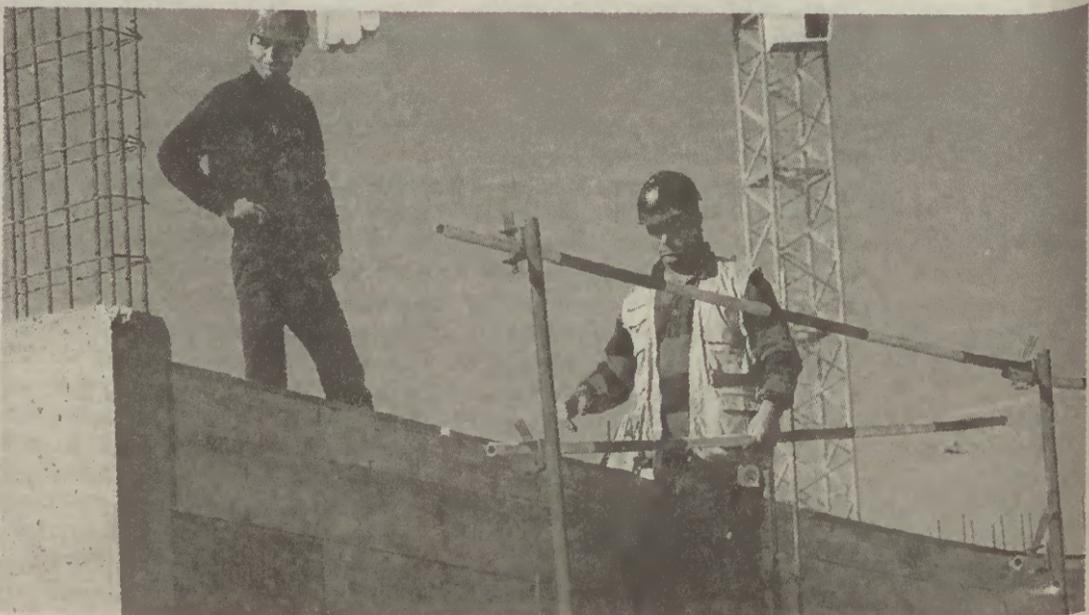
Apesar da aparente lógica do raciocínio, não concordamos, uma vez que, na prática, há um distanciamento brutal entre as duas realidades apontadas pelo SEF. É que a imigração organizada nos países de origem destina-se apenas a quadros superiores, artistas, desportistas ou empresários e não ao comum das populações que verdadeiramente sofrem na pele as crises económicas, políticas e sociais dos seus países e por essa razão se vêem impelidos a procurar trabalho no estrangeiro.

Consideramos, deste modo, que a indignação das associações de imigran-

tes face ao excessivo valor das taxas cobradas tem todo o sentido. Pela nossa parte, fazemos mais dois reparos. Primeiro, as taxas deveriam ter em conta que os imigrantes, à semelhança dos cidadãos nacionais, são contribuintes fiscais e sociais. Depois, deveriam atender às situações referentes aos agregados familiares. É conhecida a extrema dificuldade com que as famílias se debatem para renovarem os seus documentos. Um casal com dois filhos terá de pagar €400 para renovar os seus Títulos de Residência Temporária, valor esse que será a dobrar se forem portadores de Títulos de Residência Permanente! Este estado de coisas deve ser alterado através da aplicação de taxas reduzidas nas situações de existência de agregado familiar. Estamos convictos que ao legislar sobre esta matéria o Governo poderia ter feito mais para garantir uma melhor justiça social.



TABELA DE TAXAS - Port. n.º 27-A/2002 - Alguns valores em Euros				
Vistos	Trânsito/Portugal	€35	Trânsito/ Schengen	€50
	Curta duração/Portugal	€50	Curta duração/Schengen	€60
Prorrogação de Permanência	Até 30 dias	€50	Mais de 30 dias até 90	€62
Passaporte para Estrangeiros	Individual	€45	Familiar	€60
Título de Residência - emissão ou renovação	Temporária (bianual)	€100	Permanente (quinquenal)	€200
Autorização de Permanência - emissão ou renovação	Anual	€75		
Título de Viagem para Refugiados	Individual	Isento	Familiar	Isento



## Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

Desde há cerca de um quarto século que, com soluções de continuidade, tenho privado com a «Teoria do Conhecimento Científico» de Armando de Castro. Uma obra «incompleta», mas que, nem por isso, deixa de constituir um valor incalculável para o património cultural do povo português.

Recentemente aconteceu a publicação póstuma do volume VIII desta obra de Armando de Castro<sup>(1)</sup>. E eu, todo entusiasmado por poder voltar ao contacto com aquele mundo.

Mais a mais espicaçado por me ter escapado na altura a oportunidade de aceder a dois dos volumes desta obra. Contudo, ainda não perdi a esperança de algum dia os encontrar no mercado de segunda mão.

De qualquer forma, pode parecer estranho tanto entusiasmo, um entusiasmo mais próprio de ser sentido por uma boa narrativa.



## Teoria do conhecimento científico — em memória de Armando de Castro

Assim, li o livro enquanto o diabo esfrega um olho, não obstante tratar-se de uma escrita, a de Armando de Castro, que exige muito, mas muito, dos seus leitores. Escrita exaustiva quanto às referências nela incluídas. Escrita exaustiva no relembrar-nos a todo o momento os enquadramentos e os princípios básicos e resultados à medida que vão sendo expostos. Escrita tenaz até ao extremo para alcançar o objectivo de não deixar pairar nada desligado de nada, no ar.

E Armando de Castro não renuncia a coisas tão simples, mas tão obscurecidas pelos oponentes - mesmo que encapotados - do mundo sensível, da objectividade.

Oponentes que, na nossa época, não conseguem manter a sua credibilidade negando a existência do mundo material. E tal atitude explicada até pela evidência arrasadora das coisas feitas todos os dias pela Humanidade. Então, os tais oponentes, actualizados, preferem atacar a realidade fabricada, a realidade tecnológica, já não apenas pelos malefícios provocados à componente vegetativa do nosso viver e do resto dos seres vivos, às condições sustentáveis da vida no nosso planeta, mas também, a uma prática científica reduzida a uma materialidade exterior e crua, mecanicista, negadora da subjectividade e espiritualidade, olvidadora das pessoas. Pressentem ser a hora de retomar o seu combate extremo!

Atente-se nas espadeiradas a torto - «à esquerda» - e a direito - «à direita» - de colonistas dos principais matutinos da capital, respectivamente E. Prado Coelho («Fundamentalismos») e J. César das Neves («A derrota da Ciência»), publicados por volta do virar de ano de 2001 para 2002. Ambos a concluírem, cada um à sua maneira, é certo, que as dificuldades por que passa actualmente o nosso mundo se devem à Ciência - à dominância da sua maneira de pensar e do actuar em conformidade, que nos afasta do sujeito e da sua compreensão.

O caminho de saída para este nó cego seria, e E. Prado Coelho refere-o explicitamente: o da revalorização do papel da experiência religiosa. Deste modo, combater-se-ia o fundamentalismo científico. Como se a Ciência e a Religião fossem os dois pólos da realidade: o primeiro teria a ver com os objectos e o segundo com os sujeitos. O que não é verdade, pois tanto uma como outra «trabalham» com objectos e com sujeitos e, portanto, tais misturas de esferas distintas, à boa maneira ecléctica, reflectem um escorregamento lógico de todo o tamanho.

No que neste texto nos ocupamos, que é o conhecimento científico, basta-nos então relembrar o que Armando de Castro - um intelectual praticante do lado das ciências sociais e humanas - nos diz. Ele afirma, ao contrário do sugerido por aqueles, que «não há dúvida de que a interacção sujeito-objecto no processo cognitivo está hoje *no interior* da representação teórica»; faz também sua a afirmação, a propósito da Física e da Teoria da Relatividade, de não haver «um facto e um observador, mas a reunião de ambos na observação». Para combater o dualismo sujeito / objecto, sustenta a tese do monismo, um fenómeno de coexistência da objectividade e da subjectividade sob o primado da primeira, tendo a segunda um papel activo, o que, aliás, «resulta, imediatamente, do carácter do próprio conhecimento como actividade do sujeito». E tal, tanto é verdadeiro para o conhecimento científico como para o conhecimento corrente. Claro, não é?

E, como os nossos colonistas estão tão preocupados com as pessoas «integrais», relembra-se ainda que (i) o trabalho científico, como qualquer outra actividade humana, desenrola-se imerso num caldo de afectividades e que (ii) existe, por exemplo, uma ciência chamada Psicologia, dedicada à compreensão dos sujeitos.

<sup>(1)</sup> Editada pelo INSTITUTO PIAGET em 2001 (volume 158 da série *Epistemologia e Sociedade*).

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Breves

Encher de mar três versos?  
Não sou bastante Deus.  
Uma gotinha ao menos, tá?



Uma palavra vestida  
de silêncio.  
Que explosão!



A noite do dia.  
A minha noite.  
Irmã rica, irmã pobre.



Pólen.  
De ti.  
De estrelas.



Meus filhos são todos  
os seres da terra.  
Em verdade vos digo.



Sonho com os dias  
que não passem  
sem os termos olhado.



Sorriso. A vida viu-se nele  
ao espelho. A vida ignora  
quanto os espelhos mentem.



Entender  
o real.  
Estar nele e longe.



E tudo  
é só saber  
que vale a pena.



Aquela noite com que  
tu me quiseste.  
Avé Maria.



O poema triste. Operário  
com a poesia  
em atraso.



Nós temos asas.  
Nós.  
Nós temos espaço para elas.



Exigem-me poemas  
para amanhã. Não pode ser.  
Estou afogado em hoje.



Patrão? Não, empresário.  
Cerimoniosa,  
a exploração...



Cavar de sol a sol.  
Cavar  
até encontrar sol.



Meu irmão  
em História.  
Camarada.



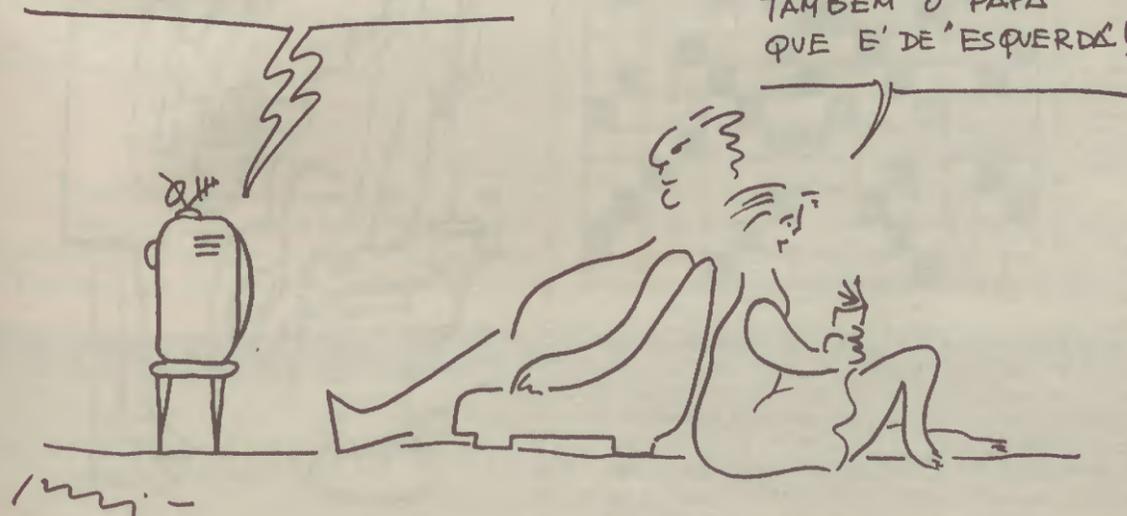
O poema que devia estar aqui  
monta vigília no portão da fábrica.  
Quer dizer: está aqui mais do que nunca.

## Cartoon

• Monginho

FERRO RODRIGUES  
SO' TOMARA' UMA DECISÃO  
SOBRE A DESPENALIZAÇÃO  
DO ABORTO QUANDO...  
DURÃO BARROSO DECIDIR  
TAMBÉM!

O' PA'... COMEÇAS BEM!  
JA' AGORA CONSULTA  
TAMBÉM O PAPA  
QUE É DE 'ESQUERDA'!



## Religiões

• Jorge Messias

Ninguém sinceramente porá em dúvida que a igreja oficial portuguesa constitui uma importante peça do xadrez político nacional. Isto mesmo está, aliás, implícito no teor da homilia que D. José Policarpo, Cardeal Patriarca de Lisboa, dirigiu, no dia 1 de Janeiro, aos crentes e aos portugueses em geral. O calendário litúrgico dedicava a jornada à celebração da Paz. Mas o mais destacado vulto da hierarquia religiosa portuguesa preferiu orientar a sua intervenção para os cenários da principal luta política que se avizinha: as eleições legislativas de Março de 2002.

A questão da legitimidade desta escolha nem sequer se coloca. Para os comunistas, a paz não se recebe, vai-se conquistando através de sucessivos embates. A paz alcança-se através da acção e a política é uma componente da paz. Por isso, o entendimento geral pela flu-

# A igreja católica e a actualidade política

tuação do tema. Ainda que os marxistas-leninistas se encontrem bem longe do pensamento de Santo Agostinho, citado na homilia, quando se refere que *a paz é a tranquilidade da ordem*. Mesmo assim, podem perfeitamente aceitar certas passagens do discurso, sobretudo quando D. José Policarpo declara que uma ordem social justa «é incompatível com a corrupção, com as desigualdades e as injustiças sociais, com a persistência da pobreza e da marginalidade».

Noutros aspectos do documento, o desacordo será, eventualmente, completo. Particularmente, como é evidente, ao tornar-se notório que o texto se desenvolve numa linguagem progressista mas cala, sistematicamente, as gigantescas culpas que a igreja católica, como potentado político e económico, teve e tem na génese e na expansão do imperialismo do capital. O capitalismo que na sua fase actual - tal como o cardeal muito bem sabe - é responsável pela heresia do consumismo, pela prática do terrorismo de Estado, pela apropriação fraudulenta da riqueza, pela corrupção, pelo falso diálogo, pelo crescimento da pobreza, da marginalidade e da exclusão, pela fome, pelo desemprego. O texto omite esta ligação intrínseca entre o imperialismo capitalista e a podridão moral.

Uma outra pedra de toque desta mensagem é a dramatização. As eleições legislativas de 17 de Março não representarão um simples acto eleitoral. Os cidadãos serão chamados a pronunciar-se «não apenas sobre quem querem que os governe, mas também sobre o modelo de sociedade que desejam...». Então, o voto dos cristãos será «iluminado pela fé». E é nesta passagem que retinem as campainhas de alarme! Um novo modelo de sociedade implica outra Constituição, novas



leis-quadro, imprevistas relações de força, etc. Que constituição e que leis? A igreja responde que não sabe, que isso não é com ela e que a sua missão é orientar.

É uma atitude pouco convincente. Aliás, nos meios político-religiosos portugueses há actualmente muita poeira levantada no ar. Irá a hierarquia apoiar uma fulminante caminhada para o poder, através de processos convergentes de *globalização* da banca e do sector financeiro? Ou preferirá avançar mais gradualmente, como até aqui, com métodos de ocupação interna dos espaços hostis? O panorama, já de si mesmo complexo, tendeu a tornar-se ainda menos visível na última semana. Bruto da Costa, sociólogo tido como reformador histórico da igreja portuguesa, sugeriu uma intervenção pública católica de confrontação aberta com a sociedade em oposição aos valores evangélicos. Partido ou movimento «de esquerda», visto apelar à luta contra a pobreza e contra a exclusão.

Frei Bento Domingues, religioso com larga tradição de luta, parece optar por uma vasto movimento político de pressão sobre o poder, à luz da «opção preferencial pelos pobres». Como é sabido, a outra e grande formação política em formação é de direita pura e reúne os principais grupos económicos, os fundamentalistas e os revivalistas cristãos.

Se regressarmos à homilia da Paz pronunciada por D. José Policarpo, veremos que a igreja institucional portuguesa continua a aconselhar o exercício de um diálogo que ela própria não pratica; a recorrer a valores democráticos que ela própria não respeita; e a sugerir mudanças de valores éticos numa sociedade em que ela própria colabora activamente.

## Pontos Cardeais

### Boicotes

Na sequência de um pedido de fiscalização da constitucionalidade assinado pelo Presidente da República, o Tribunal Constitucional declarou nula a alteração à Lei das Finanças Regionais, aprovada com data posterior à demissão do executivo de Guterres, pelo que não haverá qualquer transferência extraordinária de 6,5 milhões de contos para a Madeira, como pretendia o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim. O que significa que a alteração à Lei das Finanças Regionais foi chumbada por ser considerada inconstitucional. Perante isto, que faz Alberto João Jardim? Anuncia que vai «retaliar»! E explica: «Vamos retaliar da seguinte forma: todo e qualquer documento, todo e qualquer decreto que apareça a partir dessa data (a da demissão do Governo), mesmo que o Presidente da República não tenha levantado a constitucionalidade, é o parlamento da Madeira que vai levantar a constitucionalidade. Vamos enxurrar o Tribunal Constitucional e boicotar toda a legislação saída após a data que tanto preocupou o Presidente em relação à Lei das Finanças Regionais.»

Ou seja: Alberto João Jardim continua a considerar-se acima dos órgãos de soberania da República e fala como se presidisse a outro Estado. Até quando?

### Amizades

Muito animado, Durão Barroso anda a visitar os governantes europeus mais à mão. Para já, recebeu as atenções de José Maria Aznar, primeiro-ministro espanhol, e do primeiro-ministro britânico, Tony Blair. Ninguém sabe o que tanto Aznar como Blair disseram a Barroso, mas este tratou de elucidar que havia «consonância de pontos

de vista» tanto com um como com outro. Na prática, o que todos vimos nas televisões foi Durão Barroso a discursar no congreso do PP de Aznar dando vivas a Espanha e a Portugal e, depois, os abraços entre ele e os dois anfitriões (Aznar primeiro, Blair depois). Lá isso foi claro e sem equívocos. Quanto ao que disseram, teremos de confiar nas afirmações de Durão Barroso, que garantiu haver entre ele e Tony Blair «uma grande convergência, diria mesmo uma coincidência de pontos de vista em relação a estas matérias, como a evolução do sistema económico e a necessidade de uma União Europeia mais aberta, menos estatizada e mais competitiva que respeite as identidades nacionais», garantindo que há igual entendimento nestas matérias com o primeiro-ministro espanhol Aznar.

Posto isto, será que já são todos da «3.ª via»?...

Com tantas amizades, até parece que sim...

### Aceitações

Silvio Berlusconi, primeiro-ministro italiano, conseguiu esta semana obter o acordo dos seus parceiros da União Europeia (EU) para nomear Gianfranco Fini, seu vice-primeiro-ministro, como seu representante na convenção sobre o futuro da Europa. Os ministros dos Negócios Estrangeiros da EU deram o seu «acordo pleno» à integração de Gianfranco Fini na convenção.

Acontece que Gianfranco Fini é o líder do partido Aliança Nacional, assumido como pós-fascista, e que integra a aliança governamental que recentemente conduz os destinos de Itália sob a batuta de Berlusconi.

Pelo que um declarado neofascista foi aceite pelos responsáveis políticos da União Europeia no seu círculo oficial de poder...

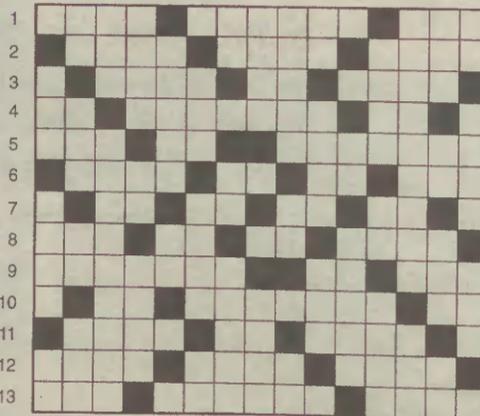
## Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 - Iguamente; pegada; interj. designativa de dúvida ou desconfiança. 2 - Escudeiros; plano; grupo de esporângios das criptogâmicas. 3 - Levantar; nome da letra l (pl.); demónio. 4 - A unidade; arbusto odorífero da família das labiadas; pedra de amolar. 5 - Criada de quarto; terceira nota da escala musical; propenso para o mal. 6 - Cantor ambulante; batráquio; laçada; bebida alcoólica, proveniente da destilação do melão. 7 - Nome da letra grega que corresponde ao R latino; a parte mais larga da enxada; basta (interj.); sódio (s.q.). 8 - Insignificância; planta liliácea da China; nome da letra R; pulmão. 9 - Tornar-se menor; sétima nota da escala musical; além disso. 10 - Contr. da prep. a com o art. def. o; comporta; atmosfera. 11 - Orifício; nome da letra P; móvel, normalmente de madeira, sobre que se come, escreve, etc. 12 - Lenda; delonga; qualidade. 13 - Alguma; choupana africana ou asiática, cujo tecto é forrado de ramos de palmeira e cujo sobrado se apoia sobre quatro troncos de árvores; mulher formosa (fig.).

**VERTICAIS:** 1 - Haste terminada em bico; espécie de veado, de cauda comprida e galhos achatados na parte superior; mulo. 2 - Contr. da prep. de com o art. def. a; gema (gir.); observei; termo. 3 - Emprega-se para excitar ou animar; aviador. 4 - Tudo o que promove um movimento; comisseração; malogro. 5 - Cada um dos cânticos atribuídos a David; a tua pessoa. 6 - Monarca; dar pios; a mim. 7 - Dirigir-se; deus egípcio; tornar a pôr. 8 - Deslocar-se para fora; barba que se deixa crescer na parte inferior do queixo. 9 - Da mesma maneira; nome da letra T; amercio (s.q.). 10 - Contr. da prep. de com o art. def. o; coisa excelente; prep. designativa de falta, exclusão, ausência, condição, excepção. 11 - Tecido fino como escumilha; extremidade; chanfrada. 12 - Prep. de origem latina que significa metade, meio ou quase; contr. da prep. em com o art. def. o; munir de asas. 13 - Palavra que tem a mesma grafia que outra, mas pronúncia diferente; escudeiro. 14 - Espécie de boi selvagem; despido; época; apuleias. 15 - Molibdénio (s.q.); fruto da romanzeira; espécie de sapo da região do Amazonas.

**SOLUÇÃO:** HORIZONTAIS: 1 - Idem; pisada; hum. 2 - Alos; raso; soro. 3 - Alar; is; demo. 4 - Um; alecting; mó. 5 - Alar; mi; malhgrno. 6 - Aedo; rã; nã; rrm. 7 - Rã; pá; Na. 8 - Avog; it; rã; bofe. 9 - Minguar; sit; ora. 10 - Av; repres; ar. 11 - Furo; pé; mesa. 12 - Mito; mora; lata. 13 - Uma; cerame; rosa. VERTICAIS: 1 - Put; gano; nu. 2 - Dar; nã; vi; fim. 3 - Elar; aeronauta. 4 - Molar; dg; goro. 5 - Salmo; lu. 6 - Rei; piar; me. 7 - Ir. Rã; repor. 8 - Sant; pera. 9 - Assim; te; Am. 10 - Do; mand; sem. 11 - Lã; bisel. 12 - Semi; no; asar. 13 - Homógrato; aio. 14 - Uro; nu; era; as. 15 - Mo; romã; aru.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**MOITA****VII Assembleia da Organização da Freguesia da Moita**

Sábado, dia 2, das 14 às 18h  
na Biblioteca Bento de Jesus Caraça,  
com a participação do camarada **Valdemar Santos**

**AGUALVA-CACÉM**

**Plenário de militantes da Cidade de Agualva-Cacém** sobre as eleições legislativas e a intervenção do Partido: sexta-feira, dia 1, às 21h30, na sede da Junta de Freguesia de Agualva, com a participação do camarada **Domingos Abrantes**.

**ALCÁÇER DO SAL**

**Plenário concelhio de quadros**, com a participação do camarada **José Catalino**: sábado, dia 2, às 15h no Centro de Trabalho.

**ALMADA**

**Plenário da célula dos trabalhadores da Autarquia**: hoje, dia 31, às 18h, no Centro de Trabalho Concelhio.

**Reunião de membros de mesas e delegados**: sexta-feira, dia 1, às 21h, no CT Concelhio.

**Plenário de militantes da Sobreda**: sábado, 2, às 16h, na Comissão de Moradores de Vale Figueira.

**Plenário de militantes do Feijó**: domingo, dia 3, às 15h, no CT do Feijó.

**ALPIARÇA**

**Plenário de militantes do Partido** para discussão da situação política e eleições legislativas: domingo, dia 3, às 16h, no CT do PCP, com a participação do camarada **Euclides Pereira**.

**ALVERCA**

**Plenário de militantes da freguesia** para discussão da situação política e eleições legislativas: sábado, dia 9 de Fevereiro, às 15h, no Centro de Trabalho do Bom Sucesso, com a participação do camarada **Fernando Salsa**.

**AMADORA**

**Plenário da célula da CM da Amadora**: hoje, dia 31, às 17h30 no CT da Amadora.

**Reunião do OD do Sector de Empresas da Amadora**: quinta-feira, 31, às 18h30, no CT da Amadora.

**Plenário de militantes de Alfornclos**: sexta-feira, 1, às 21h, no CT da Brandoa.

**Plenário de militantes da Damaia**: sábado, 2, às 16h, no CT da Damaia.

**CASCAIS**

«Os trabalhadores e as eleições legislativas de 17 de Março» - almoço-convívio e debate no Centro de Trabalho de Tires, com a participação do camarada **Alexandre Teixeira**: dia 2, às 13h, no Centro de Trabalho de Tires.

**LISBOA**

**Plenário de militantes da Freguesia de N.ª S.ª de Fátima**, para discussão da situação política e social e eleições legislativas: hoje, dia 31, às 21h, no Centro de Trabalho da R. Soeiro Pereira Gomes, com a participação do camarada **Francisco Lopes**.

**Plenário de militantes da Freguesia de St.ª Maria dos Olivais**, para discussão da situação política e eleições legislativas: sábado, dia 2, às 15h, na S.F.U.C.O. (Soc. Filarm. União Capricho Olivaleense, junto à piscina dos Olivais), com a participação do camarada **Domingos Abrantes**.

**Plenário de militantes da Freguesia de Ajuda**, para discussão da situação política e eleições legislativas: sábado, dia 2, às 15h, no CT da Ajuda, com a participação do camarada **Júlio Filipe**.

**Plenário de militantes da Zona Centro da Org. Cidade de Lisboa** sobre a situação política, eleições autárquicas e legislativas: sábado, 2, às 16h, no CT Vitória.

**Plenário de militantes da Freguesia de Marvila** sobre as eleições e situação política e questões da Organização da Freguesia: sábado, dia 2, às 15h, no Centro de Trabalho de Marvila.

**VILA FRANCA DE XIRA**

**Plenário de militantes de Cachoeiras** para discussão da situação política e social e eleições legislativas: sexta-feira, 1, às 21h30.

**Excursão****Serra da Estrela - Dias 16 e 17 de Fevereiro**

promovida pela Comissão de Freguesia de Almada  
(Informações e inscrições: CT Alberto Araújo, tel. 212752121)

**Carnaval 2002**

9 e 10 de Fevereiro

**Excursão à Quinta da Lagoa - Mira**

com viagem, alojamento e refeições,  
promovida pela Com. de Iniciativas da Penha de França/Lisboa  
(Informações e inscrições: cam. Ivone, tel. 218138119)

**LEGISLATIVAS ● 2002****CDU apresenta candidatos****Lisboa**

Sessão pública de divulgação das candidaturas da CDU à Assembleia da República pelos diferentes Círculos Eleitorais

Com a participação do Secretário-geral do PCP,  
**Carlos Carvalhas**  
Segunda-feira, dia 4, 17h30,  
no Centro de Trabalho Viória

**Distrito de Santarém**

Jantar de apresentação dos candidatos da CDU

Com a participação do Secretário-geral do PCP,  
**Carlos Carvalhas**  
Sexta-feira, dia 1, 20h,  
no Centro Nac. de Exposições de Mercados Agrícolas,  
em Santarém

**Distrito de Castelo Branco**

Sessão pública de apresentação da lista de candidatos da CDU

Com a participação do primeiro candidato, **Jorge Fael**, do mandatário, **Luís Garra**, e do Secretário-geral do PCP, **Carlos Carvalhas**  
Sábado, dia 2, 15h,  
no Hotel Rainha D. Amélia, em Castelo Branco

**Distrito de Vila Real**

Almoço-convívio para apresentação pública da lista de candidatos da CDU,

com a presença do Secretário-geral do PCP,  
**Carlos Carvalhas**  
Domingo, dia 3, 12h,  
na Esc. Secundária Júlio Martins, em Chaves

**Distrito do Porto**

Sessão pública para apresentação da lista de candidatos da CDU

pelo Círculo Eleitoral do Porto com a presença do Secretário-geral do PCP,  
**Carlos Carvalhas**  
Quarta-feira, dia 6

**Distrito de Faro**

Sessão de apresentação pública da lista de candidatos da CDU

Com a participação dos candidatos e de **José Neto**, da Com. Pol. do CC do PCP  
Sábado, dia 2, 17,30,  
no Instituto da Juventude, em Faro

**Distrito do Porto**

Sessão pública de apresentação do primeiro candidato da CDU

Intervenções do candidato, **Honório Novo** e do mandatário da candidatura, **Emílio Peres**  
Quinta-feira, dia 31, 12h,  
no Hotel Portus Cale (Av. Boavista, 1060, Porto)

**Encontro CDU do Concelho de Santarém**

com a participação de eleitos e activistas:

«Objectivos para o mandato e medidas para 2002»

Sábado, dia 2, das 15 às 18h

Casa de Convívio de Vaqueiros

**OEIRAS**

Almoço-convívio em Algés

No Centro de Trabalho do PCP,  
com a participação de **Aurélio Santos**

Sábado, 2, às 13h.

**PALMELA**

Convívio na Quinta do Anjo

Na Sociedade de Instrução Musical,  
Sábado, dia 2, a partir das 16h

**TORRES NOVAS**

Jantar-convívio em Ribeira Ruiva

Na Filarmónica Ribereense, sábado, dia 2,  
com a participação de **Sérgio Ribeiro**

**VILA FRANCA DE XIRA**

Plenário concelhio da CDU

Na CURPIFA, em Alhandra,  
Sábado, dia 2, às 15h,  
com a participação de **Jorge Cordeiro**

**Carlos Carvalhas em Mirandela**

Realiza-se no domingo, em Mirandela, uma sessão pública sobre os problemas da Interioridade, com a presença dos candidatos da CDU à Assembleia da República pelo Círculo Eleitoral de Bragança. No Auditório Municipal de Mirandela, a partir das 15h, com intervenção do Secretário-geral do PCP



**III Encontro Regional do Ensino Secundário de Setúbal da JCP**: na Soc. Musical Capricho Setubalense, sábado, dia 2, a partir das 14h30.

**Plenário de militantes da JCP da Amadora**: sábado, dia 2, às 15h, no Centro de Trabalho do PCP na Amadora.

**JCP Barreiro - Reunião do Secundário**: sexta-feira, dia 1, às 18h30, no Centro de Trabalho Concelhio do PCP; **Jantar, convívio e conversa sobre política educativa** promovido pelo Secundário do Barreiro: dia 8 às 19h30, no CT da Rua Vasco da Gama; **reunião do colectivo da Esc. Sec. Alfredo da Silva**: dia 6, às 17h, no Centro de Trabalho Concelhio.

**Juventude CDU**

**Almoço-convívio da Juventude CDU de Aljustrel**: sábado, dia 2, às 13h, na sede da Banda Filarmónica, com a participação de **José Casanova** e **Margarida Botelho**. **Debate em Évora - «Portugal no Mundo - Discutir o Futuro»**: sexta-feira, 1, às 21h30, na SOIR - Soc. Operária de Instrução e Recreio **Joaquim António de Aguiar**, com a participação de um dirigente nacional da JCP e de **Lino de Carvalho**.

**Dia 23 de Fevereiro**

**Vamos todos encher o Coliseu dos Recreios em Lisboa**

## ATVer

**O Bom Rebelde**  
conta-nos a  
complexa trajetória  
de um jovem rebelde  
e intelectualmente  
sobredotado

## O Bom Rebelde

(Quinta-feira, 31.01.02, TVI)

Eis um filme inteligente e sensível, aliás vencedor de dois óscares em 1997 (o de melhor argumento e o de melhor actor secundário, para Robin Williams), contando-nos a complexa trajetória de um jovem rebelde e intelectualmente sobredotado (Matt Damon) que, trabalhando como empregado de limpeza no prestigiado Instituto de Tecnologia de Massachusetts, é apanhado a resolver uma complexa equação matemática exposta em público e, em seguida, é detido pela polícia. O professor do Instituto assume a responsabilidade da sua libertação sob a condição de o jovem cumprir duas exigências: participar nos trabalhos do professor e seguir um programa de terapia psicológica. Este aceita e é no confronto com o psicólogo – ele também afectado pela morte recente da mulher – que a complexa relação entre os dois se desenvolve, para vantagem de ambos no exorcismo dos fantasmas pessoais que cada um carrega.

## Sementes de Guerra

(Sexta-feira, 01.02.02, TVI)

Um agente do FBI é escolhido para se infiltrar num bando de gangsters, onde não apenas entra facilmente como ascende a uma posição de destaque na chefia dos marginais, o que levanta um novo problema – o da tentação em esquecer os seus objectivos como defensor da lei, para os trocar pelo poder e a riqueza que o mundo do crime facilmente lhe proporciona. Conseguirá o agente do FBI libertar-se dessa tentação antes que a sua verdadeira identidade seja descoberta? Eis a linha de intriga deste interessante policial, situado no tempo da Grande Depressão e com apurada reconstrução de época.

## O Corcunda de Nôtre-Dame

(Domingo, 01.02.02, RTP-1)

Esta obra do escritor francês Victor Hugo tem sido alvo de inúmeras adaptações ao cinema e à televisão. Esta nova versão, realizada em 1997, é-nos proposta como uma boa produção de época filmada na Europa de Leste por Peter Medak numa co-produção EUA/Hungria, voltando a recriar a fantástica história do corcunda que vive enclausurado na catedral de Nôtre-Dame sob a tutela tirânica de um membro do clero e se apaixona por uma bela bailarina cigana, por quem se sacrifica para lhe salvar a vida. A confirmar.

## A Fúria do Herói

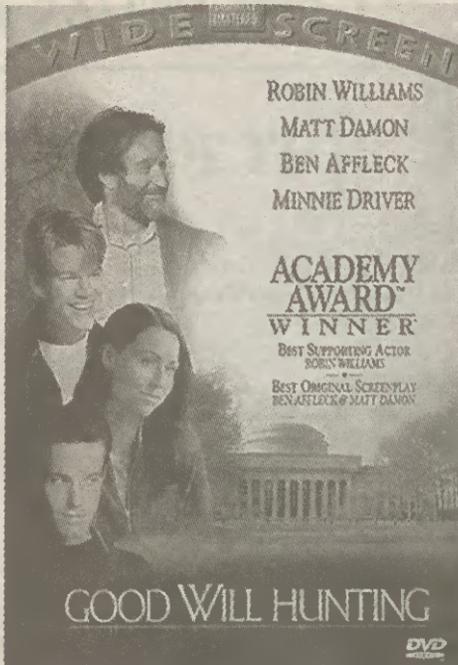
(Segunda-feira, 04.02.02, SIC)

Este é o filme de estreia do célebre Rambo, a personagem troglodita que, nos anos 80, deu a fama e a fortuna a Sylvester Stallone e se tornou no «herói americano» dessa década, com público aplauso do próprio presidente dos EUA, Ronald Reagan. E, como tantas vezes acontece, este filme de estreia é de longe o melhor da série, confinando o herói ao próprio território dos EUA, onde tem de enfrentar o brutal totalitarismo de um xerife de província. O pior foram as sequelas, que colocaram o Rambo a vencer no cinema as guerras que os EUA perderam na vida real...

## Fort Apache, The Bronx

(Segunda-feira, 04.02.02, RTP-1)

Fort Apache, The Bronx permanece como uma das mais notáveis interpretações de Paul Newman, na pele de um polícia honesto, cínico e um apurado sentido de justiça que, no meio da maior degradação humana do bairro mais deplorável de Nova Iorque, tem de tomar a difícil e



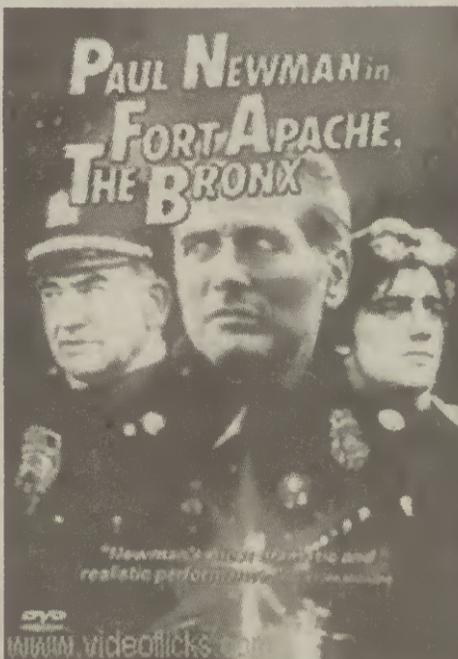
amarga decisão de denunciar o homicídio perpetrado por um colega ou ficar calado. Numa notável realização de Daniel Petrie, trata-se de um filme policial no sentido quase literal do termo, onde se reflecte de forma incisiva sobre as desastrosas consequências de uma sociedade atravessada por grandes e brutais clivagens sociais, intransigência étnico-cultural e descontrolo urbano. Além de Paul Newman, destaca-se no elenco Pam Grier, Edward Asner e Danny Aiello.

## Cromwell

(Terça-feira, 05.02.02, RTP-1)

Numa cuidada reconstituição histórica da ascensão ao poder na Inglaterra de Oliver Cromwell em meados do século XVII, Cromwell é um bom exemplo do bom cinema histórico inglês, neste caso realizado por Ken Hughes em 1970. Recusando o facilitismo do modelo heróico ou romântico, Hughes centra a sua evocação deste conturbado período da história de Inglaterra num cerrado, envolvente e quase austero duelo pessoal entre um rei absolutista, Carlos I, e um puritano arrogante, Cromwell, com este a mandar matar o primeiro e a criar, por alguns anos, um hiato republicano na história de Inglaterra, enquanto questionava com fundamento a própria instituição da monarquia absolutista. Aliás, na sequência de Cromwell a coroa britânica teve de abdicar de muitos dos seus privilégios absolutistas, enquanto a experiência republicana vivida neste período em Inglaterra como que antecipava

o vendaval que, daí a não muito tempo, varreria a França e a Europa através da Revolução Francesa, que derrubou, em definitivo, o poder absoluto da monarquia. Uma nota para os dois excelentes intérpretes – Richard Harris como Cromwell e Alec Guinness como Carlos I de Inglaterra.



Fort Apache, The Bronx permanece como uma das mais notáveis interpretações de Paul Newman

## Quinta, 31

## RTP 1

07.00 Hora Viva  
09.30 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.15 Lá em Casa Tudo Bem  
14.45 Vidas de Sal  
15.15 A Senhora das Águas  
16.45 Pedra sobre Pedra  
18.00 Futebol: Portugal-Roménia (BB)  
20.00 Telejornal  
21.00 Grande Informação  
21.30 Mr. Bean  
22.00 «A Ponte do Inferno» (de Mike Sergio, EUA/1999. Drama)  
00.05 Um Estranho em Casa  
01.05 Serviço de Urgência  
02.05 24 Horas  
02.20 «Um Vigarista Encantador» (de Charles Burnett, EUA/1989, com Danny Glover. Comédia)

## RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
10.00 Euronews  
12.30 O Mar e a Terra  
13.00 Sinais do Tempo  
14.00 Euronews  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Horizontes da Memória  
19.50 Clube da Europa  
20.20 Querido Bebê  
20.40 Sete em Miami  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Jornal 2  
22.30 Acontece  
23.00 Roswell  
24.00 «Angústia» (de François Truffaut, Fr/1974, com Jean Desailly, Françoise Dorléac. Drama)  
02.00 Zapping

## SIC

08.00 Buêrére  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.15 Malhação  
17.30 A Padroeira  
18.30 New Wave  
19.00 Filhas da Mãe



Na SIC, Cláudia Borges com nova série de «Ficheiros Clínicos»

20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
21.30 Fúria de Viver  
22.30 O Clone  
23.30 Espaço Informação  
00.30 «Aquela que Eu Quero» (Longa-metragem)

## TVI

08.30 Animação Infantil  
11.30 Chiquititas  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Super Pai  
16.00 Crianças SOS  
17.00 Animação Infantil  
18.00 Filha do Mar  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Anjo Selvagem  
21.30 Filha do Mar  
22.45 Nunca Digas Adeus  
23.45 «O Bom Rebelde» (de Gus Van Sant, EUA/1997, com Matt Damon e Robin Williams. Ver Destaque)  
01.45 Ally McBeal

## Sexta, 1

## RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.50 Regiões  
14.30 Lá em Casa Tudo Bem  
14.45 Vidas de Sal  
15.15 A Senhora das Águas  
16.45 Pedra sobre Pedra  
17.15 Quebra Cabeças  
17.55 Riscos  
18.25 Pícaro Sonhadora  
19.20 Eusébio, a Pantera Negra  
20.00 Telejornal  
21.00 Crónica do Século - «Memórias do Cinema Português» (2ª parte)  
22.00 Mr. Bean  
23.00 O Fugitivo  
24.00 Um Estranho em Casa  
01.00 Imagens  
01.45 «Soltem as Estrelas» (de Nick Cassavetes, EUA/1996, com Gena Rowlands, Marisa Tomei, Gérard Depardieu. Drama)

## RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
10.00 Euronews  
12.30 O Mar e a Terra  
13.00 Retratos - «Vida e Obra de Cassiano Branco»  
14.00 Euronews  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 2010  
20.20 Querido Bebê  
20.40 Sete em Miami  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Jornal 2  
22.30 Acontece  
23.00 História da Música Popular (8.ª e últ.ª)  
24.00 «Beijos Roubados» (de François Truffaut, Fr/1968, com Jean-Pierre Léaud, Delphine Seyrig. Comédia)  
02.00 Zapping

## SIC

08.00 Buêrére  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três

16.15 Malhação  
17.30 A Padroeira  
18.30 New Wave  
19.00 Filhas da Mãe  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
21.30 Fúria de Viver  
22.30 O Clone  
23.30 Sai de Baixo  
00.30 Sexo e a Cidade  
01.00 Amante Latino  
02.00 «Modelos em Perigo» (de Ellen Cabot, 1995. Erótico)  
04.00 Espaço Cinema

## TVI

08.30 Animação Infantil  
13.00 TVI Jornal  
11.30 Chiquititas  
12.00 Nunca Digas Adeus  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Super Pai  
16.00 Crianças SOS  
17.00 Animação Infantil  
18.00 Filha do Mar  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Bora Lá, Marina  
22.00 Anjo Selvagem  
22.30 Filha do Mar  
23.30 Nunca Digas Adeus  
00.30 «Sementes de Guerra» (de J. Christian Ingvorsen, EUA/1993, com Lance Henriksen, Billy Drago. Ver Destaque)  
02.45 O Rei do Bairro

## Sábado, 2

## RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Top +  
15.15 «Paws, o Agente Canino» (de Karl Crips, Austr-G. Bret./1997. Aventura)  
17.30 Longa-metragem  
20.00 Telejornal  
21.00 Programa não designado  
23.00 «Duro de Matar» (Longa-metragem)  
01.00 O Crime  
02.00 24 Horas  
02.15 «Nirvana» (de Gabriele Salvatore, 1997, com Christopher Lambert. Ficção Científica)

## RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Iniciativa  
14.00 10 Grãosinhos de Areia  
15.00 Desporto 2  
19.00 Horizontes da Memória  
19.30 Bombordo  
20.00 Segundos Sísmicos  
20.45 Por Outro Lado  
21.30 Jornal 2  
22.30 O Lugar da História  
23.30 Britcom  
00.45 Artes de Palco - «Sophisticated Ladies»  
02.10 Noites Curtas da Onda Curta (Curtas-metragens)

## SIC

08.00 Sic a Abrir  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Walter, o Ranger do Texas  
16.00 «A Minha Mãe É uma Sereia» (de Richard Benjamin, EUA/1990, com Cher, Winona Ryder, Bob Hoskins. Comédia)  
18.00 «Águas Profundas» (Longa-metragem)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Os Malucos do Riso  
22.00 A Minha Família É uma Animação  
23.00 Rex, o Cão Polícia  
24.00 «Duelo Sangrento» (Longa-metragem)



«Causa Justa», na TVI

02.00 «Nana» - II Parte (Longa-metragem)

## TVI

09.00 Chiquititas  
10.15 Survivor  
12.00 Filha do Mar  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Contra-Ataque  
15.15 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 Filha do Mar  
23.00 «Eternamente Jovem» (Longa-metragem)  
01.00 «Uma Família Diferente» (Longa-metragem)  
03.00 As Feiticeiras

Domingo, 3

**▼ RTP 1**  
 07.00 Infantil/Juvenil  
 12.30 Planeta Azul  
 13.00 Jornal da Tarde  
 14.00 Made in Portugal  
 15.15 «O Corcunda de Notre-Dame» (de Peter Medak, EUA-Hungria/1997. Ver Destaque)  
 17.00 Longa-metragem  
 18.55 Futebol: Varzim-Porto  
 21.00 Telejornal



«Sophisticated Ladies» (sábado, RTP2) é um espectáculo da Broadway, premiado com um Tony, inspirado na música de Duke Ellington

22.00 Domingo Desportivo  
 23.00 Filme  
 00.20 Herman Enciclopédia  
 01.20 24 Horas  
 01.35 «O Sonho de Uma Vida» (de Anjelica Huston, It/1999, com Anjelica Huston, Marion O'Dwyer. Comédia)

**▼ RTP 2**  
 07.00 Euronews  
 09.00 Programa Religioso  
 10.30 Misa  
 11.30 Horizontes da Memória  
 12.00 Turma das Ciências  
 12.30 Clube da Europa  
 13.00 Horizonte  
 14.00 Desporto 2  
 18.00 Para Além de Babel  
 19.00 Onda Curta  
 19.30 Artes e Letras - I.M. Pei  
 20.30 Insólitos  
 21.30 Jornal 2  
 22.30 Graciosa  
 23.30 Sinais do Tempo  
 00.30 2010

**▼ SIC**  
 06.45 SIC a Abrir  
 12.00 BBC - Vida Selvagem  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 «A Minha Primeira Aventura» (Longa-metragem)  
 16.00 «A Ilha dos Sobreviventes» (Longa-metragem)  
 18.00 «Um Polícia no Jardim-escola» (Longa-metragem)  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Malucos do Riso  
 21.00 Fora de Série  
 22.00 Herman SIC  
 24.00 «Wyatt Earp» (Longa-metragem)  
 02.00 Jerry Springer

**▼ TVI**  
 08.30 Chiquititas  
 09.10 Super Pai  
 11.00 Cerimónias Religiosas  
 13.00 TVI Jornal  
 13.45 Lux  
 16.15 Domingo Fantástico  
 20.00 Jornal Nacional  
 21.00 Super Pai  
 22.00 Nunca Digas Adeus  
 23.00 Longa-metragem  
 01.00 Longa-metragem  
 03.00 Os Médicos

Nota:  
 A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Segunda, 4

**▼ RTP 1**  
 07.00 Bom Dia Portugal  
 10.00 Praça da Alegria  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.50 Regiões  
 14.30 Lá em Casa Tudo Bem  
 14.45 Vidas de Sal  
 15.15 A Senhora das Águas  
 16.45 Pedra sobre Pedra  
 18.00 Quebra Cabeças  
 18.30 Riscos  
 19.05 Pícaro Sonhadora



20.00 Telejornal  
 21.00 Fábrica das Anedotas  
 21.30 Sorte Grande  
 22.00 Um Estranho em Casa  
 23.00 Programa não designado  
 23.00 Jogo Falado  
 24.00 Um Estranho em Casa  
 01.00 Bull  
 02.00 24 Horas  
 02.15 «Fort Apache» (de Daniel Petrie, EUA/1981, com Paul Newman, Edward Asner, Danny Aiello. Ver Destaque)

**▼ RTP 2**  
 07.00 Espaço Infantil  
 10.00 Euronews  
 13.00 O Lugar da História  
 14.00 Euronews  
 17.00 Informação Gestual  
 18.30 Informação Religiosa  
 19.00 Planeta Azul  
 19.30 Veterinário de Emergência  
 20.20 Querido Bêbé  
 20.40 Sete em Miami  
 21.05 Dharma e Greg  
 21.30 Jornal 2  
 22.30 Acontece  
 23.00 A Família Green  
 24.00 «Uma Bela Rapariga» (Longa-Metragem)  
 01.40 Zapping

**▼ SIC**  
 08.00 Buêrêrê  
 10.00 SIC 10 Horas  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 As Duas por Três  
 16.15 Malhação  
 17.30 A Padroeira  
 18.30 New Wave  
 19.00 Filhas da Mãe  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Malucos do Riso  
 21.30 Fúria de Viver  
 22.30 O Clone  
 23.30 A Revolta dos Animais II  
 00.30 «A Fúria do Herói» (de Ted Kotcheff, EUA/1982, com Sylvester Stallone, Richard Crenna. Ver Destaque)  
 03.00 Jerry Springer

**▼ TVI**  
 08.30 Animação Infantil  
 11.30 Chiquititas  
 12.00 Nunca Digas Adeus  
 13.00 TVI Jornal  
 14.00 Super Pai  
 16.00 Crianças SOS  
 16.45 Animação Infantil  
 18.00 Filha do Mar  
 19.00 Anjo Selvagem  
 20.00 Jornal Nacional  
 21.15 Anjo Selvagem  
 21.45 Filha do Mar  
 22.45 Nunca Digas Adeus  
 23.45 Ficheiros Secretos  
 01.30 «Tempo do Adeus» (Longa-metragem)  
 03.30 Desafio Total

Terça, 5

**▼ RTP 1**  
 07.00 Bom Dia Portugal  
 10.00 Praça da Alegria  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.50 Regiões  
 14.30 Lá em Casa Tudo Bem  
 14.45 Vidas de Sal  
 15.15 A Senhora das Águas  
 16.45 Pedra sobre Pedra  
 18.00 Quebra Cabeças  
 18.30 Riscos  
 19.05 Pícaro Sonhadora  
 20.00 Telejornal  
 21.00 Fábrica das Anedotas  
 22.00 «Fantasmas do Mississippi» (Longa-metragem)  
 23.45 Um Estranho em Casa  
 00.45 Histórias da Noite  
 01.30 24 Horas  
 01.45 «Cromwell» (de Ken Hughes, C.Br./1970, com Richard Harris, Alec Guinness. Ver Destaque)

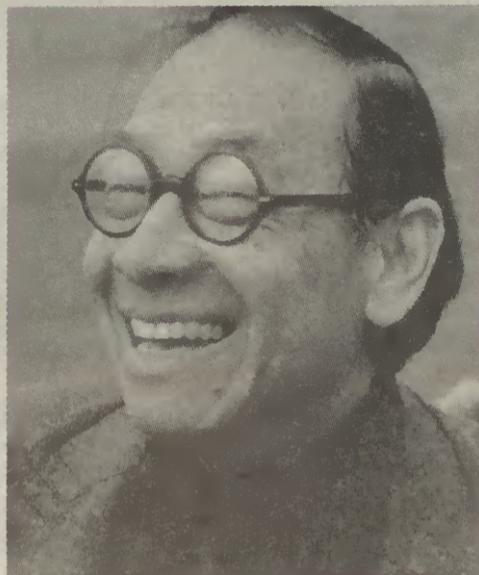
**▼ RTP 2**  
 07.00 Espaço Infantil  
 10.00 Euronews  
 14.10 2010  
 15.00 Euronews  
 17.00 Informação Gestual  
 18.30 Informação Religiosa  
 19.00 Onde Curta  
 19.30 Turma das Ciências  
 20.20 Querido Bêbé  
 20.40 Sete em Miami  
 21.05 Dharma e Greg  
 21.30 Jornal 2  
 22.30 Acontece  
 23.00 Poltergeist: O Legado  
 24.00 «O Amor em Fuga» (Longa-metragem)  
 01.45 Zapping

**▼ SIC**  
 08.00 Buêrêrê  
 10.00 SIC 10 Horas  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 As Duas por Três  
 16.15 Malhação  
 17.30 A Padroeira  
 18.30 New Wave  
 19.00 Filhas da Mãe  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Malucos do Riso  
 21.30 Fúria de Viver  
 22.30 O Clone  
 23.00 Ficheiros Clínicos  
 00.30 Morto ou Vivo  
 01.45 Jerry Springer

**▼ TVI**  
 08.30 Animação Infantil  
 11.30 Chiquititas  
 12.00 Nunca Digas Adeus  
 13.00 TVI Jornal  
 14.00 Super Pai  
 16.00 Crianças SOS  
 16.45 Animação Infantil  
 18.00 Filha do Mar  
 19.00 Anjo Selvagem  
 20.00 Jornal Nacional  
 21.15 Anjo Selvagem  
 21.45 Filha do Mar  
 22.45 Nunca Digas Adeus  
 23.45 «Sleep Baby Sleep» (Longa-metragem)  
 02.40 A Juíza

**▼ SIC**  
 08.00 Buêrêrê  
 10.00 SIC 10 Horas  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 As Duas por Três  
 16.15 Malhação  
 17.30 A Padroeira  
 18.30 New Wave  
 19.00 Filhas da Mãe  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Malucos do Riso  
 21.30 Fúria de Viver  
 22.30 O Clone  
 23.30 A Revolta dos Animais II  
 00.30 «A Fúria do Herói» (de Ted Kotcheff, EUA/1982, com Sylvester Stallone, Richard Crenna. Ver Destaque)  
 03.00 Jerry Springer

**▼ TVI**  
 08.30 Animação Infantil  
 11.30 Chiquititas  
 12.00 Nunca Digas Adeus  
 13.00 TVI Jornal  
 14.00 Super Pai  
 16.00 Crianças SOS  
 16.45 Animação Infantil  
 18.00 Filha do Mar  
 19.00 Anjo Selvagem  
 20.00 Jornal Nacional  
 21.15 Anjo Selvagem  
 21.45 Filha do Mar  
 22.45 Nunca Digas Adeus  
 23.45 Ficheiros Secretos  
 01.30 «Tempo do Adeus» (Longa-metragem)  
 03.30 Desafio Total



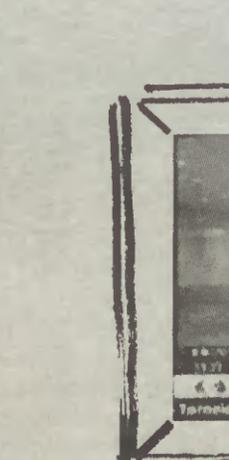
I.M. Pei, o famoso arquitecto japonês, no Artes e Letras desta semana (domingo, RTP2)

Quarta, 6

**▼ RTP 1**  
 07.00 Bom Dia Portugal  
 10.00 Praça da Alegria  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.50 Regiões  
 14.30 Lá em Casa Tudo Bem  
 14.45 Vidas de Sal  
 15.15 A Senhora das Águas  
 16.45 Pedra sobre Pedra  
 18.00 Quebra Cabeças  
 18.30 Riscos  
 19.05 Pícaro Sonhadora  
 20.00 Telejornal  
 21.00 Fábrica das Anedotas  
 22.00 Crónica do Século  
 23.00 Sociedade Anónima  
 24.00 Um Estranho em Casa  
 01.00 Andrómeda  
 02.00 24 Horas  
 02.15 «Revolta no Defiant» (de Lewis Gilbert, G.Bret./1962, com Alec Guinness, Dirk Bogart. Histórico)

**▼ RTP 2**  
 07.00 Espaço Infantil  
 10.00 Euronews  
 13.00 Por Outro Lado  
 14.00 Euronews  
 17.00 Informação Gestual  
 18.30 Informação Religiosa  
 19.00 Bombordo  
 19.50 Nós e os Animais  
 20.20 Querido Bêbé  
 20.40 Sete em L.A.  
 21.05 Dharma e Greg  
 21.30 Jornal 2  
 22.30 Acontece  
 23.00 Mentec Assassinas  
 23.30 Longa-metragem  
 01.35 Zapping

**▼ SIC**  
 08.00 Buêrêrê  
 10.00 SIC 10 Horas  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.00 As Duas por Três  
 16.15 Malhação  
 17.30 A Padroeira  
 18.30 New Wave  
 19.00 Filhas da Mãe  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Malucos do Riso  
 21.30 Fúria de Viver  
 22.30 O Clone  
 23.00 Ficheiros Clínicos  
 00.30 Morto ou Vivo  
 01.45 Jerry Springer



17.30 A Padroeira  
 18.30 New Wave  
 19.00 Filhas da Mãe  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Malucos do Riso  
 21.30 Fúria de Viver  
 22.30 O Clone  
 23.30 Os Piores Condutores do Mundo  
 00.30 «Cavaleiros do Asfalto» (Longa-metragem)

**▼ TVI**  
 08.30 Animação Infantil  
 11.30 Chiquititas  
 13.00 TVI Jornal  
 14.00 Crianças SOS  
 15.15 Super Pai  
 16.30 Animação Infantil  
 18.00 Filha do Mar  
 19.00 Anjo Selvagem  
 20.00 Jornal Nacional  
 21.15 Anjo Selvagem  
 21.45 Filha do Mar  
 22.45 Nunca Digas Adeus  
 23.45 «JFK» (de Oliver Stone, EUA/1991, com Kevin Costner, Sissi Spacek. Drama. Histórico)  
 02.15 Causa Justa  
 04.10 O Rei do Bairro  
 04.45 As Feiticeiras

# TVisto

## Correia da Fonseca

# Na outra Bolsa

Na passada segunda-feira a RTP inaugurou um novo espaço de emissão matinal, intitulado «Bom Dia, Portugal» e apresentado por Alberta Marques Fernandes, cuja maior recomendação profissional parece ser a de haver sido a primeira cara da SIC. Quanto à designação do programa, também não é novidade nenhuma: se a memória não me engana apenas retoma o título que em remotos tempos foi de um outro espaço da manhã apresentado por Raul Durão. De qualquer modo, bem se sabe que não são os títulos que fazem os programas tal como não são os hábitos que fazem os monges, máxima esta que me parece muito de recordar no actual momento político. E de Alberta Marques Fernandes o mais que

seleccionado para destaque em rodapé, como se de informação insuspeita e credível se tratasse. Adivinha-se que o alegado «tráfico de armas» corresponde de facto a equipamento bélico das aliás frágeis forças palestinas, regulares ou não. E que outros canais tenham dado o mesmo destaque ao que de facto é uma contribuição para o linchamento político de Arafat não absolve a RTP, que como canal público tem especiais deveres de decência multidisciplinar.

### Um exemplo entre muitos

Entenda-se, porém, que esta espécie de protesto, ou talvez de lamento, acerca da «notícia» referente a Arafat não corresponde minimamente a uma surpresa: como toda a gente ou quase, sei lindamente que a informação que nos chega pelos televisores vem inquinada por tóxicos que lhe são tão regularmente adicionados que, creio-o bem, a generalidade dos que dão vozes e caras à sua distribuição já nem dão pela toxicidade. Às vezes, pelo menos. Não direi o mesmo de alguns que se prestam a ser agentes protagonistas do que já não é apenas manipulação para se tornar clara propaganda anticomunista. Como atenuante sua, admito que pelo menos alguns o façam no convencimento de que essa prática é condição para que subam na vida, que está difícil. Mas não se lembram talvez de que para essas tarefas reles de aldrabice anticomunista muitos são os chamados e poucos os escolhidos, para usar aqui uma fórmula bíblica que talvez não venha muito a carácter, e quanto a isto bem podem reflectir sobre as leis do sacrossanto Mercado. O Encontro Nacional do PCP forneceu a essa pobre gente grandes oportunidades para se pôr nos bicos dos pés, isto é, de cócoras perante a vontade dos patrões. Entre o muito que vi nessa matéria, e não hei-de ter visto tudo, destaco a lata de um sujeito que entrevistou rapidamente Jerónimo de Sousa e, perante respostas que de modo nenhum se aproximavam do que lhe conviria, mesmo nas barbas do entrevistado fez um suposto «resumo» do que em vão lhe apetera ouvir. Fiquei muito impressionado com a desenvoltura do sujeito: aquilo, sim, é que é um profissional pragmático e sem complexos, decerto decidido a ter em breve tempo uma alta cotação na Bolsa dos Fretes, Ramo Nacional. Para o outro ramo, o Transnacional, terá contado, por exemplo, o destaque dado à implicação de Arafat no «tráfico» de armas para os seus homens. É assim, de frete em frete, que o Negócio vai de vendendo em popa. E a respectiva Bolsa nem sofre quedas como ocorre com as outras.

## A talhe de foice

• Anabela Fino

### Viver de pé

«Comunistas preferem “morrer sozinhos”.» Assim titulava o DN de segunda-feira, na primeira página, em letras negras sobre fundo azul e no meio de um texto sobre o PS, o destaque sobre o Encontro Nacional do PCP realizado domingo, em Lisboa. A chamada de primeira página dava conta que «a convenção do PC não trouxe novidades. Os comunistas estão contra o voto útil, só admitem acordos pós-eleitorais com o PS e não pouparam críticas aos ausentes renovadores», e remetia o leitor para a página 6.

A reacção de quem tenha estado na FIL começa por ser de espanto. Onde é que o DN foi buscar tal citação? Consultada a notícia (?), verifica-se que em lado nenhum consta a preferência dos comunistas em «morrer sozinhos». Mas percebe-se a nuance. Reza o texto a páginas tantas que as palmas que Carvalhas obteve em dois trechos do seu discurso «atestaram que a maioria do partido continua fiel ao combate isolado da CDU, mesmo que “morram de pé”, como disse pouco antes Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP». Esclarecido o mistério e constatado que para o DN «morrer de pé» é a mesma coisa do que «morrer sozinho», outra espantação se levanta: mas onde é que o Jerónimo de Sousa disse tal coisa? Na intervenção não foi, certamente, que não foi isso que ouvimos... ou será que ouvimos mal? O DN não ia deturpar o que se disse... ou será que...?

Instalada a dúvida, nada melhor do que recorrer às fontes, isto é, aos documentos, ou seja, à intervenção propriamente dita. No terceiro parágrafo a contar do fim encontramos o que procuramos. Lá está, preto no branco, o que disse Jerónimo de Sousa: (...) «Na 2.ª Secção, um camarada, em sentido combativo, dizia que se morrêssemos, morreríamos de pé. Não! Estamos em desacordo. Queremos e havemos de viver de pé.»

Não há qualquer semelhança entre a afirmação do DN e a realidade. Resta saber se a diferença profunda entre o dito e o afirmado é meramente fortuita. Porque acontece amiúde que à força de se dizer e pensar uma coisa se acaba por acreditar no que se diz e pensa. Porque há quem acredite, sem parar sequer para reflectir, que os comunistas querem mesmo «morrer sozinhos». Porque há quem seja incapaz de compreender que a dedicação a uma causa, mesmo quando se está disposto a morrer por ela se for caso disso, é sempre um projecto de vida que só faz sentido com os outros e para os outros. É que é sempre um projecto de sociedade, um projecto de futuro.

Concedemos que nos tempos que correm, tão votados ao salve-se quem puder e aos mais mesquinhos interesses, não seja fácil perceber esta vocação do colectivo em detrimento do pessoal; que seja difícil de entender que haja quem - e muitos são, foram e serão - apenas conceba a realização pessoal ao serviço do colectivo; que cause perplexidade a quem não vê mais do que o seu umbigo, que tantos prezem tão profundamente os valores da humanidade que lhes consagram a vida. Por isso há quem prefira viver de joelhos a morrer de pé. Não é o nosso caso. Nós queremos e havemos de viver de pé!

Carlos Carvalhas na apresentação da lista de candidatos por Lisboa

## CDU é força de luta e de proposta

«Os portugueses têm nestas eleições a oportunidade, pelo reforço da CDU e do número dos seus deputados, para dar força à exigência de uma política que dê resposta aos problemas mais gritantes do povo e do País», afirmou o Secretário-Geral do PCP, anteontem, na apresentação pública da lista de candidatos pelo círculo de Lisboa.

A sessão, que decorreu num hotel da capital, presidida por Adelaide Pereira, teve como primeiro orador o

O País não está condenado a um rotativismo sem alternativa

sua vez, o mote desenvolvido por Carlos Carvalhas na parte inicial da sua intervenção. Deixando a garan-

seguidas pelo PS e pelo PSD e de pressionarem e pesarem para uma política e uma alternativa de esquerda», sustentou o Secretário-Geral do PCP.

Depois de demonstrar que «o PSD não é alternativa ao PS e o PS não é alternativa de esquerda ao PSD» e que o País não «está condenado a um rotativismo sem alternativa», Carvalhas lembrou que o que País precisa é de «uma nova política».

E para isso, explicou, só com o reforço da CDU, que pode chamar a si a «autoridade

completam a lista por Lisboa. O número de mulheres eleva-se a 21, o que representa 40 por cento do total. Eis a lista de candidatos: **Carlos Carvalhas**, Secretário-Geral do PCP; **Bernardino Soares**, presidente do Grupo Parlamentar do PCP; **António Filipe**, jurista; **Isabel Castro**, bancária, da C. Executiva do PEV; **Margarida Botelho**, licenciada em Ciências da Comunicação; **Rita Magrinho**, professora; **João Corredor**, jornalista, do Conselho Geral da Intervenção Democrática (ID); **José Alberto Pitacas**, economista; **Arménio Carlos**, operário, Coordenador da USL e da C. Executiva da CGTP; **Fátima Messias**, empregada; **Jorge Cordeiro**, funcionário do Partido, C. Política do PCP; **Natália Filipe**, enfermeira; **Rui Namorado Rosa**, professor catedrático; **Paulo Trindade**, jurista, coordenador da Frente Comum / C. Executiva da CGTP; **Adão Barata**, engenheiro; **Carlos Coutinho**, professor de economia; **Fernanda Mateus**, operária, Comissão Política do PCP; **José A. P. Neves**, médico; **Inês Fernandes**, estudante; **João Gerales**, funcionário público, da Comissão Directiva da ID; **José Luís Ferreira**, advogado, Comissão Executiva do PEV; **Susana Paisana**, geóloga; **Deolinda Paulino**, médica; **Celeste Socio**, operária; **João Silva**, operário; **Carmen Santos**, actriz; **Elsa Couchinho**, psicóloga; **Jorge Rebeca**, psicólogo clínico; **Libério Domingues**, operário; **Ramon La Féria**, médico; **Francisco Madeira Lopes**, estudante, do PEV; **Serafina Rodrigues**, técnica de desenho; **Ana Paula Assunção**, Mestre em História Local; **Ilídio Ferreira**, empregado; **Maria Joana Gomes Silva**, socióloga, PEV; **Vitor Pereira**, operário; **Vladimiro Matos**, comerciante; **Fernando Gomes Silva**, arquitecto, do Conselho Geral da ID; **Luísa Ramos**, dirigente sindical; **Miguel Madeira**, responsável JCP / Distrito Lisboa; **Sérgio Cípriano**, operário; **Isabel Quintas**, funcionária pública; **Hugo Bastos**, empregado; **Maria Joana Gomes Silva**, socióloga, do PEV; **Fernando Maurício**, empregado; **Paulo Félix**, operário; **Rego Mendes**, engenheiro; **Jacinta Vital**, professora; **Rodolfo Caseiro**, empregado; **Maria Irene Crespo**, empregada administrativa financeira, do Conselho Geral da ID; **Paula Borges**, estudante universitária; **João Vieira**, agricultor; **António Augusto Pereira**, operário.



A CDU apresenta candidatos em Lisboa

professor universitário e escritor Manuel Gusmão. Por este realçado, na qualidade de mandatário, perante a vasta plateia que encheu literalmente a sala, foi o facto de 50 por cento dos nomes da lista serem candidatos pela primeira vez. Trata-se de homens, mulheres e jovens, todos eles, observou, «portadores de diversos universos de experiências» e de um «projecto claro e diferente» que representa uma «ruptura democrática com a política de direita».

Isabel de Castro, do Conselho Nacional e Comissão Executiva do Partido Ecologista «Os Verdes», depois de criticar o Governo PS pelo «pântano que criou» e pelas opções adoptadas em matéria ambiental, como foi o caso da política de resíduos industriais e de co-incineração, sublinhou que o fundamental nesta batalha eleitoral «é dar corpo à mudança». E, esta, especificou, exige «mais esquerda», o mesmo é dizer «mais deputados eleitos pela CDU no Parlamento».

As tarefas e os compromissos a que se obrigam «perante o povo de Lisboa e o País» os candidatos da CDU foi, por

tia de que saberão honrar os seus compromissos, os candidatos da CDU, afirmou Carvalhas, prestarão particular atenção «às questões do nível e qualidade de vida», à «distribuição do Rendimento Nacional», ao «emprego com direitos», à «saúde, ensino, toxicodependência, segurança e habitação».

Detendo-se nas tarefas imediatas que se apresentam aos comunistas e seus aliados, o líder comunista destacou a necessidade de um «grande esforço» de informação e esclarecimento para levar ao maior número de cidadãos «as nossas propostas» e, por esta via, mobilizá-los para o «voto na força que é portadora de um verdadeiro projecto de mudança, a CDU».

«Agora é tempo de convencer com verdade e de chamar a atenção que os votos recebidos pela CDU e os deputados por si eleitos, além de contribuírem sempre eficazmente para que a direita fique em minoria, têm ainda a acrescentada eficácia de representarem a melhor e mais útil forma de protesto contra as orientações negativas

democrática de ter combatido com determinação a direita enquanto o PS frequentemente se aliou quer com o PSD quer com o PP ao longo destes últimos seis anos».

Daí também o apelo final deixado por Carvalhas ao voto na CDU - «a mais sólida, a mais certa e segura garantia para uma viragem à esquerda na política nacional», enfatizou -, condição para pôr termo à «política das meias tintas», à «política dos ziguezagues» e às «políticas neoliberais».

#### Lista de candidatos

São 53, no total, os candidatos que integram a lista da CDU pelo círculo de Lisboa. Em termos de composição etária, 9 têm menos de 30 anos, 6 situam-se na faixa entre os 30 e os 40 anos, 17 entre 40 e 50 anos, 16 entre os 50 e 60 anos e 5 têm mais de 60 anos. Quanto à composição social, 23 dos candidatos são operários e empregados, cifrando-se em 25 o número de técnicos e intelectuais. Um comerciante, um agricultor e três estudantes

### Paracélsia em luta por melhores salários

Os trabalhadores da Paracélsia cumpriram anteontem uma paralisação, entre as 9 e as 11, por uma actualização salarial justa e pela melhoria das condições de prestação do seu trabalho.

Com concentração junto às instalações da empresa, no Porto, esta forma de luta

surge como resposta à posição da administração da empresa que persiste em atribuir um aumento mínimo de 4500\$00, o que é considerado manifestamente insuficiente para anular a perda de poder de compra em 2001, face aos 4,4 por cento de taxa de inflação verificada.

Os valores propostos são tanto mais inaceitáveis, segundo afirma em comunicado o Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte, quanto é certo que a Paracélsia está em «franca recuperação económica» e apresenta um «desenvolvimento produtivo sustentado».



02031